



**Demonstrações
Financeiras
Anuais**

2022

Demonstrações Financeiras 2022

ÍNDICE

Relatório da administração	3
Balancos patrimoniais	20
Demonstrações do resultado do exercício	22
Demonstrações dos resultados abrangentes	23
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido da controladora e consolidado	24
Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto	25
Demonstrações dos valores adicionados	26
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras de 2022	27
Relatório do comitê de auditoria e gestão de riscos	107
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas	110
Parecer do Conselho Fiscal	117
Declarações dos diretores sobre as demonstrações financeiras	118
Declarações dos diretores sobre o parecer dos auditores independentes	119

20 % de crescimento no EBITDA Ajustado no 4T22 e 67% no ano, forte posição de caixa permitindo queda na alavancagem

DESTAQUES

- **Crescimento** de receita líquida de **4,7%** comparado ao 4T21 e de **20,0%** em relação a 2021;
- **Receita bruta digital** cresce **54,7%** no trimestre e **30%** no ano, atingindo **mais de R\$ 1 bilhão**;
- **Margem bruta** de mercadorias de **51,2%**, aumento de **2,6 pontos percentuais** em relação ao 4T21; no ano, fechamos em **49,1%** com aumento de **3,3 pontos percentuais** - patamar **mais alto do que pré-pandemia**;
- EBITDA ajustado pós-IFRS16 de **R\$ 364,3 milhões**, **20,1%** maior do que 4T21; no ano, **crescimento de 66,5%** atingindo **R\$ 750,1 milhões**;
- **Disciplina** no capex com **investimentos de R\$373 milhões** em 2022 nas alavancas de crescimento;
- **Alavancagem** de **0,9x** dívida líquida / EBITDA (vs. 1.3x em Dez/21)

Indicadores (R\$ milhões)	4T22	4T21	Δ	2022	2021	Δ
Receita Líquida	1.948,7	1.862,1	4,7%	6.183,5	5.153,2	20,0%
Receita Líquida Mercadorias	1.879,6	1.833,1	2,5%	5.904,5	4.960,6	19,0%
Vendas mesmas lojas (SSS) ¹ (%)	1,0%	5,8%	-4,8p.p.	15,9%	24,7%	-8,8p.p.
Receita Bruta Digital (GMV ² 1P+3P)	396,7	256,4	54,7%	1.170,7	900,7	30,0%
Margem Bruta Total (%)	51,7%	48,3%	3,4p.p.	50,2%	46,5%	3,7p.p.
Margem Bruta de Mercadorias (%)	51,2%	48,6%	2,6p.p.	49,1%	45,8%	3,3p.p.
Despesas Operacionais ³	(497,1)	(535,0)	-7,1%	(2.131,8)	(1.749,4)	21,9%
EBITDA Ajustado (pós-IFRS16) ⁴	364,3	303,4	20,1%	750,1	450,4	66,5%
Margem EBITDA Ajustada (pós-IFRS16) (%)	18,7%	16,3%	2,4p.p.	12,1%	8,7%	3,4p.p.
Lucro Líquido	212,9	154,4	37,9%	0,8	329,0	-99,8%
Investimentos	110,8	347,2	-68,1%	373,4	682,1	-45,3%

(1) SSS: *Same Store Sale* - Crescimento de vendas nas mesmas lojas. É composto pelas vendas das lojas ativas há mais de 13 meses em relação ao mesmo período do ano anterior, incluindo o e-commerce e todas as suas modalidades de vendas e entrega (100% online, vendas diretas, *Ship from Store* e Clique e Retire).

(2) GMV - Gross Merchandise Value: 1P - first party relationship ou vendas da C&A, 3P - third party relationship ou vendas do marketplace

(3) Exclui despesas de depreciação e Amortização, inclusive a Depreciação Direito de Uso (Arrendamento) e PDD, para facilitar a análise.

(4) Ajustes incluem: (i) Outras Receitas (despesas) Operacionais líquidas; (ii) Receitas Financeira de Fornecedores; e (iii) Recuperação de Créditos Fiscais.

Mensagem da Administração

A C&A registrou um desempenho sólido no quarto trimestre e no ano de 2022, apesar de um ambiente desafiador, com vendas líquidas e lucratividade aumentando, refletindo a relevância de nossas escolhas estratégicas e nosso forte foco em eficiência e disciplina financeira.

A C&A registrou crescimento de receita líquida de 4,7% no quarto trimestre, ainda que o período tenha sido marcado por condições climáticas atípicas, Copa do Mundo de futebol que impactou o fluxo, principalmente nos dias em que a seleção brasileira esteve em campo, e um ambiente de consumo desfavorável em dias de eleição. A Margem Bruta de Mercadorias melhorou 2,6 pontos percentuais e o EBITDA ajustado aumentou 20,1%, com margem melhorando 2,4 pontos percentuais.

Olhando para essas mesmas métricas para o ano de 2022, o desempenho foi ainda melhor, com receita líquida crescendo 20%, Margem Bruta de Mercadorias melhorando 3,3 pontos percentuais e EBITDA ajustado subindo dois dígitos fortes - 66,5%, com 3,4 pontos percentuais ganho de margem.

Nossas iniciativas de sustentabilidade receberam importante reconhecimento neste trimestre. Pelo 5º ano consecutivo, a C&A foi a marca mais bem posicionada (#1) no Índice de Transparência da Moda Brasileira (ITM), iniciativa do Fashion Revolution Brasil que mede até que ponto as políticas, práticas e impacto social e ambiental de cada cadeia de valor dos maiores varejistas brasileiros são divulgados. Fomos o único varejista de moda a atingir a pontuação de 73%, um aumento de 3% em relação à pontuação de 2021.

Esses números e conquistas são reflexo da boa execução de nossa estratégia e de nossos esforços para melhorar a rentabilidade de nossas operações. Para 2022, isso significava focar nas alavancas de crescimento, na eficiência de custos e na disciplina financeira geral. Continuamos nossa transformação digital, com GMV superior a 1 bilhão de reais no ano, tivemos um crescimento sólido em nossas lojas ACE *double doors* e ampliamos ainda mais nossa oferta de crédito, principalmente por meio do C&A Pay, que está crescendo fortemente. Ao mesmo tempo, em um ambiente macroeconômico e de consumo difícil, mostramos disciplina na abertura de lojas, reduzimos nossos investimentos em 45% ao longo do ano e reduzimos a alavancagem para menos de 1 vez através de forte geração de caixa.

O ambiente do Brasil em 2023 permanece incerto. Nesse contexto, nossas prioridades continuam sendo focar em resultados e proteger nosso caixa. Priorizaremos os investimentos em 2023, com abertura limitada de lojas e projetos de tecnologia direcionados. Acompanharemos de perto as despesas e o capital de giro, continuando a nos beneficiar da disciplina financeira para criar valor para nossos stakeholders.

A Administração C&A Modas S.A.

Alavancas do Plano de Crescimento

As alavancas do nosso plano de crescimento tiveram papel relevante nos resultados que alcançamos em 2022. Os principais destaques foram a abertura de 17 novas lojas e o fechamento de 4. Avançamos significativamente em nossas vendas pelo WhatsApp, oferecendo aos nossos clientes uma experiência de compra assistida que resulta em maior conversão e ticket médio. O investimento na cadeia de suprimentos do eCommerce nos permitiu figurar entre as melhores em nível de serviço de entrega. E com o C&A Pay, demos acesso a mais de 2,5 milhões de portadores de cartão para comprar em nossas lojas.

Novas Lojas e Formatos

No quarto trimestre apenas uma nova loja foi inaugurada no Rio de Janeiro, no Shopping Boulevard Rio com 1.477m², como consequência do ajuste em investimentos para proteção do caixa. Continuamos focados em nossa estratégia de abertura de lojas nas chamadas cidades tier 3 (população em torno de 500.000 habitantes) nas quais nos tornamos a principal opção de moda para a região. Das 43 lojas abertas nos últimos 2 anos, 27 estão localizadas em cidades de nível 3 e 11 não tinham concorrentes na área.

No trimestre, o foco foi a transformação de 10 lojas no formato *double door* para nossa marca esportiva ACE. Atualmente temos 13 lojas que operam neste formato e continuam apresentando resultados sólidos de crescimento de venda da categoria – em média, as vendas do ACE nessas lojas aumentam 2 vezes após a transformação. As vendas anuais do ACE aumentaram 23%.

LOJAS FORMATO DOUBLE DOOR ACE

Shopping Parque Dom Pedro - Campinas/SP

Shopping Iguatemi Fortaleza - Fortaleza/CE

Shopping Anália Franco - São Paulo/SP

Shopping Recife - Recife/PE

Shopping Iguatemi Macedo/ Maceió/AL

Midway Mall - Natal/ RN

Plaza Shopping Niterói - Niterói/RJ

Shopping Iguatemi Bahia - Salvador/BA

Amazonas Shopping - Manaus/AM

Shopping Conjunto Nacional - Brasília/DF

Park Shopping Brasília - Brasília/DF

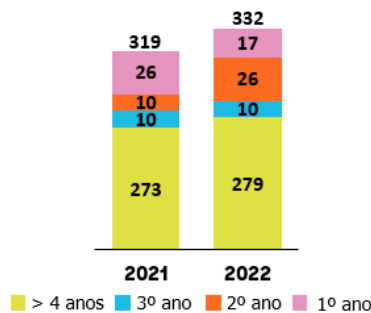
Minas Shopping - Belo Horizonte/ MG

Shopping Aricanduva - São Paulo/ SP



O total de lojas ao fim do 4T22 era de 332 unidades em todo país das quais 279, ou 84%, já estão em operação há mais de 4 anos. Nossa área de vendas já está acima de 615 mil m².

Distribuição de Loja por Idade



	4T22	4T21	Δ	2022	2021	Δ
Lojas	332	319	13	332	319	13
Novas	1	11	-10	17	26	-9
Fechadas	0	0	0	4	2	2
Área de Vendas (mil m²)	616	597	3,1%	616	597	3,1%

Transformação Digital

As vendas por WhatsApp mais uma vez impulsionaram a receita omni, fazendo com que nosso GMV digital no ano ficasse acima de R\$ 1 bilhão. Este canal contribuiu para uma melhor rentabilidade, maior margem bruta e custos de entrega reduzidos. Estoque vendido via WhatsApp é na maior parte das vezes da própria loja, e os clientes preferem fazer a retirada, levando a maior fluxo nas lojas, despesas menores de frete e ticket médio maior.

O programa de relacionamento C&A&VC fecha o ano com mais de 24 milhões de clientes registrados, possibilitando a identificação de 72% das vendas totais. A nossa base total de clientes ativos cresceu 4%, considerando os últimos 12 meses, e a base de clientes do *eCommerce* (incluindo as iniciativas de omnicanalidade) apresentou um aumento de 7%. Os clientes multicanais que somaram quase 10% do total, apresentaram crescimento de 18% e tiveram uma média de gastos quase 2,5 vezes maior do que outros clientes considerando os últimos 12 meses.

Modernização da Cadeia de Suprimentos

O centro de distribuição de última geração dedicado ao *eCommerce*, em operação desde novembro de 2021 – equipado com OSR Shuttle da KNAPP e integrado ao sistema de gestão do centro de distribuição (*Warehouse Management System*) da Manhattan, permitiu redução nas despesas relacionadas à operação do centro de distribuição. Além disso, alcançamos excelência nos níveis de serviço em relação ao prazo de entrega devido à automatização e eliminação de erros com a nova operação – 51% dos nossos pedidos foram entregues em todo o Brasil em até dois dias em 2022. Considerando o 4T22 e focando na região Sudeste, de onde vem a maior parte dos nossos pedidos, 57% dos pedidos foram entregues em até dois dias.

Quanto à adoção do modelo *push pull* de distribuição de produtos para as lojas, após importantes investimentos nos últimos dois anos para construir a estrutura: três novos *sorters* para movimentação de produtos em nível de SKU, o novo sistema de gestão de centros de distribuição da Manhattan e o algoritmo para alocar produtos baseados em inteligência artificial (SIA) da E2E (Accenture), em 2022 os resultados começaram a aparecer em nossa margem bruta. Com uma distribuição mais assertiva para as lojas, conseguimos reduzir as remarcações, o que ajudou a melhorar as margens brutas de vestuário. No final de 2022, aproximadamente 25% de nossas vendas de vestuário eram cobertas por *push pull*.

Oferta de Crédito

Assim como nos comprometemos no IPO, continuamos focados em aumentar a oferta de crédito aos nossos clientes. Considerando a parceria com o Bradesco e o C&A Pay - nossa oferta direta que completou o primeiro ano de operação em dezembro, atingimos os patamares pré-pandemia na oferta de crédito como percentual das vendas – 21%, um aumento de 5 p.p. em relação a 2021.

Podemos comemorar o sucesso do lançamento do C&A Pay, mesmo em um ambiente macroeconômico desafiador. Emitimos mais de 2,5 milhões de cartões digitais, com os indicadores de saúde financeira e retorno da carteira em linha com o definido no plano de negócios. Essa operação é acompanhada por comitês para garantir a adequada gestão de riscos e prestação de contas. Informações mais detalhadas estão disponíveis na seção Serviços Financeiros deste relatório.

Desempenho Financeiro

Receita Líquida

R\$ milhões	4T22	4T21	Δ	2022	2021	Δ
Receita Líquida Total	1.948,7	1.862,1	4,7%	6.183,5	5.153,2	20,0%
Receita de Mercadoria	1.879,6	1.833,1	2,5%	5.904,5	4.960,6	19,0%
Vestuário	1.647,5	1.601,8	2,9%	5.021,1	4.204,1	19,4%
Fashiontronics e Beleza	232,1	231,3	0,3%	883,4	756,6	16,8%
Serviços Financeiros	62,8	25,2	149,2%	257,4	175,0	47,1%
Outras Receitas	6,3	3,9	61,5%	21,7	17,6	23,3%

%	4T22	4T21	Δ	2022	2021	Δ
Vendas Mesmas Lojas (SSS)¹	1,0%	5,8%	-4,8p.p.	15,9%	24,7%	-8,8p.p.
Vestuário	1,3%	12,5%	-11,2p.p.	16,1%	32,7%	-16,6p.p.
Fashiontronics e Beleza	-1,3%	-24,7%	23,4p.p.	14,4%	-6,3%	20,7p.p.

(1) SSS: *Same-Store Sale* - Crescimento de vendas nas mesmas lojas. É composto pelas vendas das lojas ativas há mais de 13 meses em relação ao mesmo período do ano anterior, incluindo o e-commerce e todas as suas modalidades de vendas e entrega (100% online, Ship from Store e Clique e Retire).

No quarto trimestre, a receita líquida totalizou R\$ 1.948,7 milhões, montante 4,7% superior ao do 4T21. Para o ano de 2022, a receita líquida total foi de R\$ 6.183,5 milhões, 20,0% acima do ano anterior. A receita líquida de mercadorias no trimestre ficou 2,5% superior, somando R\$ 1.879,6 milhões e no ano ficou 19,0% superior, atingindo R\$ 5.904,5 milhões. O crescimento observado foi devido principalmente ao bom desempenho do vestuário durante o ano - principalmente no 2T22, e ao C&A Pay no 4T22.

Observando o conceito de vendas de mercadorias mesmas lojas (*Same Store Sales*), observamos aumento de 1,0% no 4T22. No ano, o SSS foi de 15,9%.

Vestuário

A receita de vestuário apresentou aumento de 2,9% e SSS de 1,3% no 4T22 e para o ano de 2022, o aumento foi de 19,4% e o SSS foi 16,1%. O desempenho da categoria no trimestre foi impactado pelo clima frio atípico para o período principalmente na região sudeste, e pela copa do mundo de futebol – nos dias com jogo da seleção brasileiro, o fluxo nas lojas ficava praticamente zerado após o horário do almoço. Apesar destes fatores externos, nossos produtos tiveram boa aceitação, principalmente as coleções de brilhos e brancos focadas nas festividades do final do ano.

Fashiontronics e Beleza

A categoria é composta por aparelhos celulares e smartphones, em sua maioria, e por itens de beleza e relógios. Embora os produtos de beleza tenham sido introduzidos na C&A apenas no final de 2019, atualmente já representam pouco mais de 15% da categoria e estão presentes em 274 lojas, além do canal digital.

O desempenho da receita foi praticamente estável em relação ao 4T21, ficando 0,3% superior e o SSS ficou negativo em 1,3%. Observamos fraca demanda para celulares e smartphones inclusive no evento da Black Friday. No ano, *Fashiontronics* e Beleza apresentaram crescimento de 16,8% na receita e o SSS ficou em 14,4%.

R\$ milhões	4T22	4T21	Δ	2022	2021	Δ
Receita Bruta Digital Total (GMV¹ 1P+3P)	396,7	256,4	54,7%	1.170,7	900,7	30,0%
Receita Líquida Digital	295,9	195,4	51,4%	872,4	687,0	27,0%
% Receita Líquida Digital / Receita Total Mercadorias	15,7%	10,7%	5,0p.p.	14,8%	13,8%	1,0p.p.

(1) GMV - Gross Merchandise Value: 1P – first-party relationship ou vendas diretas, 3P – third-party relationship ou vendas do marketplace.

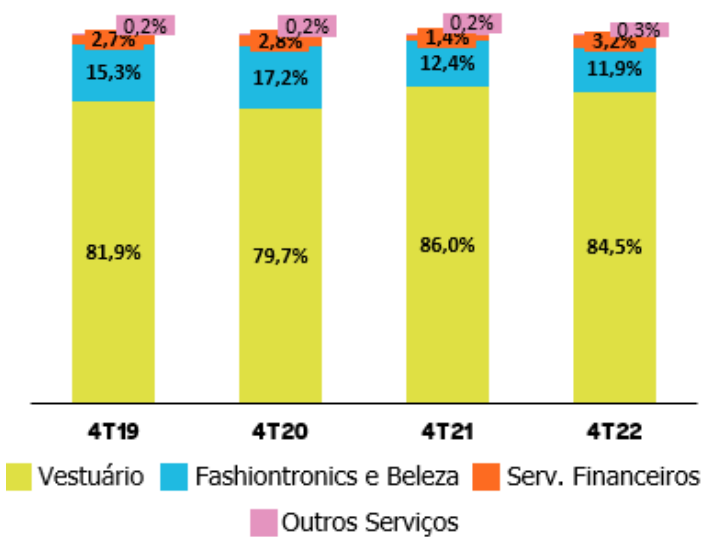
Nossa Receita Bruta Digital, ou GMV on-line, considerando nossas vendas e dos parceiros (*sellers*) em nosso *marketplace* apresentou um crescimento de 54,7% no trimestre, atingindo R\$ 396,7 milhões. Com isso, atingimos a marca recorde de mais de R\$ 1 bilhão de reais de vendas no ano, crescendo 30% em relação a 2021.

A receita líquida omni da C&A no 4T22 foi de R\$ 295,9 milhões, crescimento de 51,4%. A participação em relação à venda total foi de 15,7%. No ano, a receita líquida omni ficou em R\$ 872,4 milhões, crescimento de 27%.

A receita de Serviços Financeiros no trimestre foi de R\$ 62,8 milhões, apresentando aumento de 149,2%, principalmente em função do crescimento da operação do C&A Pay. No ano de 2022, a receita de Serviços Financeiros ficou em R\$ 257,4 milhões, um aumento de 47,1%.

A linha de outras receitas apresentou aumento de 61,5% no 4T22, ficando em R\$ 6,3 milhões. No ano, a receita foi de R\$ 21,7 milhões, um aumento de 23,3%.

Receita Líquida por Negócio



No quarto trimestre, a participação do *fashiontronics* e beleza ficou em 11,9%, com queda de 0,5 p.p. em relação ao 4T21 e de 3,4 p.p. em relação ao 4T19. A receita de serviços financeiros aumentou a participação ficando em 3,2%.

Lucro e Margem Bruta

R\$ milhões exceto margens	4T22	4T21	Δ	2022	2021	Δ
Lucro Bruto Total	1.008,4	898,5	12,2%	3.106,1	2.397,3	29,6%
Lucro Bruto de Mercadorias	962,0	890,3	8,1%	2.898,8	2.270,4	27,7%
<i>Vestuário</i>	911,2	839,9	8,5%	2.705,8	2.123,4	27,4%
<i>Fashiontronics e Beleza</i>	51,6	50,4	2,4%	193,9	147,0	31,9%
Lucro Bruto Serviços Financeiros	62,5	23,9	161,5%	255,8	173,0	47,9%
Lucro Bruto Outras	(16,9)	(15,6)	8,3%	(49,4)	(46,1)	7,2%
Margem Bruta Total	51,7%	48,3%	3,4p.p.	50,2%	46,5%	3,7p.p.
Margem Bruta Vestuário	55,3%	52,4%	2,9p.p.	53,9%	50,5%	3,4p.p.
Margem Bruta <i>Fashiontronics</i> e Beleza	22,2%	21,8%	0,4p.p.	21,9%	19,4%	2,5p.p.
Margem Bruta de Mercadorias	51,2%	48,6%	2,6p.p.	49,1%	45,8%	3,3p.p.

No 4T22, o lucro bruto acumulou R\$ 1.008,4 milhões, montante 12,2% superior ao do 4T21. No ano, o lucro bruto representou R\$ 3.106,1 milhões. A margem bruta total no trimestre foi de 51,7%, 3,4pp superior em função principalmente da melhoria da margem observada no vestuário e pelo aumento da participação de serviços financeiros. No ano, a margem bruta total foi de 50,2%, aumento de 3,7pp em relação a 2021 e ficando inclusive acima de 2019 – período pré pandemia.

A margem bruta de mercadorias ficou em 51,2%, um aumento de 2,6 p.p. em relação ao 4T21. Este resultado é consequência principalmente da melhoria da margem de vestuário. No ano de 22, a margem bruta de mercadorias ficou em 49,1%, 3,3pp superior a 21.

A margem bruta de vestuário ficou em 55,3%, um aumento de 2,9 pp em função da contínua evolução da precificação dinâmica e do início da captura do benefício da distribuição *push-pull* em nossos produtos de maior giro. Para o ano, a margem fechou em 53,9%, aumento de 3,4pp em relação a 2021.

Em *Fashiontronics* e *Beleza*, a margem no trimestre foi de 22,2%, aumento de 0,4 pp. No ano, a margem ficou em 21,9%, representando um aumento de 2,5 pp principalmente em função do crescimento da participação de beleza em mais de 15p.p. contribuindo com uma margem melhor do que celulares e smartphones, principalmente no cenário de competição mais agressiva a partir de meados de 22.

O lucro bruto de serviços financeiros no ficou em R\$ 62,5 milhões, aumento de 161,5%, em linha com a variação de receita. No ano, o crescimento foi de 47,9%, atingindo R\$ 255,8 milhões.

O lucro bruto na linha de outras ficou negativo em R\$16,9 milhões em função de perdas de mercadorias registradas no trimestre. No ano, o montante negativo foi de R\$ 49,4 milhões.

Despesas Operacionais

R\$ milhões	4T22	4T21	Δ	2022	2021	Δ
Despesas com Vendas	(476,9)	(492,9)	-3,2%	(1.815,4)	(1.595,6)	13,8%
Despesas Gerais e Administrativas	(139,7)	(106,1)	31,7%	(485,6)	(363,2)	33,7%
Total Despesas com Vendas e Gerais e Administrativas¹	(616,5)	(599,0)	2,9%	(2.301,0)	(1.958,9)	17,5%
Outras (Despesas) Receitas Operacionais	119,5	64,0	86,7%	169,3	209,5	-19,2%
Despesas Operacionais¹	(497,1)	(535,0)	-7,1%	(2.131,8)	(1.749,4)	21,9%
%	4T22	4T21	Δ	2022	2021	Δ
Despesas com Vendas/Receita Líquida Total	24,5%	26,5%	-2,0p.p.	29,4%	31,0%	-1,6p.p.
Despesas G&A/ Receita Líquida Total	7,2%	5,7%	1,5p.p.	7,9%	7,0%	0,9p.p.
Despesas com Vendas e G&A/Receita Líquida Total	31,6%	32,2%	-0,6p.p.	37,2%	38,0%	-0,8p.p.

(1) As despesas consideram o impacto do pagamento do arrendamento mercantil, conforme norma contábil IFRS16. As informações excluindo esse impacto, estão disponíveis na planilha de fundamentos no site de RI da C&A. Também são excluídas as despesas de Depreciação e Amortização, inclusive a Depreciação Direito de Uso (Arrendamento), e provisão em crédito líquidas, para facilitar a análise.

No quarto trimestre, as despesas operacionais, excluindo depreciação e perdas em crédito líquidas, somaram R\$ 497,1 milhões, montante 7,1% menor do que o apresentado no 4T21 principalmente em função de outras receitas operacionais. No ano de 2022, as despesas operacionais somaram R\$ 2.131,8 milhões, ficando 21,9% acima de 2021.

As despesas de vendas foram R\$ 476,9 milhões, redução de 3,2%. A principal justificativa foi o gasto com marketing, que apresentou redução de 62,4% em relação ao 4T21, reflexo de nossa busca por rentabilidade na operação on-line com

redução das despesas em marketing digital. No ano, as despesas com vendas foram de R\$ 1.815,4 milhões, ficando 13,8% acima de 2021 em função do ajuste inflacionário e aumento do número de lojas.

As despesas gerais e administrativas ficaram 31,7% maior, somando R\$ 139,7 milhões, em função do aumento na linha de pessoal, parcialmente mitigada pela redução na linha de materiais e serviços de terceiros em função do ganho de eficiência principalmente no centro de distribuição do eCommerce com a nova operação automatizada e da redução em manutenção de TI. Em 2022, as despesas gerais e administrativas ficaram 33,7% superior a 2021, atingindo R\$ 485,6 milhões.

O detalhamento das despesas operacionais está disponível na planilha de fundamentos no site de RI da C&A – <https://ri.cea.com.br>.

O indicador despesas com vendas e G&A sobre receita líquida total ficou em 31,6%, redução de 0,6 pp. No ano de 2022, este indicador apresentou queda de 0,8 pp, demonstrando a gradual melhora na alavancagem operacional.

A linha de Outras (Despesas) e Receitas Operacionais foi uma receita de R\$ 119,5 milhões, 86,7% superior ao 4T21. A principal justificativa foi o reconhecimento de créditos fiscais, no valor aproximado de R\$100 milhões, relacionado ao trânsito em julgado no STJ (Supremo Tribunal Judicial) do processo para discutir o direito de fruição da alíquota zero do PIS e da COFINS, prevista pela Lei nº 11.196/2005 (conhecida como “Lei do Bem”), para a venda a varejo de smartphones produzidos no país. No ano, a linha de Outras (Despesas) e Receitas Operacionais foi uma receita de R\$ 169,3 milhões, apresentando uma redução de 19,2% ao ano de 2021.

Serviços Financeiros

A receita líquida de serviços financeiros no trimestre foi de R\$ 62,8 milhões, 149,2% superior ao 4T21. No ano de 2022, totalizou R\$ 257,3 milhões, um aumento de 47%. O aumento, tanto no trimestre quanto no ano, deveu-se ao bom desempenho do C&A Pay, que amenizou a queda de receita observada na parceria Bradescard.

A provisão para perdas da operação do C&A Pay foi de R\$ 30,0 milhões no trimestre. As despesas totais foram de R\$ 66,0 milhões, montante 39,2% superior considerando que a operação do C&A Pay era incipiente no 4T21. No ano de 22, a provisão para perdas foi de R\$ 64,3 milhões e as despesas representaram R\$ 227,0 milhões.

A participação do crédito oferecido tanto via parceria Bradescard como via C&A Pay representou 22% das vendas no quarto trimestre. E o C&A Pay desponta como um componente cada vez mais importante de nossas vendas no varejo, respondendo sozinho por 16% no trimestre.

R\$ milhões	4T22	4T21	Δ	2022	2021	Δ
Parceria Bradescard	10,7	24,5	-56,3%	123,2	174,3	-29,3%
C&A Pay (Private Label)	52,2	0,7	7357,1%	134,1	0,7	19057,1%
Receita líquida do <i>Funding</i> e Impostos de Serviços Financeiros	62,8	25,2	149,2%	257,3	175,0	47,0%
Lucro bruto - Serviços Financeiros	62,5	23,9	161,5%	255,8	173,0	47,9%
(-) Perdas, Líq. das Recuperações (C&A Pay – Private Label)	(30,0)	(0,5)	5900,0%	(64,3)	(0,5)	12760,0%
(-) Despesas Totais de Serviços Financeiros	(66,0)	(47,4)	39,2%	(227,0)	(137,3)	65,3%
(=) Resultado de Serviços Financeiros	(33,5)	(24,0)	39,6%	(35,5)	35,2	-200,9%

Indicadores	4T22	4T21	Δ	2022	2021	Δ
Parceria Bradescard						
Média Líquida de Contas a Receber (bilhões)	2,6	2,9	-10,3%	2,8	2,9	-3,4%
% da Venda	6%	13%	-7p.p.	8%	14%	-6p.p.
Número de cartões novos (mil)	93,0	265,0	-64,9%	365,1	871,0	-58,1%
Número de cartões ativos (milhões)	2,1	2,6	-19,2%	2,3	2,7	-14,8%
Perdas, líquidas das recuperações, sobre carteira média - período (%)	4,9%	3,6%	1,3p.p.	12,3%	7,6%	4,7p.p.
C&A Pay (Private Label)						
Carteira final do período (milhões)	562,6	98,2	472,7%	562,6	98,2	472,7%
% da Venda	16%	4%	12p.p.	13%	2%	11p.p.
Número de cartões novos (mil)	608,0	401,5	51,4%	2.165,0	401,5	439,2%
Número de cartões emitidos (mil)	2.567,0	401,5	539,4%	2.567,0	401,5	539,4%
Perdas, líquidas das recuperações, sobre carteira média - período (%)	6,3%	1,0%	5,3p.p.	19,5%	4,0%	15,5p.p.

Na parceria com Bradescard, o número de cartões novos emitidos no trimestre foi de 93 mil e a participação do crédito oferecido como % das vendas foi de 6%, caindo 7 pp.

O C&A Pay emitiu no trimestre mais de 600 mil novos cartões digitais, atingindo mais de 2,57 milhões de cartões emitidos. As perdas líquidas de recuperação sobre a carteira média no trimestre representaram 6,3%.

C&A Pay - Private Label (R\$ mil)	A vencer	Vencida	Saldo
Até 30 dias	127.055	10.381	137.456
de 31 a 60 dias	85.049	10.293	95.342
de 61 a 90 dias	58.792	15.454	74.246
de 91 até 180	107.183	42.130	149.312
de 180 a 360 dias	65.821	39.869	105.690
Acima de 361 dias	605	-	-
Total	444.505	118.127	562.652

A carteira em aberto a partir de 90 dias ficou em 14,6%. Lembrando que o C&A Pay completou o primeiro ano de operação em dezembro/22 e ainda se encontra em fase de formação de safras. Este percentual deve aumentar com a maturação do negócio.

C&A Pay - Private Label (R\$ mil)	Carteira	PDD	% Cobertura
Saldo <i>On Balance</i>	562.632	64.095	11,4%
Estágio 1	445.148	3.086	0,7%
Estágio 2	34.775	4.263	12,3%
Estágio 3	82.709	56.746	68,6%
Saldo <i>Off Balance</i> ¹	1.143.596	343	0,0%
Total Geral	1.706.228	64.438	3,8%
Índice de cobertura sobre carteira crédito			11,5%

(1) Considera limites concedidos e não utilizados

O índice de cobertura sobre a carteira de crédito fechou o trimestre em 11,5%.

Modalidades de Pagamento	4T22	4T21	Δ	2022	2021	Δ
À vista	33%	35%	-2p.p.	31%	34%	-3p.p.
Cartões parceria Bradescard	6%	13%	-7p.p.	8%	14%	-6p.p.
Até 5 parcelas	4%	8%	-4p.p.	5%	8%	-3p.p.
Acima de 5 parcelas	1%	2%	-1p.p.	1%	2%	-1p.p.
Outros	1%	3%	-2p.p.	2%	4%	-2p.p.
C&A Pay (Private Label)	16%	4%	12p.p.	13%	2%	11p.p.
Até 5 parcelas	10%	3%	7p.p.	8%	1%	7p.p.
Acima de 5 parcelas	1%	0%	1p.p.	1%	0%	1p.p.
Outros	5%	1%	4p.p.	4%	1%	3p.p.
Cartões Terceiros	45%	48%	-3p.p.	48%	50%	-2p.p.
Até 3 parcelas	29%	32%	-3p.p.	30%	31%	-1p.p.
Acima de 3 parcelas	6%	8%	-2p.p.	9%	12%	-3p.p.
Outros	10%	8%	2p.p.	9%	8%	1p.p.

Nas modalidades de pagamento, destaca-se o ganho de participação do C&A Pay em detrimento das outras modalidades.

EBITDA Ajustado (Pós-IFRS 16)

R\$ milhões exceto margem	4T22	4T21	Δ	2022	2021	Δ
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	212,9	154,4	37,9%	0,8	329,0	-99,8%
(+) Impostos sobre o Lucro	93,6	32,0	192,5%	(44,1)	(328,0)	-86,6%
(+/-) Resultado Financeiro Líquido	45,7	30,4	50,3%	311,5	91,8	239,3%
(+) Depreciação e Amortização	129,0	146,3	-11,8%	641,9	554,6	15,7%
(=) EBITDA (pós-IFRS16)	481,3	363,1	32,6%	910,1	647,4	40,6%
(+/-) Outras Receitas (Despesas) Operacionais, Líquidas	13,4	(20,3)	-166,0%	31,1	18,9	64,6%
(+) Receita Financeira de Fornecedores	2,5	4,4	-43,2%	9,2	12,4	-25,8%
(-) Recuperação de Créditos Fiscais	(132,9)	(43,7)	204,1%	(200,4)	(228,4)	-12,3%
(=) EBITDA Ajustado (pós-IFRS 16)¹	364,3	303,4	20,1%	750,1	450,4	66,5%
Margem EBITDA Ajustada (pós-IFRS 16)¹ sobre Receita Líquida	18,7%	16,3%	2,4p.p.	12,1%	8,7%	3,4p.p.
Margem EBITDA Ajustada (pós-IFRS 16)¹ sobre Receita de Mercadorias	19,4%	16,6%	2,8p.p.	12,7%	9,1%	3,6p.p.

(1) EBITDA ajustado por: (i) outras receitas (despesas) operacionais líquidas; (ii) receita financeira de fornecedores; e (iii) recuperação de créditos fiscais.

O EBITDA ajustado pós-IFRS 16 no quarto trimestre de 2022 foi de R\$ 364,3 milhões, um aumento de 20,1% em relação ao 4T21, com margem EBITDA ajustada pós-IFRS 16 de 18,7%. No ano, o EBITDA ajustado pós-IFRS 16 foi de R\$ 750,1 milhões com margem de 12,1%.

Vale mencionar que no 4T22 foi feito um estudo a respeito da vida útil de nossos ativos. O resultado deste estudo fez com que os valores da depreciação fossem revistos para o ano todo e o impacto foi contabilizado no trimestre, no montante de uma redução na linha de aproximadamente R\$ 41 milhões.

R\$ milhões exceto margem	4T22	4T21	Δ	2022	2021	Δ
(-) Resultado de Serviços Financeiros	33,5	24,0	39,6%	35,5	(35,2)	-200,9%
EBITDA Ajustado (pós-IFRS16) da Operação de Varejo	397,9	327,4	21,5%	785,6	415,2	89,2%
Margem EBITDA Ajustado (pós-IFRS16) da Operação de Varejo	20,4%	17,6%	2,8p.p.	12,7%	8,1%	4,6p.p.

No trimestre, o EBITDA ajustado da operação de Varejo foi de R\$ 397,9 milhões, com margem de 20,4%. No ano, o EBITDA ajustado da operação de Varejo ficou em R\$ 785,6 milhões.

Resultado Financeiro

R\$ milhões	4T22	4T21	Δ	2022	2021	Δ
Variação Cambial	0,3	(0,1)	-400,0%	0,3	(0,7)	-142,9%
Total Despesas Financeiras	(171,9)	(85,7)	100,6%	(601,3)	(267,3)	125,0%
Juros sobre empréstimos	(81,4)	(31,7)	156,8%	(272,4)	(81,5)	234,2%
Juros sobre Arrendamento	(40,2)	(34,0)	18,2%	(156,5)	(135,4)	15,6%
Juros sobre impostos e contingências	(6,1)	(4,0)	52,5%	(21,7)	(14,5)	49,7%
Outras Despesas Financeiras	(44,2)	(16,0)	176,3%	(150,7)	(36,0)	318,6%
Total Receitas Financeiras	125,9	55,4	127,3%	289,6	176,2	64,4%
Receitas com juros	84,2	35,7	135,9%	168,6	126,4	33,4%
Juros sobre aplicações financeiras	39,1	15,3	155,6%	111,7	37,4	198,7%
Outras Receitas Financeiras	2,5	4,4	-43,2%	9,3	12,4	-25,0%
Resultado Financeiro	(45,7)	(30,4)	50,3%	(311,5)	(91,8)	239,3%

No 4T22, o resultado financeiro foi uma despesa de R\$ 45,7 milhões principalmente em função do aumento da despesa financeira com juros sobre empréstimos - consequência do aumento da dívida e do aumento da taxa CDI. Além dos juros com empréstimos, houve aumento em outras despesas financeiras refletindo o ajuste a valor presente das compras de fornecedores dado aumento na taxa Selic e a contabilização da correção monetária do valor devido ao Bradesco pela recompra do direito de ofertar crédito, que não existia no 4T21 e representou R\$ 16,3 milhões. Os impactos mencionados anteriormente foram parcialmente mitigados pelo reconhecimento dos juros dos créditos fiscais, principalmente do processo referente ao direito de alíquota zero do PIS e da COFINS, prevista pela Lei nº 11.196/2005 (conhecida como “Lei do Bem”), para a venda a varejo de smartphones produzidos no país no valor de cerca de R\$ 40 milhões. No ano, o resultado financeiro foi uma despesa de R\$ 311,5 milhões, sendo mais de 3 vezes maior do que a observada em 2021 principalmente em função do aumento na taxa de juros e maior endividamento.

Lucro Líquido

R\$ milhões exceto margem	4T22	4T21	Δ	2022	2021	Δ
Lucro (Prejuízo) Líquido	212,9	154,4	37,9%	0,8	329,0	-99,8%
Margem Líquida	10,9%	8,3%	2,6p.p.	0,0%	6,4%	-6,4p.p.

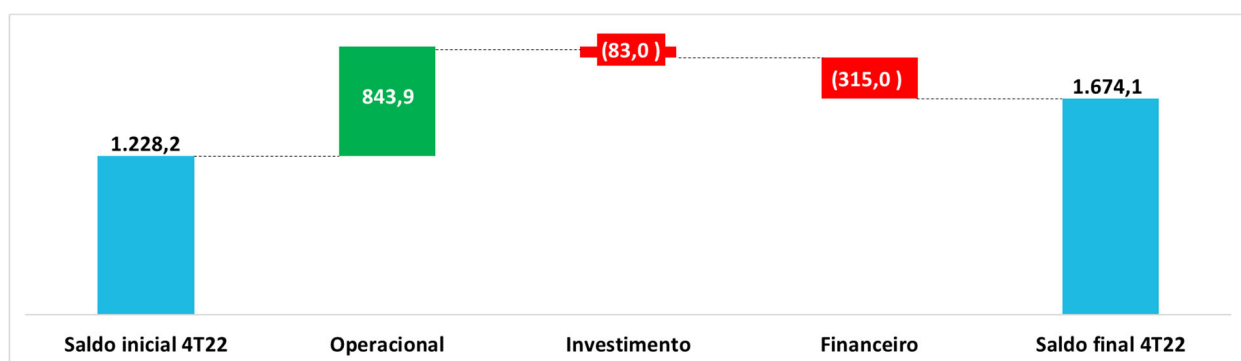
No 4T22, a C&A apresentou lucro de R\$ 212,9 milhões, com margem líquida de 10,9%. No ano de 2022, o lucro foi de R\$ 0,8 milhão. Lembrando que no 4T21 houve o reconhecimento de um crédito fiscal relevante que resultou no lucro apresentado na tabela. Excluindo os efeitos não recorrentes do trimestre, o resultado teria sido um lucro de cerca R\$ 80 milhões. No ano, eliminando o efeito do crédito fiscal mencionado, o prejuízo teria sido cerca de R\$ 130 milhões.

Fluxo de Caixa Livre Ajustado

R\$ milhões	4T22	4T21	Δ	2022	2021	Δ
Lucro (Prejuízo) pré-IFRS16 antes do IR/CSLL	310,3	192,2	61,4%	10,1	44,2	-77,1%
Depreciação e amortização	47,4	68,2	-30,5%	295,1	246,3	19,8%
(+/-) Outros	(8,4)	7,0	-220,0%	223,5	(134,7)	-265,9%
Ajustes sem efeito caixa	38,9	75,2	-48,3%	518,5	111,9	363,4%
Imposto de renda e contribuição social pagos	(7,9)	0,0	-	(19,8)	(1,8)	1000,0%
Capital de Giro	502,6	95,7	425,2%	92,6	(112,8)	-182,1%
Contas a receber	(207,3)	(282,6)	-26,6%	(206,9)	(98,7)	109,6%
Estoques	100,1	10,1	891,1%	(65,9)	(261,0)	-74,8%
Fornecedores	414,3	238,4	73,8%	145,5	133,7	8,8%
Outros	195,5	129,9	50,5%	219,9	113,3	94,1%
Caixa originado das atividades operacionais	843,9	363,1	132,4%	601,5	41,6	1345,9%
(-) CAPEX (Investimentos)	(83,0)	(240,3)	-65,5%	(471,6)	(571,3)	-17,5%
(=) Fluxo de Caixa Livre Ajustado	760,9	122,8	519,6%	129,9	(529,8)	-124,5%

No quarto trimestre de 2022, o fluxo de caixa livre foi de R\$ 760,9 milhões, com a melhora no capital de giro decorrente de nossas iniciativas para aumentar o ciclo de pagamento - junto a fornecedores diretos e indiretos, e para reduzir o ciclo de recebimento – introdução da parcela mínima, dentre outras, e na redução de investimentos. No ano, o fluxo de caixa livre ficou em R\$ 129,9 milhões.

Movimentação Caixa – 4T22



Acompanhando a movimentação específica do trimestre, houve geração relevante de caixa no montante de R\$ 445,9 milhões. As atividades operacionais geraram caixa no valor de R\$ 843,9 milhões, valor beneficiado pela compensação de créditos fiscais extemporâneos de R\$ 27,4 milhões (para 2022 valor de cerca de R\$ 230 milhões). Os investimentos consumiram R\$ 83,0 milhões e as atividades de financiamento consumiram R\$ 315,0 milhões. Importante mencionar que no 4T22 realizamos o pré-pagamento de uma dívida, uma CCB (Cédula de Crédito Bancário) no valor de R\$ 230 milhões que venceria no 2T23, fazendo com que as atividades de financiamento tivessem consumo de caixa mais relevante.

Investimentos

R\$ milhões	4T22	4T21	Δ	2022	2021	Δ
Total dos Investimentos¹	110,8	347,2	-68,1%	373,4	682,1	-45,3%
Novas Lojas	16,0	93,7	-82,9%	108,4	178,7	-39,3%
Reformas e Remodelagens	22,9	36,9	-37,9%	45,6	59,8	-23,7%
Cadeia de Suprimentos	11,6	43,7	-73,5%	37,8	144,5	-73,8%
Digital e Tecnologia	60,3	172,9	-65,1%	181,6	299,1	-39,3%

(1) O valor do investimento corresponde aos investimentos adquiridos no período, mas não necessariamente pagos. O montante pago (saída de caixa) está informado no fluxo de caixa das atividades de investimentos.

O investimento no trimestre foi de R\$ 110,8 milhões, valor 68,1% menor quando comparado ao 4T21. Do total, investimentos em Digital e Tecnologia somaram R\$ 60,3 milhões. No ano de 2022, o investimento foi de R\$ 373,4 milhões, 45,3% menor do que em 2021.

Endividamento

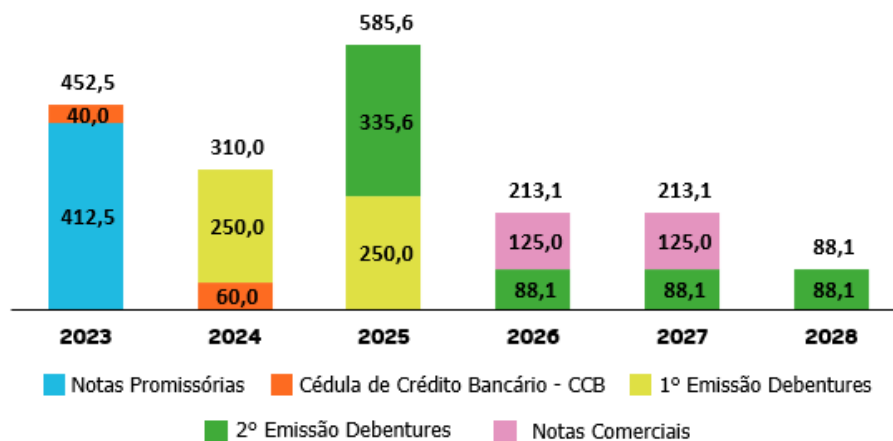
R\$ milhões	2022	2021	Δ
Dívida Bruta	2.151,2	1.375,2	56,4%
Dívida de Curto Prazo	746,4	121,6	513,8%
Dívida de Longo Prazo	1.404,8	1.253,6	12,1%
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras	1.682,8	1.058,0	59,1%
(=) Caixa ou (Dívida Líquida)	(468,4)	(317,2)	47,7%

No fim do quarto trimestre, nossa dívida líquida era de R\$ 468,4 milhões e a dívida total apresentava um prazo médio de 3,7 anos e um custo médio (*all in*) de CDI+2,03%. A alavancagem calculada de acordo com os critérios de *covenants* das dívidas contraídas ficou em 0,9x a dívida líquida / EBITDA últimos doze meses (no valor de R\$ 501 milhões) em função do foco a partir de meados de 2022 em proteção ao caixa.

R\$ milhões	2022	2021
EBITDA	910,1	647,4
(-) Pagamentos Arrendamento Mercantil	(449,9)	(396,8)
(=) EBITDA excluindo IFRS16	460,1	250,6
(+/-) Ganhos (Perdas) Venda de Ativos Excluindo Efeitos do IFRS16 (Nota Explicativa 27.5)	8,6	4,6
(+/-) <i>Impairment</i> (Nota explicativa 27.5)	(6,1)	(3,9)
(+) Receita Financeira de Fornecedores (Nota explicativa 28)	9,2	12,4
(-) Gastos com Reestruturação/Consultoria (Nota explicativa 27.5)	7,1	4,3
(+/-) Provisões (Reversões) de Contingências (Nota Explicativa 23.2)	22,2	(19,2)
(=) EBITDA Ajustado para covenants¹	501,1	248,9
Dívida Líquida/EBITDA Ajustado para covenants ¹ (12 meses)	0,9x	1,3x

(1) EBITDA Ajustado para fins de covenants das dívidas, exclui o os efeitos do CPC 06 (R2) e da norma Internacional de Contabilidade – IFRS 16, antes de: (i) imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, (ii) despesas de depreciação do imobilizado (excluindo-se imobilização), (iii) despesas de amortização, (iv) do resultado financeiro (exceto receita obtida por antecipação de notas de fornecedores, que deve ser considerada parte do EBITDA), (v) da equivalência patrimonial, (vi) da participação de acionistas minoritários e (vii) do Resultado Não Operacional. Para esse relatório foi considerado como "Resultado Não Operacional": (i) a venda de ativos, (ii) provisões/reversões de contingências, (iii) *impairment*, (iv) despesas pontuais de reestruturação

Cronograma de Amortização da Dívida (R\$ milhões)

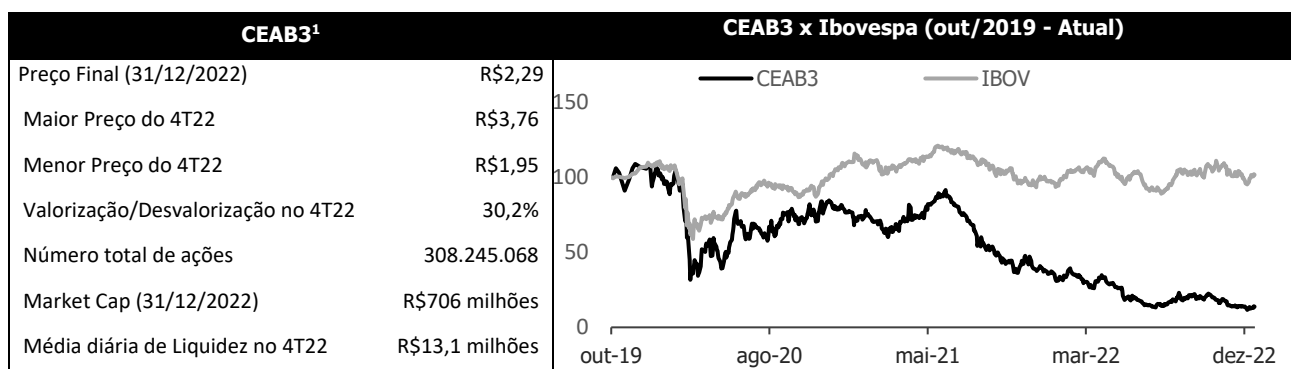


O cronograma de amortização refere-se apenas ao principal, sem incluir juros.

No cronograma da amortização da dívida, considerando apenas o principal, pode ser observado o impacto do pré-pagamento de uma CCB (Cédula de Crédito Bancário) no valor de R\$ 230 milhões que venceria no 2T23 que possuía a taxa de juros mais alta de nosso portfólio – CDI+2,95%. Desta forma, houve uma redução do desembolso para pagamento de dívidas em 2023 para R\$ 452,5 milhões.

Mercado de Capitais

A C&A estreou na B3 dia 28 de outubro de 2019 como empresa do Novo Mercado e o preço da oferta inicial das ações foi de R\$ 16,50. O volume médio diário de negociação foi de R\$ 13,1 milhões no 4T22 e houve valorização das ações de 30,2%. Em 31 de dezembro de 2022, o valor de mercado da Companhia era de R\$ 706 milhões.



O capital da Companhia totaliza 308.245.068 ações ordinárias e o *free float* é de 34,5%. Nossos principais acionistas e o *free float* da Companhia, com base em 31/12/2022, estão descritos no quadro a seguir:

Composição acionária	Nº de ações (ON)	% do total
Acionista controlador	201.319.336	65,3%
Administração	805.797	0,3%
Tesouraria	1.969.900	0,4%
Outros	104.150.035	34,0%
Total	308.245.068	100,0%

Em 12 de novembro de 2021, o Conselho de Administração aprovou a aquisição de ações de emissão da Companhia para manutenção em tesouraria para atender ao Plano de Incentivo de Longo Prazo, e maximizar a geração de valor para o acionista por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital. Foi autorizado a recompra de 5.300.000 ações, das quais 1.969.900 ações foram adquiridas até 31 de dezembro de 2022 com preço médio de R\$3,44. Durante o 4T22, foram adquiridas 661.500 ações com preço médio de R\$2,30. O Programa tem validade até maio de 2023.

Evento Subsequente

Em 26 de janeiro de 2023, divulgamos comunicado ao mercado, referente aos nossos negócios com o Bradesco, anunciando a modificação dos termos relativos à atual parceria, firmada no final de 2021, e um novo contrato.

Quanto à parceria, concordamos que (i) a base ativa de cartões, encerrada em 23 de janeiro, continuará por 2,5 anos, sem nova emissão, (ii) o Bradesco terá a opção de adquirir a base ativa em julho de 2025, e (iii) o pagamento do direito de oferta de crédito diretamente aos clientes para o Bradesco foi postergado para julho de 2025 - e a partir de fevereiro de 2023, o valor será corrigido pela taxa de CDI + 1,65%.

Com relação ao novo contrato, para manter uma ampla oferta de crédito aos nossos clientes – um cartão de crédito que pode ser utilizado em outros lojistas que não a C&A, continuaremos a emitir cartões Bradesco e seremos remunerados em forma de comissão por emissão. Estes cartões não farão parte da parceria anterior.

O racional para abordar o Bradesco nessa discussão foi baseado na deterioração do ambiente macroeconômico nos últimos trimestres. O aumento do endividamento e da inadimplência resultaram em dois fortes argumentos: uma base ativa de cartões da parceria com o Bradesco ainda relevante e uma visão mais cautelosa sobre o momento de lançamento do cartão de crédito C&A. Oferecer um cartão de crédito que pode ser usado em outro lugar, diferente do C&A Pay, traz um risco que não conhecemos e demanda uma captação muito maior – já que para ser usado em várias localidades, exige um limite mais alto.

Com este novo acordo, a C&A focará no crescimento de seu próprio cartão private label (para uso apenas nas lojas C&A) e no aumento de soluções para o cliente com novos seguros, saques e empréstimos pessoais. Nosso principal objetivo com a C&A Pay é aumentar as vendas no varejo e esperamos que o portfólio quase dobre até o final de 2023, aumentando a participação nas vendas para um patamar bastante competitivo.

C&A Modas S.A.



Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	1.627.977	1.003.249	1.674.091	1.050.251
Títulos e valores mobiliários	7	8.735	-	8.735	-
Contas a receber	8	1.065.961	1.144.404	1.278.206	1.145.336
Derivativos	30.2.a	1.371	1.535	1.371	1.535
Partes relacionadas	9	4.335	643	95	504
Estoques	11	852.224	849.269	852.033	849.269
Tributos a recuperar	12	898.651	848.803	899.433	849.155
Outros ativos	13	39.200	33.337	39.259	33.348
Total do ativo circulante		4.498.454	3.881.240	4.753.223	3.929.398
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Títulos e valores mobiliários	7	-	7.776	-	7.776
Tributos a recuperar	12	937.371	839.778	937.371	839.778
Tributos diferidos	14	423.049	378.365	423.049	378.803
Depósitos judiciais	23.3	61.290	61.937	61.290	61.937
Partes relacionadas	9	76	133	76	133
Outros ativos	13	2.528	2.587	2.528	2.587
Total do ativo realizável a longo prazo		1.424.314	1.290.576	1.424.314	1.291.014
Investimento					
Imobilizado	16	865.545	836.269	865.545	836.269
Direito de uso – arrendamento mercantil	18	1.565.447	1.640.290	1.565.447	1.640.290
Intangível	17	1.020.702	975.239	1.021.065	975.695
Total do ativo não circulante		4.924.663	4.773.646	4.876.371	4.743.268
Total do ativo		9.423.117	8.654.886	9.629.594	8.672.666

C&A Modas S.A.



Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Arrendamentos	18	513.238	471.723	513.238	471.723
Fornecedores	19	1.852.814	1.399.676	1.864.653	1.400.736
Empréstimos e debêntures	20	582.558	105.108	746.015	121.178
Derivativos	30.2.a	1.756	1.910	1.756	1.910
Obrigações trabalhistas	21	198.732	155.470	198.732	155.470
Partes relacionadas	9	48.567	59.454	43.592	59.017
Tributos a recolher	22	245.954	175.352	248.041	176.103
Outros passivos		29.733	28.585	63.704	28.918
Total do passivo circulante		3.473.352	2.397.278	3.679.731	2.415.055
Não circulante					
Arrendamentos	18	1.275.974	1.342.425	1.275.974	1.342.425
Fornecedores	19	12.570	435.060	12.570	435.060
Empréstimos e debêntures	20	1.404.817	1.253.648	1.404.817	1.253.648
Obrigações trabalhistas		7.370	5.675	7.370	5.675
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	23	182.750	169.526	182.847	169.526
Tributos a recolher	22	15.863	16.212	15.863	16.212
Outros passivos		50.226	40.056	50.226	40.056
Total do passivo não circulante		2.949.570	3.262.602	2.949.667	3.262.602
Total do passivo		6.422.922	5.659.880	6.629.398	5.677.657
Patrimônio líquido					
Capital social	24	1.847.177	1.847.177	1.847.177	1.847.177
Ações em tesouraria		(6.778)	(1.362)	(6.778)	(1.362)
Reserva de capital		37.641	27.861	37.641	27.861
Reserva de lucros		1.122.409	1.121.578	1.122.409	1.121.578
Resultados abrangentes		(254)	(248)	(254)	(248)
Total participação de controladores		3.000.195	2.995.006	3.000.195	2.995.006
Participação dos acionistas não controladores		-	-	1	3
Total do patrimônio líquido		3.000.195	2.995.006	3.000.196	2.995.009
Total do passivo e do patrimônio líquido		9.423.117	8.654.886	9.629.594	8.672.666

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

C&A Modas S.A.



Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais - R\$, exceto o resultado por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Receita líquida	26	6.081.265	5.150.223	6.183.550	5.153.205
<i>Venda de mercadorias e serviços</i>		5.926.749	4.978.231	5.926.177	4.978.231
<i>Produtos e serviços financeiros</i>		154.516	171.992	257.373	174.974
Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados	27	(3.076.995)	(2.754.776)	(3.077.441)	(2.755.897)
<i>Venda de mercadorias e serviços</i>		(3.076.408)	(2.753.915)	(3.075.909)	(2.753.915)
<i>Produtos e serviços financeiros</i>		(587)	(861)	(1.532)	(1.982)
Lucro bruto		3.004.270	2.395.447	3.106.109	2.397.308
(Despesas) e receitas operacionais:					
Gerais e administrativas	27	(676.045)	(486.412)	(682.646)	(487.881)
Vendas	27	(2.178.333)	(2.026.254)	(2.260.266)	(2.025.632)
Perdas em créditos, líquidas		-	-	(64.271)	(492)
Equivalência patrimonial	15	(52.667)	530	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	27	170.287	209.495	169.254	209.495
Lucro antes do resultado financeiro		267.512	92.806	268.180	92.798
Resultado de variação cambial		324	(691)	324	(691)
Despesas financeiras		(599.947)	(267.168)	(601.339)	(267.305)
Receitas financeiras		288.304	176.019	289.559	176.189
Resultado financeiro	28	(311.319)	(91.840)	(311.456)	(91.807)
(Prejuízo) Lucro antes dos impostos sobre o lucro		(43.807)	966	(43.276)	991
Impostos sobre o lucro	14	44.638	328.042	44.105	328.018
Lucro líquido do exercício		831	329.008	829	329.009
Atribuível aos acionistas:					
Não controladores				(2)	1
Controladores				831	329.008
				829	329.009
Lucro básico por ação – em R\$	33			0,0027	1,0681
Lucro básico por ação diluído - em R\$	33			0,0027	1,0617

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

C&A Modas S.A.



Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Lucro líquido do exercício	831	329.008	829	329.009
Outros resultados abrangentes:				
Resultados com derivativos	(9)	6.176	(9)	6.176
Efeitos tributários	3	(2.100)	3	(2.100)
Total de resultado abrangente a ser reclassificado para resultado do exercício em períodos subsequentes, líquidos dos tributos	(6)	4.076	(6)	4.076
Total do resultado abrangente	825	333.084	823	333.085
Atribuível aos acionistas:				
Não controladores			(2)	1
Controladores			825	333.084
			823	333.085

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

C&A Modas S.A.



Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Reserva de capital			Reserva de lucro				Outros resultados abrangentes		Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido		
		Capital social	Ações em tesouraria	Reserva de capital	Ações outorgadas	Reserva legal	Reservas de lucros a realizar	Reservas de incentivos fiscais	Reserva para investimento	Ajustes de avaliação patrimonial			Lucros (prejuízos) acumulados	Total controladores
Saldos em 31 de dezembro de 2020		1.847.177	-	10.516	8.859	48.600	-	1.874	742.096	(4.324)	-	2.654.798	2	2.654.800
Instrumentos patrimoniais outorgados														
– Remuneração baseada em ações	10	-	-	-	8.486	-	-	-	-	-	-	8.486	-	8.486
Recuperação de ações		-	(1.362)	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.362)	-	(1.362)
Destinação do resultado:														
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	329.008	329.008	1	329.009
Reserva Legal		-	-	-	-	16.450	-	-	-	-	(16.450)	-	-	-
Reserva de lucros a realizar		-	-	-	-	-	75.720	-	-	-	(75.720)	-	-	-
Reserva para investimento		-	-	-	-	-	-	227.160	-	-	(227.160)	-	-	-
Reservas de incentivos fiscais	24.8	-	-	-	-	-	-	9.678	-	-	(9.678)	-	-	-
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	-	-	4.076	-	-	4.076	-	4.076
Saldos em 31 de dezembro de 2021		1.847.177	(1.362)	10.516	17.345	65.050	75.720	11.552	969.256	(248)	-	2.995.006	3	2.995.009
Instrumentos patrimoniais outorgados														
– Remuneração baseada em ações	10	-	-	-	9.780	-	-	-	-	-	-	9.780	-	9.780
Recuperação de ações		-	(5.416)	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.416)	-	(5.416)
Destinação do resultado:														
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	831	831	(2)	829
Reserva Legal		-	-	-	-	42	-	-	-	-	(42)	-	-	-
Reservas de incentivos fiscais	24.8	-	-	-	-	-	-	789	-	-	(789)	-	-	-
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	-	-	(6)	-	-	(6)	-	(6)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		1.847.177	(6.778)	10.516	27.125	65.092	75.720	12.341	969.256	(254)	0	3.000.195	1	3.000.196

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis..

C&A Modas S.A.



Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais - R\$)

Nota	Controladora		Consolidado	
	2022	2021 (Reapresentado)	2022	2021 (Reapresentado)
Atividades operacionais				
Lucro/(prejuízo) antes dos impostos sobre a renda	(43.807)	966	(43.276)	991
Ajuste para reconciliar o resultado antes dos impostos com o fluxo de caixa:				
Constituição (Reversão) de provisão para perdas de crédito esperadas	8.4	4.582	5.133	68.527
Ajuste a valor presente do contas a receber e fornecedores		(480)	1.511	(480)
Despesas com remuneração baseado em ações	10	9.780	8.486	9.780
Constituição de provisão para perda nos estoques	11.3	63.139	52.792	63.139
Ganho/Reconhecimento de processos tributários, incluindo atualização monetária	12.2.1.4	(225.271)	(312.738)	(225.271)
Equivalência patrimonial	15.2	52.667	(530)	-
Depreciação e amortização	16.3 e 17.3	294.967	246.647	295.060
Constituição (Reversão) de provisão para redução ao valor recuperável do imobilizado, intangível e direito de uso		(6.141)	(3.900)	(6.141)
Perda na venda ou baixa do imobilizado e intangível		8.594	4.632	8.594
Baixa de arrendamento		(6.577)	(8.075)	(6.577)
Amortização do direito de uso	18.4	381.532	338.325	381.532
Juros sobre arrendamentos	18.4	165.719	144.151	165.719
Juros sobre empréstimos	20.4	272.449	81.458	272.449
Amortização custos de transação de empréstimos	20.4	2.777	2.369	4.247
Constituição (Reversão) de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		42.047	(5.662)	42.144
Atualização de depósitos judiciais		(10.972)	(2.635)	(10.972)
Rendimento de aplicação em títulos e valores mobiliários		(959)	(86)	(959)
Variações nos ativos e passivos:				
Contas a receber de clientes		68.349	(97.395)	(206.909)
Partes relacionadas		(14.572)	(5.171)	(14.959)
Estoques		(66.094)	(261.041)	(65.903)
Tributos a recuperar		77.830	63.747	77.400
Outros créditos		(5.804)	(10.304)	(5.852)
Depósitos judiciais		785	(8.854)	785
Fornecedores		134.722	134.082	145.501
Obrigações trabalhistas		44.957	20.577	44.957
Outros passivos		10.739	6.647	44.377
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		(17.989)	(23.870)	(17.989)
Tributos a pagar		89.032	80.422	91.221
Impostos de renda e contribuição social pagos		(18.822)	(1.727)	(19.770)
Fluxo de caixa originado das atividades operacionais		1.307.179	449.957	1.090.374
Atividades de investimento				
Aquisição de imobilizado		(193.203)	(302.840)	(193.203)
Aquisição de intangível		(278.765)	(268.102)	(278.765)
Investimento em controlada		(70.000)	-	-
Recebimento por vendas de ativos imobilizados		380	82	380
Fluxo de caixa aplicado em atividades de investimento		(541.588)	(570.860)	(471.588)
Atividades de financiamento				
Novos empréstimos e emissão de debêntures		850.000	500.000	1.291.249
Custos de transação de empréstimos/debêntures		(6.104)	(3.812)	(7.574)
Pagamento do principal dos empréstimos		(295.000)	(381.500)	(590.042)
Pagamento de juros sobre empréstimos		(195.503)	(51.011)	(194.323)
Pagamento do principal e juros de arrendamentos		(488.840)	(438.262)	(488.840)
Aplicações em títulos e valores mobiliários		-	(7.690)	-
Recompra de ações		(5.416)	(1.362)	(5.416)
Juros sobre o capital próprio e dividendos pagos		-	-	(1)
Fluxo de caixa originado nas (consumido pelas) atividades de financiamento		(140.863)	(383.637)	5.054
Aumento (redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa		624.728	(504.540)	623.840
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1.003.249	1.507.789	1.050.251
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		1.627.977	1.003.249	1.674.091

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

C&A Modas S.A.



Demonstrações dos valores adicionados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021 (reapresentado)	2022	2021 (reapresentado)
Receitas				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	7.918.641	6.734.089	8.034.803	6.737.322
Outras receitas operacionais	202.980	227.244	202.980	227.244
Provisão/reversão de perda crédito esperada	31	(1.866)	(64.240)	(2.359)
	8.121.652	6.959.467	8.173.543	6.962.207
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos prod. merc. e serv. vendidos	(3.003.603)	(2.705.149)	(3.003.105)	(2.705.149)
Materiais, energia, serv. de terceiros e outros	(1.017.627)	(947.364)	(1.053.989)	(949.708)
Perda/recuperação de valores ativos	(49.593)	(55.054)	(49.593)	(55.054)
	(4.070.823)	(3.707.567)	(4.106.687)	(3.709.911)
Valor adicionado bruto	4.050.829	3.251.900	4.066.856	3.252.296
Depreciação e amortização	(294.967)	(246.647)	(295.060)	(246.655)
Depreciação do direito de uso	(381.531)	(338.325)	(381.531)	(338.325)
Retenções	(676.498)	(584.972)	(676.591)	(584.980)
Valor adicionado líquido produzido	3.374.331	2.666.928	3.390.265	2.667.316
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	(52.667)	530	-	-
Receitas financeiras	327.142	197.501	328.464	197.679
	274.475	198.031	328.464	197.679
Valor adicionado total a distribuir	3.648.806	2.864.959	3.718.729	2.864.995
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos	883.831	747.035	937.891	747.048
Remuneração direta	655.465	557.420	700.699	557.420
Benefícios	152.471	133.608	152.471	133.608
F.G.T.S.	55.855	44.923	55.855	44.923
Outros	20.040	11.084	28.866	11.097
Impostos, Taxas e contribuições	1.935.891	1.354.312	1.950.370	1.354.595
Federais	646.994	258.930	658.880	259.213
Estaduais	1.231.856	1.041.923	1.232.202	1.041.923
Municipais	57.041	53.459	59.288	53.459
Remuneração de capitais de terceiros	828.253	434.604	829.641	434.342
Aluguéis	211.212	161.226	211.212	161.226
Despesas financeiras	617.041	273.378	618.429	273.116
Remuneração de capitais próprios	831	329.008	827	329.010
Lucros retidos	831	329.008	829	329.009
Participação dos não-controladores nos lucros retidos			(2)	1
Distribuição do valor adicionado	3.648.806	2.864.959	3.718.729	2.864.995

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



1. Contexto operacional

A C&A Modas S.A. (doravante denominada “Companhia” ou “Controladora”) tem sua sede social localizada na Alameda Araguaia, nº 1.222 - Barueri - São Paulo - Brasil. A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto e possui 33,79% das ações negociadas na B3 (São Paulo - Brasil) sob o código de negociação “CEAB3” e sua controladora final é a COFRA Holding AG, sediada na Suíça.

A Companhia e suas controladas tem como atividades preponderantes:

- a comercialização no varejo, em lojas físicas e no mercado eletrônico, de vestuário, calçados, acessórios, aparelhos celulares, relógios, bijuterias, cosméticos, entre outros.
- prestação de serviços de intermediação de concessão de crédito para financiamento de compras, emissão de cartão de crédito e empréstimos pessoais, além de intermediação no agenciamento e promoção para a distribuição de seguros, títulos de capitalização e produtos correlatos de sociedades seguradoras e quaisquer terceiros que detenham tais produtos.
- realização das atividades próprias de instituição de pagamento.
- a confecção de artigos do vestuário fabricados exclusivamente por terceiros, em suas próprias dependências, mediante a remessa de insumos com distribuição dos produtos exclusivamente para a Controladora.

A Companhia realiza suas vendas por meio de 332 lojas (319 lojas e 4 minis stores em 31 de dezembro de 2021), abastecidas por 7 operações logísticas e 4 centros de distribuição nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Santa Catarina. A Companhia também comercializa seus produtos por meio de serviço de e-commerce.

Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tais como número de lojas e centros de distribuição, entre outros, não foram objeto de auditoria ou revisão por parte de nossos auditores independentes.

2. Base de elaboração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela



Administração em sua gestão das atividades da Companhia, conforme Orientação Técnica OCPC07.

A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi autorizada pelo Conselho de Administração em 01 de março de 2023

2.1. Base de mensuração e pressuposto de continuidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, e com base na premissa de continuidade operacional das operações das sociedades consolidadas.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia e de suas controladas de continuarem operando normalmente e está convencida de que elas possuem recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuarem operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor nas datas dos balanços. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

2.3. Demonstração do Valor Adicionado - DVA

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado - aplicável às companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis. A finalidade da DVA é evidenciar a riqueza criada pela Companhia durante o exercício, bem como demonstrar sua distribuição entre os diversos agentes.

2.4. Impactos da COVID-19

Após um período de incertezas com relação à pandemia o cenário se estabilizou. A Companhia mantém todas as suas lojas funcionando no horário normal e as vendas retornaram ao nível pré pandemia.



Durante a elaboração das demonstrações contábeis da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia não efetuou nenhuma avaliação específica para a situação da pandemia, porém manteve-se diligente com temas relevantes, como liquidez, estoque, recuperação de tributos e despesas em geral, os quais acompanha no dia a dia.

2.5. Alteração em Notas Explicativas

A Companhia revisa constantemente suas demonstrações contábeis e, quando necessário, realiza reclassificações ou correções. Durante a preparação de suas demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia identificou a necessidade de reclassificar determinados valores e, visando atender ao conceito de comparabilidade trazido pelo CPC 00 (R2) Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, refletiu estas reclassificações sobre os saldos correspondentes de 31 de dezembro de 2021, conforme apresentado abaixo. Estas reclassificações não modificam os valores totais e resultados anteriormente divulgados, assim como não afeta as demonstrações contábeis:

2.5.1. – Contas a receber

A Administração, visando melhorar a forma de apresentação e proporcionar maior clareza e comparabilidade aos investidores sobre as operações de crédito, revisou o formato da apresentação da idade do contas a receber (“aging”) e passou a mostrar somente a abertura da carteira de crédito do C&A Pay e não mais dos cartões de terceiros, por entender que esta não representa risco significativo à Companhia e nem relevância aos usuários de suas demonstrações contábeis.

A seguir, demonstramos a composição das contas a receber e as reclassificações que foram realizadas:

2.5.1.1 – Composição das contas a receber

	Controladora			Consolidado		
	Como anteriormente reportado em 2021	Reclassificação	Saldo em 2021 (Reapresentado)	Como anteriormente reportado em 2021	Reclassificação	Saldo em 2021 (Reapresentado)
Operadoras de cartão	988.865	14.884	1.003.749	988.865	14.884	1.003.749
Cartão C&A Pay – partes relacionadas	96.269	1.353	97.622	-	-	-
Cartão C&A Pay - terceiros	-	-	-	97.694	545	98.239
Comissão a receber – fornecedores de telefonia	13.013	-	13.013	13.013	-	13.013
Comissão a receber – seguradoras	6.506	-	6.506	6.506	707	7.213
Parceria cartão Bradescard	9.562	-	9.562	9.562	-	9.562
Venda de matéria-prima aos fornecedores	29.823	-	29.823	29.823	-	29.823
Outros	17.334	-	17.334	17.334	101	17.435
Ajuste a valor presente	-	(16.237)	(16.237)	-	(16.237)	(16.237)
Provisão para perdas de créditos esperadas	(16.968)	-	(16.968)	(17.461)	-	(17.461)
	1.144.404	-	1.144.404	1.145.336	-	1.145.336



Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Logo abaixo, demonstramos o *aging* no formato divulgado em 31 de dezembro de 2021 e atualmente divulgado na nota explicativa 8.3:

2.5.1.2. - Contas a receber líquidas da provisão para perdas esperadas por vencimento

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>2021</u>	<u>2021</u>
A vencer:		
Até 30 dias	444.178	347.368
De 31 a 60 dias	291.548	298.874
De 61 a 90 dias	219.878	235.771
De 91 a 120 dias	71.488	84.130
De 121 a 150 dias	48.230	84.996
De 151 a 180 dias	24.805	30.113
Acima de 180 dias	43.424	63.422
	<u>1.143.551</u>	<u>1.144.674</u>
Vencidos:		
Até 30 dias	79	284
De 31 a 60 dias	24	23
De 61 a 90 dias	12	12
Há mais de 90 dias	738	246
	<u>853</u>	<u>565</u>
Contas a receber não reconhecidas pelos clientes (*)	-	97
Total	<u>1.144.404</u>	<u>1.145.336</u>

2.5.1.3. - Carteira de crédito C&A Pay por faixa de atraso

	<u>Consolidado</u>
	<u>2021</u>
A vencer:	
Até 30 dias	376
De 31 a 60 dias	6.943
De 61 a 90 dias	15.912
De 91 a 180 dias	54.750
Acima de 180 dias	20.005
	<u>97.986</u>
Vencidos:	
Até 30 dias	253
	<u>253</u>
Total	<u>98.239</u>



2.5.2. – Demonstrações dos fluxos de caixa

Após a emissão das demonstrações contábeis referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Administração identificou um erro de divulgação no montante apresentado em “caixas e equivalentes de caixa” das demonstrações dos fluxos de caixa e por este motivo está sendo reapresentado. Esse erro não afetou os valores do Balanço patrimonial e nem da Demonstração do resultado do exercício.

Os efeitos são como segue:

	Controladora			Consolidado		
	Como anteriormente reportado em 2021	Ajuste	Saldo em 2021 (Reapresentado)	Como anteriormente reportado em 2021	Ajuste	Saldo em 2021 (Reapresentado)
Atividades operacionais						
Lucro antes dos impostos sobre a renda	966	-	966	991	-	991
Baixa de arrendamento	-	(8.075)	(8.075)	-	(8.075)	(8.075)
Rendimento de aplicação em títulos e valores mobiliários	-	(86)	(86)	-	(86)	(86)
Outros créditos	(18.379)	8.075	(10.304)	(18.391)	8.075	(10.316)
Fornecedores	132.642	1.440	134.082	133.679	1.440	135.119
Outros passivos	8.087	(1.440)	6.647	8.419	(1.440)	6.979
Fluxo de caixa originado das atividades operacionais	450.043	(86)	449.957	480.793	(86)	480.707
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(570.860)	-	(570.860)	(571.324)	-	(571.324)
Aplicações em títulos e valores mobiliários	-	(7.690)	(7.690)	-	(7.690)	(7.690)
Fluxo de caixa originado das (aplicado nas) atividades de financiamento	(375.947)	(7.690)	(383.637)	(360.601)	(7.690)	(368.291)
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(496.764)	(7.776)	(504.540)	(451.132)	(7.776)	(458.908)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.507.789	-	1.507.789	1.509.159	-	1.509.159
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	1.011.025	(7.776)	1.003.249	1.058.027	(7.776)	1.050.251



2.5.3. – Demonstrações dos valores adicionados

Após a emissão das demonstrações contábeis referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Administração identificou um erro de divulgação na Demonstração dos valores adicionados e por este motivo está sendo reapresentado. Esse erro não teve impacto nos saldos do Balanço e nas Demonstrações do Resultado do Exercício. Os efeitos são como segue:

	Controladora			Consolidado		
	Como anteriormente reportado em 2021	Reclassificação	Saldo em 2021 (Reapresentado)	Como anteriormente reportado em 2021	Reclassificação	Saldo em 2021 (Reapresentado)
Receitas						
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	6.675.741	58.348	6.734.089	6.678.975	58.348	6.737.322
Outras receitas operacionais	227.244	-	227.244	227.244	-	227.244
Provisão/reversão de perda crédito esperada	(1.866)	-	(1.866)	(2.359)	-	(2.359)
	6.901.119	58.348	6.959.467	6.903.860	58.348	6.962.207
Insumos adquiridos de terceiros						
Custos prod. merc. e serv. vendidos	(2.667.555)	(37.594)	(2.705.149)	(2.667.555)	(37.594)	(2.705.149)
Materiais, energia, serv. de terceiros e outros	(947.364)	-	(947.364)	(949.585)	(123)	(949.708)
Perda/recuperação de valores ativos	(55.054)	-	(55.054)	(55.054)	-	(55.054)
	(3.669.973)	(37.594)	(3.707.567)	(3.672.194)	(37.717)	(3.709.911)
Valor adicionado bruto	3.231.146	(20.754)	3.251.900	3.231.666	(20.630)	3.252.296
Depreciação e amortização	(246.647)	-	(246.647)	(246.655)	-	(246.655)
Depreciação do direito de uso	(307.986)	(30.339)	(338.325)	(307.986)	(30.339)	(338.325)
Retenções	(554.633)	(30.339)	(584.972)	(554.641)	(30.339)	(584.980)
Valor adicionado líquido produzido	2.676.513	(9.585)	2.666.928	2.677.025	(9.709)	2.667.316
Valor adicionado recebido em transferência						
Resultado de equivalência patrimonial	530	-	530	-	-	-
Receitas financeiras	188.224	9.277	197.501	188.394	9.285	197.679
	188.754	9.277	198.031	188.394	9.285	197.679
Valor adicionado total a distribuir	2.865.267	(308)	2.864.959	2.865.419	(424)	2.864.995
Distribuição do valor adicionado						
Pessoal e encargos	747.287	(252)	747.035	747.301	(253)	747.048
Remuneração direta	557.744	(324)	557.420	557.744	(324)	557.420
Benefícios	133.608	-	133.608	133.608	-	133.608
F.G.T.S.	44.851	72	44.923	44.851	72	44.923
Outros	11.084	-	11.084	11.098	(1)	11.097
Impostos, Taxas e contribuições	1.313.323	40.989	1.354.312	1.313.721	40.874	1.354.595
Federais	219.261	39.669	258.930	219.659	39.554	259.213
Estaduais	1.040.603	1.320	1.041.923	1.040.603	1.320	1.041.923
Municipais	53.459	-	53.459	53.459	-	53.459
Remuneração de capitais de terceiros	475.649	(41.045)	434.604	475.388	(41.046)	434.342
Aluguéis	200.304	(39.078)	161.226	200.304	(39.078)	161.226
Despesas financeiras	275.345	(1.967)	273.378	275.084	(1.968)	273.116
Remuneração de capitais próprios	329.008	-	329.008	329.009	-	329.010
Lucros retidos	329.008	-	329.008	329.009	-	329.009
Participação dos não-controladores nos lucros retidos	-	-	-	-	1	1
Distribuição do valor adicionado	2.865.267	(308)	2.864.959	2.865.419	(424)	2.864.995



2.5.4. – Nota explicativa de Composição da Receita Líquida

A Administração identificou um erro de divulgação na composição da Receita Líquida divulgada no exercício de 2021 e por este motivo está rerepresentando essa nota explicativa. Esse erro não afetou o total de Receita Líquida, logo não teve impacto nas Demonstrações do Resultado do Exercício.

A seguir, demonstramos os valores e rubricas impactadas na referida nota:

	Controladora			Consolidado		
	Como anteriormente reportado em 2021	Reclassificação	Saldo em 2021 (Reapresentado)	Como anteriormente reportado em 2021	Reclassificação	Saldo em 2021 (Reapresentado)
Venda de mercadorias	6.632.087	346.389	6.978.476	6.632.087	346.389	6.978.476
Cancelamentos, trocas e vouchers	(153.039)	(346.389)	(499.428)	(153.039)	(346.389)	(499.428)
Impostos sobre vendas de mercadorias	(1.518.415)	-	(1.518.415)	(1.518.415)	-	(1.518.415)
Receita líquida com venda de mercadorias	4.960.633	-	4.960.633	4.960.633	-	4.960.633
Receita de comissão em vendas de serviços financeiro – parceria Bradescard	159.568	-	159.568	159.568	-	159.568
Receita de comissão em vendas de seguros de parceiros	31.380	-	31.380	31.380	407	31.787
Receita de outras comissões e prestação de serviços	20.506	-	20.506	20.506	-	20.506
Receita líquida com securitização de crédito	-	-	-	2.523	-	2.523
Receita com produtos financeiros	-	-	-	710	(407)	303
Impostos sobre comissões e serviços	(21.864)	-	(21.864)	(22.115)	-	(22.115)
Receita líquida com prestação de serviços	189.590	-	189.590	192.572	-	192.572
	5.150.223	-	5.150.223	5.153.205	-	5.153.205

3. Base de consolidação

O exercício social das controladas é coincidente com o da Controladora e as práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme para as controladas. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações contábeis das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis da Companhia. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo relacionados com transações entre membros do mesmo grupo econômico são totalmente eliminados na consolidação.

A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial.

Nas demonstrações contábeis individuais, os investimentos da Companhia em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as operações da Companhia e de suas controladas Orion Instituição de Pagamento S.A. e Moda Lab Ltda.

C&A Modas S.A.



Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Controladas	Participação	
	2022	2021
Orion Instituição de Pagamento S.A.	99,99%	99,80%
Moda Lab Ltda.	99,00%	-
C&A Pay Holding Financeira Ltda.	99,99%	-

3.1. Orion Instituição de Pagamento S.A.

Em 1º de fevereiro de 2021 foi aprovada pelos acionistas, em Assembleia Geral Extraordinária, a alteração da denominação social da ORION Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. para Orion Instituição de Pagamento S.A. Também foi alterado o objeto social da Companhia que passou a ser primordialmente a realização das atividades de instituição de arranjos de pagamento, prestação de serviços de pagamento nas modalidades de emissor de moeda eletrônica, emissor de instrumento de pagamento pós-pago, credenciador, subcredenciador e iniciador de transação de pagamento, entre outras atividades relacionadas a uma instituição de pagamento.

3.2. Moda Lab Ltda.

Em 05 de maio de 2022 foi constituída a empresa Moda Lab Ltda., cujo objeto social tem como atividade principal a confecção de artigos de vestuários fabricados exclusivamente por terceiros, em suas próprias dependências, por encomenda e mediante remessa de insumos, moldes, matrizes ou modelos. As vendas da Moda Lab Ltda., são realizadas exclusivamente para sua controladora.

3.3. C&A Pay Holding Financeira Ltda

Em 27 de dezembro de 2022 foi constituída a Empresa C&A Pay Holding Financeira Ltda, cujo objeto social é a participação societária em instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Ela é controladora direta final da C&A Pay Sociedade de Crédito Direto S.A., a qual recebeu autorização em 30 de dezembro de 2022 do BACEN para atuar na oferta de crédito aos seus consumidores finais, portanto, estando sujeita às regras deste órgão regulador. Até 31 de dezembro de 2022 nenhuma das empresas apresentou operações e, por essa razão, não foram objeto de inclusão nas demonstrações consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

4. Políticas contábeis

As políticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, estão apresentadas nas respectivas notas explicativas.



4.1. Pronunciamentos emitidos, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

a) Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Destina-se a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação;
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Não se espera que as alterações tenham um impacto nas demonstrações contábeis da Companhia.

b) Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis

As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e *inputs* para desenvolver as estimativas contábeis.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia.

c) Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis

As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.



As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao *Practice Statement 2* fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária. A Companhia está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas.

4.2. Pronunciamentos novos ou revisados e aplicados pela primeira vez em 2022

A Administração avaliou as normas, orientações e pronunciamentos contábeis que passaram a vigorar pela primeira vez a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2022. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

- a) Emenda ao IAS 37/ NBC TG 25 – Contratos Onerosos: Custo de cumprir um contrato
As principais alterações visam especificar que o ‘custo de cumprimento’ de um contrato compreende os ‘custos que se relacionam diretamente com o contrato’. Os custos que se relacionam diretamente com um contrato podem ser custos incrementais de cumprimento desse contrato ou uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente com o cumprimento de contratos. A Administração avalia periodicamente seus contratos e já reconhece possíveis provisões quando identificadas.

5. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas informações contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem:

- a) determinação de vida útil do ativo imobilizado e intangível;
- b) análise de recuperação dos valores do ativo imobilizado e intangível;
- c) provisões para perdas esperadas de créditos;
- d) provisão para perdas nos estoques;
- e) realização do imposto de renda e contribuição social diferidos;
- f) taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de ativos e passivos;
- g) provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas;
- h) determinação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos;
- i) provisão para restauração de lojas à sua condição original;
- j) participação nos lucros;
- k) pagamentos com base em ações; e
- l) determinação das taxas de juros incrementais e prazo dos contratos a serem utilizadas para efetuar a contabilização dos fluxos de caixa de passivos de arrendamento.



A mensuração da provisão para disputas trabalhistas é obtida através da aplicação do percentual histórico de perdas sobre o valor total da causa (que representa a exposição máxima estimada a que a Companhia está sujeita), informada para cada processo pelos assessores jurídicos da Companhia.

6. Caixa e equivalentes de caixa

6.1. Política contábil

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata, sendo resgatável com a própria entidade emissora, em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento normalmente se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da transação.

Os equivalentes de caixa são mensurados, após o reconhecimento inicial, ao custo amortizado, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

6.2. Composição de caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Caixa	4.426	4.490	4.426	4.490
Bancos	53.930	51.354	56.621	68.182
Equivalente de caixa	1.569.621	947.405	1.613.044	977.579
	1.627.977	1.003.249	1.674.091	1.050.251

A Companhia possui equivalentes de caixa referentes a aplicações financeiras de renda fixa, indexadas à variação de 80% a 105,71% dos Certificados de Depósitos Interbancários (“CDIs”), podendo ser resgatadas a qualquer momento com o próprio emissor do instrumento sem perda da remuneração contratada.

7. Títulos e valores mobiliários

7.1. Política contábil

As aplicações financeiras não enquadradas como equivalentes de caixa são aquelas sem garantias de recompra pelo emissor no mercado primário, com liquidez apenas no mercado secundário e são mensuradas de acordo com a intenção de uso da Companhia.



A Companhia mantém aplicações financeiras com a intenção de permanecer até o vencimento e por este motivo, classifica como custo amortizado.

A Companhia possui aplicações financeiras em LFTs (Letras Financeiras do Tesouro) títulos públicos indexados à variação da taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC, com vencimento em março de 2023 e setembro de 2023.

7.2. Composição dos títulos e valores mobiliários

	Indexador	Taxa	Controladora		Consolidado	
			2022	2021	2022	2021
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	SELIC	100%	8.735	7.776	8.735	7.776
			8.735	7.776	8.735	7.776
Ativo circulante			8.735	-	8.735	-
Ativo não circulante			-	7.776	-	7.776

8. Contas a receber

8.1. Política contábil

As contas a receber compreendem os recebíveis pela venda de mercadorias, realizadas com cartões de crédito de terceiros e através do cartão C&A Pay. São apresentadas a valores de realização. Compreendem também os valores a receber referentes à parceria que oferece serviços financeiros aos clientes e, em menor montante, valores a receber de parceiros comerciais.

As operações de venda a prazo são trazidas ao seu valor presente na data das transações e sua realização é registrada em contrapartida à receita de vendas.

Para as vendas com cartão de crédito de terceiros, o risco de inadimplência é assumido pelas operadoras de cada cartão. Para as compras com cartão próprio o risco é da Companhia. A Companhia reconhece as perdas com vendas não reconhecidas pelo cliente (“chargebacks”) e as perdas esperadas de crédito conforme mencionado na Nota 30.2.b.ii.

As perdas atuais englobam valores não conciliados com parceiros de negócio, e vendas não reconhecidas pelos clientes as quais não são relevantes quando comparadas ao total de recebíveis da Companhia. Também contêm operações de crédito baixadas para prejuízo após 360 dias de atraso. A operação com o cartão próprio C&A Pay foi iniciada em dezembro de 2021.



8.2. Composição das contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021 (Reapresentado)	2022	2021 (Reapresentado)
Operadoras de cartão (*)	733.956	1.003.749	733.956	1.003.749
Cartão C&A Pay – partes relacionadas	308.796	97.622	-	-
Cartão C&A Pay - terceiros	-	-	562.632	98.239
Verbas a receber – telefonia	9.474	13.013	9.474	13.013
Comissão a receber – seguradoras	30.486	6.506	45.924	7.213
Parceria cartão Bradescard	2.343	9.562	2.343	9.562
Venda de matéria-prima aos fornecedores	1.261	29.823	1.261	29.823
Outros	18.331	17.334	25.740	17.435
Ajuste a valor presente	(21.749)	(16.237)	(21.749)	(16.237)
Provisão para perdas de crédito esperadas	(16.937)	(16.968)	(81.375)	(17.461)
	1.065.961	1.144.404	1.278.206	1.145.336

(*) por se tratar de operações de cartão de crédito que envolvem instituições financeiras e bandeiras, o risco é substancialmente baixo.

Em dezembro/22 a Companhia antecipou junto às adquirentes o montante de R\$ 259.112 referente aos seus recebíveis de cartão de crédito. Essa operação teve um custo de R\$1.532 equivalente a uma taxa de 1,19% ao mês, registrado como despesas bancárias. Esses recursos foram destinados majoritariamente à liquidação antecipada dos empréstimos no valor de R\$ 230.000.

8.3. Carteira de crédito C&A Pay por faixa de atraso

	Consolidado	
	2022	2021 (reapresentado)
A vencer:		
Até 30 dias	127.055	376
De 31 a 60 dias	85.049	6.943
De 61 a 90 dias	58.792	15.912
De 91 a 180 dias	107.183	54.750
Acima de 180 dias	66.426	20.005
	444.505	97.986
Vencidos:		
Até 30 dias	10.381	253
De 31 a 60 dias	10.293	-
De 61 a 90 dias	15.454	-
Há mais de 90 dias	81.999	-
	118.127	253
Total	562.632	98.239



8.4. Movimentação da provisão para perdas de crédito esperadas

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Saldo em 31 de dezembro	(16.968)	(15.102)	(17.461)	(15.102)
(Provisão)/Reversão	(4.582)	(5.133)	(68.853)	(5.626)
Perda	4.613	3.267	4.939	3.267
Saldo em 31 de dezembro	(16.937)	(16.968)	(81.375)	(17.461)
<i>Provisão de perda C&A Pay</i>	-	-	(64.438)	(493)
<i>Provisão para outras perdas</i>	(16.937)	(16.968)	(16.937)	(16.968)

As perdas esperadas do cartão C&A Pay (*Private Label*) são constituídas pela Companhia com base nos estudos internos para mensuração dos percentuais de perda de acordo com os estágios de faixa de atraso, levando em consideração a probabilidade e exposição à inadimplência e perda efetiva de cada faixa de atraso e da carteira como um todo, em conformidade com a metodologia do CPC 48/IFRS 9.

As operações de crédito são baixadas para prejuízo após 360 dias de atraso, e assim são revertidas as provisões de perdas esperadas.

As operações de crédito são constituídas por saldos *on balance* (carteira ativa) e *off-balance* (limites concedidos e não utilizados).

Os três estágios apresentados a seguir, são utilizados como componentes de cálculo de perda esperada de carteira de crédito.

Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3
Em dia e até 30 dias de atraso	Atraso de 31 até 90 dias	Atraso de 91 até 360 dias

À medida que as operações do cartão C&A Pay atinjam maturidade, a modelagem adotada poderá ser revisada para adequar os níveis de provisão para refletir o cenário macroeconômico e/ou mudanças no perfil dos clientes.

A Administração considera que as estimativas utilizadas na provisão para as perdas esperadas são suficientes para cobrir eventuais perdas de créditos da carteira de clientes.

	Orion		
	2022		
	Carteira	Provisão	% Cobertura
Estágio 1	445.148	3.086	0,69%
Estágio 2	34.775	4.263	12,26%
Estágio 3	82.709	56.746	68,61%
Saldo on balance	562.632	64.095	11,39%
Saldo off balance	1.143.596	343	0,03%
Total Geral	1.706.228	64.438	3,78%
Índice de cobertura sobre carteira de crédito			11,45%

C&A Modas S.A.



Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8.5. Ajuste a valor presente

A Companhia efetua o desconto a valor presente de seus recebíveis considerando taxas de juros diretamente relacionadas com o perfil de crédito dos clientes. As taxas médias de juros mensais utilizadas para o cálculo a valor presente dos recebíveis em aberto em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foram de 1,12% e 0,77%, respectivamente. A realização do ajuste a valor presente é registrada em contrapartida à receita de vendas.

9. Partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas, realizadas para auxiliar as operações da Companhia por meio de serviços de consultoria ou importações de mercadorias, são efetuadas de acordo com os preços específicos pactuados entre as partes. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não houve necessidade de reconhecimento de provisão para perdas esperadas de créditos nas contas a receber de partes relacionadas.

A relação que a Companhia possui com as partes relacionadas é como segue:

Controladora direta	Associada, sem influência significativa
COFRA Investments Incas SARL	C&A Mexico C&A Services
Controladora indireta final	C&A Sourcing
COFRA AG	COFRA Latin America
Controlada direta	Instituto C&A
Orion Instituição de Pagamento S.A. Moda Lab Ltda. C&A Pay Holding Financeira Ltda	Associada sob influência direta
Controlada indireta	Cyamprev Soc. Previd. Privada
C&A Pay Sociedade de Crédito Direto S.A.	



Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os saldos em aberto e transações com as partes relacionadas são como segue:

9.1. Transações nos balanços patrimoniais

Ativo	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Contas a receber				
Instituto C&A de Desenvolvimento Social (*)	28	13	28	13
COFRA Latin America(*)	10	435	10	435
Orion Inst. Pagamento (*)	4.240	6	-	-
	4.278	454	38	448
Dividendos a receber				
Orion Inst. Pagamento	-	133	-	-
	-	133	-	-
Despesas antecipadas				
C&A Service	133	189	133	189
	133	189	133	189
Total do ativo com partes relacionadas	4.411	776	171	637
Ativo circulante com partes relacionadas	4.335	643	95	504
Ativo não circulante com partes relacionadas	76	133	76	133

(*) As empresas do grupo COFRA possuem contrato de compartilhamento de despesas, referente às despesas gerais e administrativas.

Passivo	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Contas a pagar				
C&A Sourcing	41.713	56.660	41.713	56.660
Cyamprev Soc. Previd. Privada	1.879	2.337	1.879	2.337
COFRA Latin America	-	19	-	19
Orion Inst. Pagamento	4.975	438	-	-
	48.567	59.454	43.592	59.016
Juros sobre o capital próprio e dividendos				
COFRA Latin America	-	-	-	1
	-	-	-	1
Total do passivo com partes relacionadas	48.567	59.454	43.592	59.017
Passivo circulante com partes relacionadas	48.567	59.454	43.592	59.017



9.2. Transações nas demonstrações do resultado do exercício

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Reembolso pelo compartilhamento de despesa				
Cyamprev Soc. Prev. Privada	1.003	1.233	1.003	1.233
Instituto C&A de Desenvolvimento social	-	15	-	15
COFRA Latin America	79	79	79	79
Orion Inst. Pagamento	33.082	80	-	-
	34.164	1.407	1.082	1.327
Receitas de serviços prestados				
C&A Mexico	-	4.085	-	4.085
	-	4.085	-	4.085
Compras de mercadorias				
C&A Sourcing	(338.562)	(230.892)	(338.562)	(230.892)
Moda Lab	(2.799)	-	-	-
	(341.361)	(230.892)	(338.562)	(230.892)
Compras de serviços				
C&A Services	(1.706)	(1.698)	(1.706)	(1.698)
COFRA Latin America	(216)	(197)	(216)	(197)
	(1.922)	(1.895)	(1.922)	(1.895)
Contribuições previdenciárias				
Cyamprev Soc. Prev. Privada	(7.851)	(6.066)	(7.851)	(6.066)
	(7.851)	(6.066)	(7.851)	(6.066)

9.3. Remuneração dos membros da Diretoria Executiva e Conselho de Administração

As despesas (pagas e a pagar) relativas à remuneração da Administração nos exercício findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foram como segue:

	Controladora e Consolidado	
	2022	2021
Remuneração fixa	12.579	11.163
Remuneração variável	3.170	10.360
Contribuições planos pós empregatícios	264	331
Incentivo de longo prazo	4.280	5.708
Total sem encargos	20.293	27.562
Encargos	3.561	3.186
Total com encargos	23.854	30.748

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 28 de abril de 2022, foi aprovada a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, para o exercício social de 2022, determinada no valor de até R\$31.645 (R\$28.283 para o exercício de 2021).



10. Plano de remuneração baseado em ações

A Companhia conta atualmente com Plano de Opção de Compra de Ações aprovado em Assembleia Geral ordinária realizada em 02 de outubro de 2019, do qual derivam programas aprovados em Conselho de Administração e respectivas outorgas para as pessoas elegíveis. Até o momento foram realizadas outorgas no âmbito de programas aprovados nos anos de 2019, 2021 e 2022 (“Outorgas 2019”, “Outorgas 2021” e “Outorgas 2022”, respectivamente).

Outorgas 2019

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 21 de outubro de 2019 foi aprovado o primeiro programa de remuneração baseada em ações, nos termos do Plano de Opção de Compra da Companhia. Com a outorga de opções de compra de ações, foram aprovadas 1.148.148 opções concedidas à alta administração, divididos em três lotes distintos.

Em reunião do Conselho de Administração realizada no dia 18 de fevereiro de 2020 foi aprovada a alteração de algumas das condições das outorgas de opções vigentes.

Em 22 de dezembro de 2021 foi realizada reunião do Conselho de Administração em que foi aprovada uma nova alteração das condições das outorgas de 1.062.037 opções das 1.148.148 concedidas. Essas opções passaram a seguir as mesmas regras das “Outorgas 2021”, e por este motivo passaram a ser divulgadas em conjunto. A seguir são descritas as regras das outorgas remanescentes de 86.111, atualmente vigente do programa “Outorgas 2019”.

A titularidade das opções de conversão de ações será adquirida pelos participantes em proporções idênticas de 33,33%, em cada aniversário do plano ao longo do exercício de três anos após a data da outorga.

A transferência, que será realizada independente do participante se manter como empregado ou administrador da Companhia, é sujeita à verificação da seguinte condição: o preço médio por Ação na bolsa de valores do Brasil (B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão) durante os 22 (vinte e dois) pregões imediatamente anteriores à cada data de exercício das Opções Vestidas deverá ser igual ou superior ao preço por Ação pago pelos investidores na oferta pública inicial da Companhia (IPO), corrigido de acordo com o índice IPCA/IBGE, reduzido pelo valor por Ação distribuído a título de distribuições e juros sobre capital próprio e ajustado para refletir eventuais bonificações, desdobramentos ou grupamentos de ações ocorridos entre a Data de Outorga e a data do exercício das Opções Vestidas.

O preço do exercício global a ser pago pelos executivos pelas opções vestidas em cada aniversário é de R\$1,00. As opções vestidas possuirão três anos de restrição após cada data de transferência.

A vigência contratual média ponderada remanescente para as opções de ação restantes em 31 de dezembro de 2022 é de 2,81 anos. O valor justo médio ponderado das opções outorgadas durante o exercício é de R\$8,94 do programa original e R\$2,41 *fair value* (valor justo)

C&A Modas S.A.



Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

incremental para as opções pós substituições, conforme procedimento de cálculo previsto pelo CPC 10. O preço de exercício será ajustado sempre que houver pagamento de dividendos, agrupamento ou split de ações.

Outorgas 2021

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de fevereiro de 2021, foi aprovado o programa de *Performance Share Units*. Foram aprovadas 1.412.194 opções outorgadas à alta administração contempladas em um único lote. Ao longo do ano de 2021, foram outorgadas 94.508 opções. Também foi aprovada em reunião do Conselho de Administração em 21 de dezembro de 2021 a uniformização das regras de 1.062.037 opções da Outorga 2019 em linha com as Outorgas 2021. Durante o exercício de 2022 foram outorgadas 68.836 opções.

O recebimento pelo valor das ações se dará em uma única parcela (100% do lote), ao fim do exercício de três anos de carência após a data da outorga.

O preço do exercício global a ser pago pelos executivos pelas opções vestidas no aniversário é de R\$1,00. As opções vestidas não terão restrição após a data de transferência.

Durante o exercício de 2022, 134.596 opções foram prescritas. No exercício de 2021, 43.133 opções foram prescritas. Não houve opções exercidas e vencidas durante o exercício de 2022 e 2021.

A vigência contratual remanescente para as opções de ação restantes em 31 de dezembro 2022 é de 1,15 anos. O valor justo das opções outorgadas durante o exercício de 2022 é de R\$12,45.

Outorgas 2022

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 03 de maio de 2022, foi aprovado o programa de *Performance Share Units*. Foram aprovadas 3.619.618 opções outorgadas à alta administração contempladas em um único lote.

O recebimento pelo valor das ações se dará em uma única parcela (100% do lote), ao fim do exercício de três anos de carência após a data da outorga.

O preço do exercício global a ser pago pelos executivos pelas opções vestidas no aniversário é de R\$1,00. As opções vestidas não terão restrição após a data de transferência.

Durante o exercício de 2022, 199.829 opções foram prescritas.

A vigência contratual remanescente para as opções de ação restantes em 31 de dezembro de 2022 é de 2,23 anos. O valor justo das opções outorgadas durante o exercício de 2022 é de R\$2,66.

C&A Modas S.A.



Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O preço de exercício será ajustado sempre que houver pagamento de dividendos, agrupamento ou split de ações.

Movimentação:

Programa	Outorgas 2019 2ª substituição	Outorgas 2019	Outorgas 2021	Outorgas 2022	Total
		transferidas para Outorga 2021			
Saldo em 01/01/2021	1.148.148	-	-	-	1.148.148
Outorgadas	-	-	1.506.702	-	1.506.702
Movimentação	(1.062.037)	1.062.037	-	-	-
Prescritas	-	-	(43.133)	-	(43.133)
Saldo em 31/12/2021	86.111	1.062.037	1.463.569	-	2.611.717
Outorgadas	-	-	68.836	3.619.618	3.688.454
Prescritas	-	-	(177.730)	(199.829)	(377.559)
Saldo em 31/12/2022	86.111	1.062.037	1.354.675	3.419.789	5.922.612

Premissas:

	Outorgas 2019 (adicional da substituição)			Outorgas 2019 (substituição dez21)	Outorgas 2021	Outorgas 2022
	Lote 1	Lote 2	Lote 3	Lote único	Lote único	Lote único
	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo
Modelo de precificação						
Rendimento dos dividendos	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Taxa livre de risco	5,63%	5,95%	6,20%	10,92%	6,395%	12,785%
Preço da ação considerado	16,89	16,89	16,89	6,59	11,63	2,51
Prazo de vida esperado das opções	21/10/2023	21/10/2024	21/10/2025	24/02/2024	24/02/2024	23/03/2025
Valor justo na data da mensuração	4,46	3,11	1,37	4,39	12,45	2,66
Volatilidade anualizada esperada	36,64%	37,79%	37,10%	58,69%	53,92%	57,58%

**Reconhecimento de despesas**

As despesas de pagamentos baseados em ações, liquidáveis em instrumentos patrimoniais são registradas como despesa de pessoal, administrativa e de vendas, e tem como contrapartida a conta reserva de capital – ações outorgadas. As despesas reconhecidas em 2021 e 2022 e a reconhecer são como segue:

Despesas reconhecidas				
Ano	Outorgas 2019	Outorgas 2021	Outorgas 2022	Total
2021	3.183	5.303	-	8.486
2022	1.055	7.091	1.634	9.780

Despesas a reconhecer				
Ano	Outorgas 2019	Outorgas 2021	Outorgas 2022	Total
2023	-	7.938	3.350	11.288
2024	-	1.196	3.360	4.556
2025	-	-	752	752
	-	9.134	7.462	16.596

11. Estoques**11.1. Política contábil**

Os estoques são mensurados ao menor valor entre o custo médio de aquisição e o valor realizável líquido. Incluem os custos de transporte até os centros de distribuição, custos incorridos na preparação dos despachos das mercadorias nos centros de distribuição para as lojas, e impostos não recuperáveis. São deduzidos de bonificações recebidas de fornecedores e do ajuste a valor presente da compra de mercadorias a prazo, o qual é realizado de acordo com o giro do estoque na conta de custo da mercadoria vendida. O custo de mercadoria importada considera o ganho ou perda de hedge de fluxo de caixa. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzido dos custos adicionais estimados necessários para a realização da venda.

A provisão para perda dos estoques é estimada com base nas perdas históricas da Companhia, computadas por meio de inventários físicos realizados ao menos anualmente.

Os gastos com fretes para envio de mercadorias das centrais de distribuição para as lojas são registrados diretamente como despesas de vendas, no resultado do exercício, no momento em que ocorrem.



11.2. Composição dos estoques

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Mercadorias para revenda	871.063	873.953	870.872	873.953
Mercadorias vendidas em trânsito para entrega aos clientes	681	1.154	681	1.154
Adiantamento a fornecedor de matéria-prima	811	-	811	-
Ajuste a valor presente	(17.289)	(11.651)	(17.289)	(11.651)
Provisão para perdas	(37.258)	(45.961)	(37.258)	(45.961)
	818.008	817.495	817.817	817.495
Importações em andamento	34.216	31.774	34.216	31.774
	852.224	849.269	852.033	849.269

11.3. Movimentação da provisão para perdas

	2022	2021
Saldo em 31 de dezembro	45.961	34.108
Provisão	63.139	52.792
Reversão por utilização	(71.842)	(40.939)
Saldo em 31 de dezembro	37.258	45.961

A Companhia realiza inventários periódicos dos produtos com alto risco de perda durante todo o ano e inventários completos de todos os itens uma vez ao ano. À medida que os inventários são realizados, os ajustes apurados são considerados como perdas efetivadas, consumindo as provisões para perdas de inventário que para esta finalidade foram registradas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia havia concluído o processo de inventário total em 311 estabelecimentos (304 estabelecimentos no exercício em 31 de dezembro de 2021).

A provisão para perda dos estoques é constituída proporcionalmente às vendas, que é sensível ao fluxo de pessoas nas lojas físicas.

12. Tributos a recuperar

12.1. Política contábil

São considerados tributos a recuperar:

- . os tributos gerados nas operações usuais da Companhia e que poderão ser compensados e/ou restituídos por ela,
- . e, em conformidade com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, tributo derivado de ação judicial em que for praticamente certo que ocorrerá uma entrada de benefícios econômicos e puder ser mensurado com razoável certeza.



12.2. Composição dos tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Crédito extemporâneo de PIS /				
COFINS (i)	1.363.664	1.521.074	1.363.664	1.521.074
PIS/COFINS	164.489	-	164.498	-
ICMS (ii)	182.883	115.661	182.887	115.661
IRPJ/CSLL	39.060	29.476	39.456	29.820
IRRF	28.365	9.664	28.735	9.672
IPI	328	328	328	328
Outros	57.233	12.378	57.236	12.378
	1.836.022	1.688.581	1.836.804	1.688.933
Ativo circulante	898.651	848.803	899.433	849.155
Ativo não circulante	937.371	839.778	937.371	839.778

12.2.1 Crédito extemporâneo de PIS/COFINS

12.2.1.1. ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS

A Companhia ingressou com duas ações judiciais que objetivavam o reconhecimento do direito à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como a compensação dos valores indevidamente recolhidos no passado, sendo uma proposta em 17/01/2007, que engloba o período de 2002 a 2014, e outra proposta em 09/03/2017, que engloba os períodos de 2015 a 2017.

Em 28 de fevereiro de 2019, transitou em julgado decisão favorável no mandado de segurança relativo ao período de janeiro de 2002 a dezembro de 2014, em linha com o decidido no *leading case* RE 574706, em que restou reconhecido que o ICMS destacado em documento fiscal não compõe a base de cálculo da contribuição ao PIS e à COFINS. Em 23 de fevereiro de 2022 houve o trânsito em julgado da segunda ação, que contempla o período de 2015 a 2017. Em 31 de dezembro de 2022, a somatória dos créditos extemporâneos é de R\$ 1.073.148.

A Administração tem expectativa de que a realização ocorra dentro dos prazos prescricionais, considerando os débitos fiscais gerados nas operações normais da Companhia, conforme demonstrado no item (i.iv).

12.2.1.2 Crédito Ação Judicial Zona Franca de Manaus (ZFM)

Em 30 de novembro de 2020, ocorreu o trânsito em julgado favorável, em que foi reconhecido o direito da Companhia em equiparar as vendas realizadas na ZFM a exportação e, portanto, em reconhecer a não incidência do PIS e da COFINS sobre as receitas geradas na ZFM, bem como o direito de fruição do benefício do REINTEGRA.

Em decorrência da decisão favorável, houve o reconhecimento/constituição do ativo relativo aos créditos pertinentes em relação às competências que antecedem 5 anos da data de ingresso

C&A Modas S.A.



Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

da ação (31 de março de 2016), cujos montantes, atualizados em 31 de dezembro de 2022, somam R\$148.583.

A Administração tem expectativa de que a realização ocorra dentro dos respectivos prazos prescricionais, considerando os débitos fiscais gerados nas operações normais da Companhia.

12.2.1.3 Crédito Ação Judicial Lei do Bem

Em 16 de agosto de 2017, a Companhia impetrou Mandado de Segurança para discutir o direito de fruição da alíquota zero do PIS e da COFINS, prevista pela Lei nº 11.196/2005 (conhecida como “Lei do Bem”), para a venda a varejo de smartphones produzidos no país.

Em 27 de outubro de 2022, houve o trânsito em julgado do processo no âmbito do Supremo Tribunal Judicial (STJ), com decisão favorável à Companhia, reconhecendo o seu direito de usufruir do benefício de redução a zero das alíquotas até 31/12/2018, declarando, ainda, o seu direito à compensação ou restituição dos valores indevidamente recolhidos, tendo a Companhia reconhecido em dezembro de 2022 o montante de R\$141.933.

12.2.1.4 Expectativa de realização dos créditos extemporâneos de PIS e COFINS em 31 de dezembro de 2022:

Ano	R\$
2023	724.854
2024	158.489
2025	125.493
2026	228.758
2027	126.070
Total	1.363.664

A Administração avalia a cada trimestre a forma como serão compensados os créditos fiscais, podendo compensar os créditos de PIS e COFINS com os débitos fiscais gerados nas operações da Companhia, sem a utilização do crédito corrente, ou utilizar os créditos correntes na apuração. Quando opta por não utilizar os créditos correntes os mesmos são classificados para o longo prazo, até que todo o saldo dos créditos extemporâneos sejam compensados.

12.2.1.5 Movimentações dos Créditos extemporâneo de PIS e COFINS, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	2022	2021
Saldo em 31 de dezembro	1.521.074	1.361.210
Reconhecimento do principal	99.487	181.435
Reconhecimento dos juros + atualizações	125.784	98.691
Compensações	(382.681)	(120.262)
Saldo em 31 de dezembro	1.363.664	1.521.074



12.2.2 Créditos relativos ao ICMS

12.2.2.1. Crédito Ação Judicial Alíquota do ICMS sobre o fornecimento de energia elétrica

Em 17 de dezembro de 2021, o Supremo Tribunal Federal (STF), em sede de repercussão geral (Recurso Extraordinário 714.139/SC), fixou o entendimento pela aplicação da alíquota geral, em detrimento da alíquota majorada de 25%, relativa ao ICMS incidente sobre a energia elétrica e serviços de telecomunicação. A Companhia, durante os períodos de 2015 e 2016, ajuizou Ações Ordinárias pleiteando o direito de aplicação da alíquota geral para o ICMS incidente sobre energia elétrica.

Diante deste cenário, embora ainda sem o trânsito em julgado das ações, em 31 de dezembro de 2021, a Companhia procedeu ao registro parcial de sua melhor estimativa, no montante R\$ 32.612. Em 2022, houve um complemento das melhores estimativas, sendo que o saldo atualizado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$75.382.

12.2.2.2. Crédito Ação Judicial DIFAL – venda consumidor final não contribuinte do ICMS

Em 30 de março de 2022, houve o trânsito em julgado do *leading case* (RE 1287019), referente ao Tema 1093, julgado pelo STF em sede de repercussão geral, que declarou inconstitucional a cobrança da Diferença de Alíquotas do ICMS – DIFAL nas operações interestaduais envolvendo consumidores finais não contribuintes do imposto, até que fosse editada lei complementar a este respeito. Considerando que a Companhia ingressou com ações discutindo esse tema, e o êxito é praticamente certo, houve o reconhecimento dos valores correspondentes, cujo saldo atualizado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$14.317.

12.2.2.3. Créditos previdenciários

A Companhia, durante os períodos de 2010 e 2011, ajuizou Ações Ordinárias visando discutir a incidência da contribuição previdência sobre parcelas remuneratórias e indenizatórias de seus colaboradores, tais como: salário maternidade, aviso prévio indenizado e auxílio nos primeiros 15 dias de afastamento por motivo de doença. Em vista do posicionamento favorável da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, em sede de repercussão geral, a Companhia obteve decisões favoráveis em seus processos.

Diante deste cenário, embora ainda sem o trânsito em julgado das ações, a Companhia procedeu ao registro parcial de sua melhor estimativa, cujo saldo atualizado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$51.750.

**13. Outros ativos**

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Despesas antecipadas	36.367	31.184	36.426	31.184
I.P.T.U.	670	103	670	103
Empréstimo e adiantamentos a funcionários	1.928	2.022	1.928	2.022
Ativo atuarial	632	2.552	632	2.552
Outros	2.131	63	2.131	74
	41.728	35.924	41.787	35.935
Ativo circulante	39.200	33.337	39.259	33.348
Ativo não circulante	2.528	2.587	2.528	2.587

14. Imposto de renda e contribuição social**14.1. Política contábil**

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais.

A provisão para o imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável apurado em cada exercício, não havendo prazo de prescrição para sua compensação.

O imposto de renda e a contribuição social relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são também reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

As antecipações ou os valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a expectativa de sua realização.

Tributo diferido é gerado quando existem diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Créditos tributários diferidos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização de prejuízos fiscais e bases negativas existentes e contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis



futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. Ao final de cada exercício é avaliada a recuperabilidade dos tributos diferidos e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir sua utilização.

14.2. Indébito tributário

Em 24 de setembro de 2021, o Supremo Tribunal Federal (STF), em sede de repercussão geral, fixou o entendimento pela não incidência do IRPJ e CSLL sobre os montantes relativos à correção do indébito tributário pela Taxa Selic.

Em razão do Mandado de Segurança Impetrado em 09 de janeiro de 2012 onde a Companhia pleiteou a não incidência de IRPJ e CSLL dos indébitos decorrentes de correção monetária, inclusive a taxa Selic e, baseado na interpretação do ICPC 22 (Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro) e CPC 32 (Tributos sobre o Lucro), em dezembro de 2021, a Companhia procedeu ao registro de sua melhor estimativa, no montante de R\$ 311.301 como imposto sobre a renda e contribuição social diferido ativo e R\$ 26.137 como tributos a recuperar.

Em 29 de novembro de 2022 houve o trânsito em julgado favorável à Companhia e, em 31 de dezembro de 2022, o valor final apurado foi um aumento de Prejuízo Fiscal e da Base Negativa da CSLL no montante de R\$ 201.670 e de tributos a recuperar de R\$ 28.404.

14.3. Composição e movimentação dos tributos diferidos

	Saldo em 31/12/2021	Controladora		Saldo em 31/12/2022
		Aumento / (Redução)		
		no resultado	no patrimônio líquido	
Prejuízos fiscais e bases negativas	364.017	48.616	-	412.633
Diferenças temporárias:				
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	86.626	8.180	-	94.806
Provisão para perda de estoques e contas a receber	21.534	(1.374)	-	20.160
Provisão perda de imobilizado e ativo de direito de uso	8.498	(2.087)	-	6.411
Provisão para participação no lucro	19.176	3.225	-	22.401
Arrendamentos CPC 06 (R2)/IFRS16	62.451	18.162	-	80.613
Outras	70.062	3.021	3	73.086
Ativo fiscal diferido	632.364	77.743	3	710.110
Ganhos em processos tributários	(252.091)	(24.559)	-	(276.650)
Ajustes a valor presente	(1.908)	(8.503)	-	(10.411)
Passivo fiscal diferido	(253.999)	(33.062)	-	(287.061)
Saldo líquido de ativo fiscal diferido	378.365	44.681	3	423.049



Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado			Saldo em 31/12/2022
	Saldo em 31/12/2021	Aumento / (Redução)		
		no resultado	no patrimônio líquido	
Prejuízos fiscais e bases negativas	364.017	48.616	-	412.633
Diferenças temporárias:				
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	86.626	8.180	-	94.806
Provisão para perda de estoques e contas a receber	21.972	(1.812)	-	20.160
Provisão perda de imobilizado e ativo de direito de uso	8.498	(2.087)	-	6.411
Provisão para participação no lucro	19.176	3.225	-	22.401
Arrendamentos CPC 06 (R2)/IFRS16	62.451	18.162	-	80.613
Outras	70.062	3.021	3	73.086
Ativo fiscal diferido	632.802	77.305	3	710.110
Ganhos em processos tributários	(252.091)	(24.559)	-	(276.650)
Ajustes a valor presente	(1.908)	(8.503)	-	(10.411)
Passivo fiscal diferido	(253.999)	(33.062)	-	(287.061)
Saldo líquido de ativo fiscal diferido	378.803	44.243	3	423.049

	Controladora			Saldo em 31/12/2021
	Saldo em 31/12/2020	Aumento / (Redução)		
		no resultado	no patrimônio líquido	
Prejuízos fiscais e bases negativas	265.898	98.119	-	364.017
Diferenças temporárias:				
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	96.667	(10.041)	-	86.626
Provisão para perda de estoques e contas a receber	16.175	5.359	-	21.534
Provisão perda de imobilizado e ativo de direito de uso	9.824	(1.326)	-	8.498
Provisão para participação no lucro	15.976	3.200	-	19.176
Arrendamentos CPC 06 (R2)/IFRS16	46.626	15.825	-	62.451
Outras	79.369	(7.207)	(2.100)	70.062
Ativo fiscal diferido	530.535	103.929	(2.100)	632.364
Ganhos em processos tributários	(456.033)	203.942	-	(252.091)
Ajustes a valor presente	(3.010)	1.102	-	(1.908)
Passivo fiscal diferido	(459.043)	205.044	-	(253.999)
Saldo líquido de imposto diferido Ativo	71.492	308.973	(2.100)	378.365



Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado			Saldo em 31/12/2021
	Saldo em 31/12/2020	Aumento / (Redução) no resultado	no patrimônio líquido	
Prejuízos fiscais e bases negativas	265.898	98.119	-	364.017
Diferenças temporárias:				
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	96.667	(10.041)	-	86.626
Provisão para perda de estoques e contas a receber	16.175	5.797	-	21.972
Provisão perda de imobilizado e ativo de direito de uso	9.824	(1.326)	-	8.498
Provisão para participação no lucro	15.976	3.200	-	19.176
Arrendamentos CPC 06 (R2)/IFRS16	46.626	15.825	-	62.451
Outras	79.369	(7.207)	(2.100)	70.062
Ativo fiscal diferido	530.535	104.367	(2.100)	632.802
Ganhos em processos tributários	(456.033)	203.942	-	(252.091)
Ajustes a valor presente	(3.010)	1.102	-	(1.908)
Passivo fiscal diferido	(459.043)	205.044	-	(253.999)
Saldo líquido de imposto diferido Ativo	71.492	309.411	(2.100)	378.803

14.4. Previsão de realização dos tributos diferidos ativos em 31 de dezembro de 2022

Controladora e Consolidado	
Ano	R\$
2023	152.334
2024	62.487
2025	75.589
2026	116.054
2027	100.957
De 2028 a 2030	174.951
De 2031 a 2032	27.738
	710.110



14.5. Conciliação da taxa efetiva

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	(43.807)	966	(43.276)	991
Despesa de imposto de renda e contribuição social a alíquotas nominais – 34%	14.894	(328)	14.714	(337)
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva				
Equivalência patrimonial (*)	(17.842)	180	-	-
Doações não dedutíveis	(2.610)	(1.872)	(2.610)	(1.872)
Ajustes de <i>transfer pricing</i>	(1.456)	(2.418)	(1.456)	(2.418)
Incentivo Inovação tecnológica (P&D)	-	(70)	-	(70)
Brindes e multas não dedutíveis	(718)	(1.111)	(718)	(1.114)
Subvenção para Investimento	4.629	3.291	4.629	3.291
IR e CS de exercícios anteriores	2.272	(261)	1.738	(261)
Outras adições e exclusões	-	-	-	144
Indébito Tributário	45.469	330.631	45.469	330.631
Prejuízo Operacional	-	-	(1.026)	-
Imposto diferido não constituído sobre diferenças temporárias (*)	-	-	(16.635)	-
Imposto calculado sobre a parcela isenta do adicional de 10%	-	-	-	24
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	44.638	328.042	44.105	328.018
Corrente	(43)	19.069	(138)	18.607
Diferido	44.681	308.973	44.243	309.411
	44.638	328.042	44.105	328.018
Alíquota efetiva	102%	-33.953%	102%	-33.062%

(*) Não estão sendo constituídos tributos diferidos na Controlada Orion, porque suas atividades serão transferidas para a C&A Pay Sociedade de Crédito Direto durante o ano de 2023, portanto, não há expectativa de utilização dos prejuízos fiscais no curto prazo.

15. Investimento

15.1. Políticas contábeis

O investimento da Companhia em suas controladas é contabilizado com base no método da equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais.

Após a aplicação do método de equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre os investimentos da Companhia em suas controladas. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento nas controladas sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável das controladas e o valor contábil e reconhece a perda na demonstração no resultado.



15.2. Combinações de negócios

15.2.1. Política contábil

Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.

A Companhia determina que adquiriu um negócio quando o conjunto adquirido de atividades e ativos inclui, no mínimo, um *input* - (entrada de recursos) e um processo substantivo que juntos contribuam significativamente para a capacidade de gerar *output* - (saída de recursos). O processo adquirido é considerado substantivo se for essencial para a capacidade de desenvolver ou converter o *input* - (entrada de recursos) adquirido em *outputs* - (saídas de recursos), e os *inputs* - (entradas de recursos) adquiridos incluírem tanto a força de trabalho organizada com as habilidades, conhecimentos ou experiência necessários para executar esse processo; ou for fundamental para a capacidade de continuar a produzir *outputs* e é considerado único ou escasso ou não pode ser substituído sem custo, esforço ou atraso significativos na capacidade de continuar produzindo *outputs* - (saída de recursos).

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e aloca-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48 na demonstração do resultado.

15.2. Informações sobre investimento em controlada

	Participação acionária	2022					Valor contábil do investimento	Equivalência patrimonial
		Ativo	Passivo	Acervo líquido	Receita bruta	Prejuízo		
Orion	99,99%	563.045	(514.247)	48.798	119.640	(52.477)	48.798	(52.474)
Moda Lab	99,00%	49	-	49	2.801	(2)	(143)	(193)*
Total							48.655	(52.667)

* A diferença entre o prejuízo da Moda Lab e a equivalência patrimonial se refere ao lucro não realizado nos estoques.

	Participação acionária	2021					Valor contábil do investimento	Equivalência patrimonial
		Ativo	Passivo	Acervo líquido	Receita bruta	Lucro		
Orion	99,8%	146.814	(115.539)	31.275	3.855	531	31.272	530



15.3. Movimentação do investimento

	Orion	Moda Lab
Saldo de investimento em 31 de dezembro de 2020	875	-
Equivalência patrimonial	530	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	30.000	-
Dividendos declarados	(133)	-
Saldos de investimentos em 31 de dezembro de 2021	<u>31.272</u>	<u>-</u>
Equivalência patrimonial	(52.474)	(2)
Adiantamento para futuro aumento de capital	70.000	-
Aumento de capital	-	50
Lucros não realizados nos estoques	-	(191)
Saldos de investimentos em 31 de dezembro de 2022	<u>48.798</u>	<u>(143)</u>

Conforme divulgado na nota 3.3, em 31 de dezembro de 2022 foi constituído a empresa C&A Pay Holding Ltda. Até 31 de dezembro de 2022, o capital social investido na empresa C&A Pay Holding pela controladora C&A Modas S.A., no montante de R\$7.683, ainda não havia sido integralizado.

16. Imobilizado

16.1. Política contábil

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção dos bens, deduzidos dos impostos recuperáveis. São acrescidos da contrapartida da provisão para restauração de loja nos casos em que elas não estejam incluídas em direitos de uso, reduzidos por depreciação e provisão para perda de ativo não financeiro (*impairment*). A depreciação dos bens é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil estimada dos bens.

Ao início de cada exercício, a vida útil estimada, o custo para restauração e os métodos de depreciação são revistos e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Para avaliação da vida útil é levada em consideração a expectativa de utilização dos ativos, o planejamento das reformas das lojas e quaisquer evidências de que o ativo possa ter uma vida útil diferente da originalmente registrada. Essa avaliação é documentada mediante laudo e elaborada por especialistas da Companhia.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

**16.2. Composição do ativo imobilizado (Controladora e Consolidado)**

Imobilizado	Custo	Depreciação acumulada	Provisão de impairment	31 de dezembro de 2022
Máquinas e equipamentos	234.113	(139.508)	(1.303)	93.302
Móveis e utensílios	555.481	(325.043)	(1.931)	228.507
Equips. Informática	284.440	(196.765)	(387)	87.288
Veículos	534	(533)	-	1
Benfeitorias	1.381.956	(927.774)	(14.365)	439.817
Terrenos	126	-	-	126
Imobilizado em andamento	14.787	-	-	14.787
Provisão para restauração de lojas	2.880	(1.163)	-	1.717
	2.474.317	(1.590.786)	(17.986)	865.545

Imobilizado	Custo	Depreciação acumulada	Provisão de impairment	31 de dezembro de 2021
Máquinas e equipamentos	241.850	(138.214)	(4.772)	98.864
Móveis e utensílios	529.770	(297.884)	(2.117)	229.769
Equips. Informática	258.423	(167.970)	(645)	89.808
Veículos	534	(520)	-	14
Benfeitorias	1.293.687	(880.584)	(15.189)	397.914
Terrenos	126	-	-	126
Imobilizado em andamento	18.291	-	-	18.291
Provisão para restauração de lojas	2.430	(947)	-	1.483
	2.345.111	(1.486.119)	(22.723)	836.269

A Companhia não possui bens do ativo imobilizado dados em garantia.

**16.3. Movimentação do imobilizado (Controladora e Consolidado)**

	Taxa média de depreciação a.a.	Saldo em 31 de dezembro de 2021	Adições (iii)	Depreciação	Baixas	Transferências	Transferências para intangível	Reversão (provisão) impairment	Saldo em 31 de dezembro de 2022
Máquinas e equipamentos	6,5%	98.864	255	(9.685)	(2.838)	3.236	-	3.470	93.302
Móveis e utensílios	10,8%	229.769	21.500	(33.007)	(1.087)	11.145	-	187	228.507
Equip. informática	20,3%	89.808	23.227	(30.816)	(460)	5.271	-	258	87.288
Veículos	20,0%	14	-	(13)	-	-	-	-	1
Benfeitorias (i)	9,4%	397.914	5	(63.433)	(2.775)	107.282	-	824	439.817
Terrenos	-	126	-	-	-	-	-	-	126
Imobilizado em andamento	-	18.291	123.430	-	-	(126.934)	-	-	14.787
Provisão devolução de lojas (ii)	-	1.483	450	(216)	-	-	-	-	1.717
Total		836.269	168.867	(137.170)	(7.160)	-	-	4.739	865.545

	Taxa média de depreciação a.a.	Saldo em 31 de dezembro de 2020	Adições (iii)	Depreciação	Baixas	Transferências	Transferências para intangível	Reversão (provisão) impairment	Saldo em 31 de dezembro de 2021
Máquinas e equipamentos	7,7%	63.797	9.357	(11.100)	(187)	39.924	-	(2.927)	98.864
Móveis e utensílios	14,5%	187.294	67.599	(44.794)	(234)	18.958	-	946	229.769
Equip. informática	20,2%	63.014	45.917	(23.409)	(260)	4.779	-	(232)	89.808
Veículos	20,0%	41	-	(27)	-	-	-	-	14
Benfeitorias (i)	10,5%	335.581	6.522	(77.854)	(4.011)	132.935	-	4.741	397.914
Terrenos	-	126	-	-	-	-	-	-	126
Imobilizado em andamento	-	15.411	205.748	-	-	(195.379)	(7.489)	-	18.291
Provisão devolução de lojas	-	744	900	(161)	-	-	-	-	1.483
Outros	-	1.217	-	-	-	(1.217)	-	-	-
Total		667.225	336.043	(157.345)	(4.692)	-	(7.489)	2.528	836.269

- (i) As benfeitorias incluem ativos diversos como obras civis, luminosos, sistema de incêndio, geradores etc. A taxa de depreciação é definida pela vida útil desses bens ou prazo do contrato de aluguel, dos dois o menor.
- (ii) A Companhia possui 31 contratos de arrendamentos com pagamentos totalmente variáveis. A estes contratos estão vinculadas provisões para desmantelamento e devolução.
- (iii) Durante o exercício 2022, a Companhia adquiriu R\$168.867 de ativos imobilizados, dos quais R\$19.364 encontram-se como contas a pagar registradas em fornecedores (R\$43.700 durante o ano de 2021) e R\$43.700 foram desembolsados em 2022 referente aquisições ocorridas anteriormente à 31 de dezembro 2021 (no exercício de 2021 foram desembolsados R\$10.497 referente a 2020).



16.4. Revisão de vida útil

Durante o ano 2022 a Companhia efetuou, com o auxílio de consultoria especializada, a revisão da vida útil de seus ativos em consonância ao pronunciamento CPC 27 Ativo Imobilizado. Essa revisão foi necessária para que a vida útil dos ativos refletisse a estratégia atual de investimentos da Companhia. A metodologia aplicada no estudo consistiu na realização de pesquisas, análises técnicas e documentais que indicassem determinados intervalos de vida útil, levando em consideração a tipologia, natureza de cada bem, aplicação na operação da Companhia, condições de operação e manutenção do ativo.

Como resultado, o estudo indicou um prolongamento da vida útil para determinadas categorias que ocasionou na redução da despesa com depreciação. O efeito gerado por esta redução da despesa com depreciação foi uma redução de R\$ 40.526, sendo R\$5.710 contra Despesas Administrativas e R\$34.816 contra a rubrica de Despesa com Vendas, conforme divulgado na nota 27. A seguir, demonstramos ao despesa com depreciação antes e após a revisão das taxas, para as classes de ativos que sofreram alteração:

Classes Contábeis	Despesa depreciação			Vida útil média (anos)	
	Original	Revisada	Variação	2021	2022
Máquinas e Equipamentos	12.505	9.685	2.820	13	15
Móveis e Utensílios	51.867	33.007	18.860	7	9
Benfeitorias	82.278	63.433	18.846	9	11
	146.651	106.124	40.526		

16.5. Redução do Valor Recuperável (Impairment) de Imobilizado e Intangível

16.5.1. Política contábil

A Administração revisa ao final de cada exercício o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização (*impairment*) ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Cada loja é definida como uma unidade geradora de caixa. A Companhia considera como indicativo de perda de valor recuperável lojas que apresentam ao final do exercício *store contribution* menor que 5% sobre as vendas líquidas e/ou lojas que apresentaram *impairment* no ano anterior. As lojas devem ter mais de três anos, que é a idade para ser considerada uma loja madura na Companhia.

A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros detalhados, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros.



Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto depois dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada.

A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda.

Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não ultrapasse o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação e amortização), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Esta reversão é reconhecida no resultado.

A Companhia também registra provisão para redução ao valor recuperável de fechamento de lojas quando são aprovados pela Administração. A provisão é feita no montante estimado de baixas de ativos, a qual é revertida no momento da baixa efetiva.

16.5.2. Premissas

A Companhia utilizou projeções de fluxo de caixa, depois do imposto de renda, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela Administração observando a consistência com os resultados apresentados no passado. Para a elaboração do fluxo de caixa descontado foram consideradas as premissas abaixo:

- (i) Receitas: projetadas até o prazo final do contrato de aluguel da loja;
- (ii) Custos e despesas: projetados no mesmo exercício das receitas corrigidos por uma inflação estimada de 5,23% a.a. para 2023 e 3,5% para os períodos subsequentes, baseadas em estimativa do Banco Central; e
- (iii) Taxa de desconto: calculada levando em consideração taxa livre de risco, o risco do negócio, a taxa cobrada pelo capital de terceiros e a estrutura de capital da Companhia. A taxa de desconto utilizada foi de 13,98% a.a.. Para o cálculo da taxa de desconto, a Companhia considera o passivo de arrendamento como parte da atividade de financiamento.

Na data base 31 de dezembro de 2022 a Companhia mantinha provisão para redução ao valor recuperável de seus ativos no valor de R\$18.855 (R\$23.647 em 31 de dezembro de 2021), sendo R\$16.037 referente ao teste de recuperabilidade (R\$15.941 em 31 de dezembro de 2021), R\$2.818 referente à provisão para baixa de ativos decorrentes de reforma e encerramento de lojas (R\$6.782 em 31 de dezembro de 2021).



17. Intangível

17.1. Política contábil

Ativos intangíveis com vida útil definida (softwares e fundo de comércio) são registrados ao custo, deduzido da amortização acumulada e perdas de seu valor recuperável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados ao final de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. A amortização é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil estimada dos bens.

Para ativos intangíveis com vida útil indefinida são performados testes de recuperabilidade anualmente.

17.2. Composição do intangível

Controladora	2022				2021			
	Custo	Amortização acumulada	Provisão de <i>impairment</i>	Saldo Contábil	Custo	Amortização acumulada	Provisão de <i>impairment</i>	Saldo Contábil
Software	1.136.302	(578.031)	(119)	558.152	787.579	(423.041)	(163)	364.375
Fundo de comércio	72.211	(50.977)	(750)	20.484	70.387	(49.993)	(761)	19.633
Direito de exploração de serviços financeiros	415.000	-	-	415.000	415.000	-	-	415.000
Intangível em andamento	27.066	-	-	27.066	176.231	-	-	176.231
Total	1.650.579	(629.008)	(869)	1.020.702	1.449.197	(473.034)	(924)	975.239

Consolidado	2022				2021			
	Custo	Amortização acumulada	Provisão de <i>impairment</i>	Saldo Contábil	Custo	Amortização acumulada	Provisão de <i>impairment</i>	Saldo Contábil
Software	1.136.765	(578.131)	(119)	558.515	788.043	(423.049)	(163)	364.831
Fundo de comércio	72.211	(50.977)	(750)	20.484	70.387	(49.993)	(761)	19.633
Direito de exploração de serviços financeiros	415.000	-	-	415.000	415.000	-	-	415.000
Intangível em andamento	27.066	-	-	27.066	176.231	-	-	176.231
Total	1.651.042	(629.108)	(869)	1.021.065	1.449.661	(473.042)	(924)	975.695



17.3. Movimentação intangível

Controladora									
	Taxa média amortização (a.a.%)	Saldo em 31 de dezembro de 2021	Adições(i)	Amortização	Baixas	Transferências	Transferências de Imobilizado	Reversão (provisão) impairment	Saldo em 31 de dezembro de 2022
Software	18,5%	364.375	-	(155.061)	(126)	348.920	-	44	558.152
Fundo de comércio	10,0%	19.633	-	(2.736)	(1.688)	5.264	-	11	20.484
Direito de exploração de serviços financeiros		415.000	-	-	-	-	-	-	415.000
Intangível em andamento	-	176.231	205.019	-	-	(354.184)	-	-	27.066
Total		975.239	205.019	(157.797)	(1.814)	-	-	55	1.020.702

	Taxa média amortização (a.a.%)	Saldo em 31 de dezembro de 2020	Adições	Amortização	Baixas	Transferências	Transferências de Imobilizado	Reversão (provisão) impairment	Saldo em 31 de dezembro de 2021
Software	16,6%	233.622	43	(86.546)	(22)	209.949	7.489	(160)	364.375
Fundo de comércio	10,0%	10.469	-	(2.756)	-	11.587	-	333	19.633
Direito de exploração de serviços financeiros		-	415.000	-	-	-	-	-	415.000
Intangível em andamento	-	50.869	346.898	-	-	(221.536)	-	-	176.231
Total		294.960	761.941	(89.302)	(22)	-	7.489	173	975.239

Consolidado									
	Taxa média amortização (a.a.%)	Saldo em 31 de dezembro de 2021	Adições(i)	Amortização	Baixas	Transferências	Transferências de Imobilizado	Reversão (provisão) impairment	Saldo em 31 de dezembro de 2022
Software	18,5%	364.831	-	(155.154)	(126)	348.920	-	44	558.515
Fundo de comércio	10,0%	19.633	-	(2.736)	(1.688)	5.264	-	11	20.484
Direito de exploração de serviços financeiros		415.000	-	-	-	-	-	-	415.000
Intangível em andamento	-	176.231	205.019	-	-	(354.184)	-	-	27.066
Total		975.695	205.019	(157.890)	(1.814)	-	-	55	1.021.065

	Taxa média amortização (a.a.%)	Saldo em 31 de dezembro de 2020	Adições	Amortização	Baixas	Transferências	Transferências de Imobilizado	Reversão (provisão) impairment	Saldo em 31 de dezembro de 2021
Software	16,6%	233.622	507	(86.554)	(22)	209.949	7.470	(141)	364.831
Fundo de comércio	10,0%	10.469	-	(2.756)	-	11.587	(1.077)	1.410	19.633
Direito de exploração de serviços financeiros		-	415.000	-	-	-	-	-	415.000
Intangível em andamento	-	50.869	346.898	-	-	(221.536)	-	-	176.231
Total		294.960	762.405	(89.310)	(22)	-	6.393	1.269	975.695

- (i) Durante o exercício de 2022, a Companhia adicionou R\$205.019 à conta de intangíveis dos quais R\$23.102 encontram-se como contas a pagar registradas em fornecedores e R\$96.848 foram desembolsados em 2022 referente aquisições ocorridas anteriormente à 31 de dezembro de 2021.



18. Arrendamentos

18.1. Política contábil

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente dos contratos. A Companhia utilizou, como componente do custo, os valores de pagamentos de arrendamento fixos ou fixos em essência, que seriam os pagamentos mínimos acordados em contratos com pagamentos variáveis de acordo com atingimento de receitas, bruto de PIS e COFINS. Aos montantes de ativo por direito de uso também são adicionados pagamentos antecipados de arrendamentos e provisões para restauração de lojas e são deduzidos incentivos recebidos de arrendadores. Os valores de pagamentos especificamente variáveis são reconhecidos mensalmente como despesas operacionais.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início do contrato, descontados usando a taxa de juros incremental, que é definida como a taxa de juros nominal (com inflação) equivalente ao que a Companhia teria ao contratar um empréstimo por prazo semelhante e com garantia semelhante.

A Companhia aplicou julgamento para determinar o prazo de arrendamento de alguns contratos, considerando o disposto na Lei nº 8.245 (Lei do Inquilinato), que concede ao arrendatário o direito de renovações contratuais quando determinadas condições forem atendidas, bem como práticas passadas referente ao sucesso da Companhia na renovação de seus contratos. A avaliação se a Companhia está razoavelmente certa de exercer essas opções tem impacto no prazo do arrendamento, o que afeta significativamente o valor dos passivos de arrendamento e dos ativos de direito de uso reconhecidos. Baseado no histórico das últimas renovações, nos quais, os prazos e valores negociados diferem substancialmente dos contratos vencidos, a Companhia considera as renovações como um novo contrato, portanto não considera renovação no prazo.

Efeitos da adoção das Orientações Contidas no Ofício Circular/CVM/SNC/SEP/nº 01/2020

Com a emissão do referido Ofício e elucidação de alguns pontos controversos relacionados à adoção da nova norma, a Companhia revisou suas premissas de cálculo do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento e passou a considerar os fluxos de pagamentos futuros brutos dos potenciais créditos de PIS e COFINS potencial e passou a descontá-los a uma taxa de juros incremental nominal. Essa metodologia está de acordo com o CPC06 (R2)/IFRS16. Os efeitos dessa alteração foram considerados prospectivamente como remensuração na movimentação dos saldos de arrendamentos.



18.2. Benefícios relacionados à COVID-19 concedidos para Arrendatários em contratos de arrendamento

Baseado na Revisão de Pronunciamentos Técnicos - N.º 16/2020 que apresenta esclarecimentos no Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2)/IFRS16, referentes a benefícios relacionados à COVID-19 concedidos para Arrendatários em contratos de arrendamento, a Companhia avaliou os acordos obtidos com seus parceiros arrendadores e concluiu que as negociações nos aluguéis decorrentes da COVID-19 não compreendem uma alteração contratual, logo, sem impacto de remensuração dos arrendamentos. O período abrangido por esse pronunciamento se encerrou em 30 de junho de 2022. O montante de desconto líquidos de impostos obtido nas negociações durante o período de janeiro a junho de 2022 foi de R\$17.672 (R\$40.297 no exercício de 2021 - líquido de PIS/COFINS), registrados no resultado do exercício sob a rubrica despesa de ocupação.

18.3. Taxa de juros incremental

A Companhia chegou às suas taxas de juros incrementais com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade da Companhia ("spread" de crédito). Os *spreads* foram obtidos a partir dos *spreads* observados em dívidas emitidas por companhias do mesmo risco e setor (debêntures). As taxas são atualizadas para cada novo contrato de aluguel.

Taxas incrementais por prazos de contrato praticadas nos exercícios de 2022 e 2021:

Prazos dos contratos	2022		2021	
	Taxa Real (% a.a.)	Taxa Nominal (% a.a.)	Taxa Real (% a.a.)	Taxa Nominal (% a.a.)
de 0 a 3 anos	8,0 – 10,6	14,9 – 16,4	1,6 - 8,8	4,0 - 14,9
de 3 a 5 anos	7,3	13,4	2,2 - 7,7	5,4 - 14,3
de 5 a 6 anos	4,0 – 8,1	9,1 – 14,7	2,2 – 7,2	5,6 – 13,7
de 6 anos a 10 anos (ou mais)	3,2 - 7,7	6,8 - 14,3	3,2 - 7,2	6,8 - 14,1



18.4. Movimentação de saldos do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento (Controladora e Consolidado)

	Ativo por direito de uso			Passivo de arrendamento
	Imóveis	Equipamentos	Total	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.635.512	4.778	1.640.290	(1.814.148)
Amortização (i)	(378.210)	(3.322)	(381.532)	-
Encargos financeiros	-	-	-	(165.719)
Pagamentos realizados	-	-	-	488.840
Provisão para custos de desmontagem	990	-	990	-
Pagamentos antecipados	(410)	-	(410)	-
Reversão/ (Provisão) redução ao valor recuperável	1.347	-	1.347	-
Contratos novos/renovados/encerrados (ii)	72.622	22.277	94.899	(88.322)
Remensuração (iii)	209.455	408	209.863	(209.863)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.541.306	24.141	1.565.447	(1.789.212)
Passivo circulante				(513.238)
Passivo não circulante				(1.275.974)

(i) Montante apresentado nesta tabela não se apresenta deduzido dos créditos de PIS/COFINS sobre o pagamento de arrendamentos no valor de R\$43.886 e sobre os juros no valor de R\$9.182, que foram registrados diretamente em resultado como redutores da despesa de amortização e de juros.

(ii) Refere-se a entrada de 18 contratos novos e 2 contratos encerrados.

(iii) Refere-se à revisão anual de reajuste inflacionário sobre os pagamentos mínimos de arrendamento previstos em contratos e renovações de aluguel;

	Ativo por direito de uso			Passivo de arrendamento
	Imóveis	Equipamentos	Total	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.507.566	6.872	1.514.438	(1.654.796)
Amortização	(336.479)	(1.846)	(338.325)	-
Encargos financeiros	-	-	-	(144.151)
Pagamentos realizados	-	-	-	438.262
Provisão para custos de desmontagem	1.440	-	1.440	-
Redução ao valor recuperável	1.200	-	1.200	-
Contratos novos/renovados/encerrados (ii)	277.462	-	277.462	(267.323)
Remensuração	184.323	(248)	184.075	(186.140)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.635.512	4.778	1.640.290	(1.814.148)
Passivo circulante				(471.723)
Passivo não circulante				(1.342.425)

a) Comparação de projeções de arrendamentos entre os cenários

Atendendo à orientação da CVM e com o objetivo de proporcionar ao mercado uma visão completa dos diversos efeitos que surgem com a aplicação de modelos com e sem inflação no fluxo de pagamentos mínimos dos arrendamentos, usando uma mesma taxa de juros incremental para desconto (4,0% a 16,4%), são apresentados a seguir os saldos comparativos do passivo do arrendamento do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de amortização do atual exercício social de acordo com os seguintes cenários:

Cenário	Taxa incremental	Fluxo de pagamentos futuros
1	Nominal	Com projeção da inflação
2	Nominal	Sem projeção da inflação (contabilizado)



O cenário 2 foi o adotado pela Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, conforme determina o CPC06(R2) / IFRS16, apresentamos abaixo os saldos comparativos do passivo de arrendamento:

	2022	2021
Passivo de arrendamento		
Cenário 1	2.033.448	2.143.756
Cenário 2 (contabilizado)	1.789.212	1.814.148
Encargos Financeiros		
Cenário 1	87.981	164.441
Cenário 2 (contabilizado)	165.719	107.753
Despesa de Depreciação		
Cenário 1	435.603	376.522
Cenário 2 (contabilizado)	381.532	252.435
Total de Despesa		
Cenário 1	523.584	540.963
Cenário 2 (contabilizado)	547.251	360.188

b) Pagamentos futuros mínimos e direito potencial do PIS e da COFINS (Controladora e Consolidado)

Os pagamentos futuros mínimos a título de arrendamento, nos termos dos arrendamentos mercantis, juntamente com o valor justo dos pagamentos mínimos de arrendamento, são os seguintes:

	2022		2021	
	Pagamentos	Direito Potencial de PIS/ COFINS	Pagamentos	Direito Potencial de PIS/ COFINS
Com vencimento				
Menos de um ano	513.238	(44.118)	450.798	(41.351)
De um a cinco anos	1.391.273	(125.785)	1.448.274	(131.105)
Mais de cinco anos	475.322	(41.983)	483.982	(44.351)
Total dos pagamentos mínimos	2.379.833	(211.886)	2.383.054	(216.807)
Desconto ao valor presente dos pagamentos mínimos	(590.621)	52.979	(568.906)	52.047
Valor presente dos pagamentos mínimos	1.789.212	(158.907)	1.814.148	(164.760)
Passivo Circulante	513.238		471.723	
Passivo Não circulante	1.275.974		1.342.425	

O direito potencial de PIS/COFINS refere-se ao montante que a Companhia terá direito a se recuperar caso os pagamentos futuros previstos de arrendamentos se concretizem.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a despesa relativa aos 19 contratos de arrendamento variável foi de R\$5.336 (17 contratos no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$4.167). A Administração entende não ser apropriado projetar os pagamentos mínimos dado a própria natureza destes gastos. As despesas relativas a arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor totalizaram R\$20.631 (R\$19.619 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021), e se referem a aluguéis de impressoras e empilhadeiras. Devido à baixa relevância, não estão sendo apresentados o compromisso futuro dos pagamentos mínimos dos arrendamentos de



ativos de baixo valor e contratos de curto prazo e a análise da sensibilidade das despesas variáveis dos arrendamentos e os fatores que afetam a variação.

A Companhia não fornece imóveis em garantia para nenhuma de suas operações.

c) Redução ao valor recuperável

Os ativos de direito de uso também são sujeitos ao teste de valor recuperável. A metodologia é a mesma que do imobilizado (Nota 16.5).

19. Fornecedores

19.1. Política contábil

Fornecedores representam as obrigações da Companhia decorrentes da compra de produtos, serviços, gastos com ocupação, imobilizado e intangível. Contemplam também as operações nas quais os fornecedores transferem para instituições financeiras parte de seu recebível como parte de programas de convênios sem direito de regresso, desde que não haja alteração no prazo e valores originais de pagamento. As operações de compras a prazo são ajustadas ao valor presente na data das transações e sua reversão tem como contrapartida o resultado financeiro, pela fruição de prazo no caso de fornecedores.

19.2. Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Fornecedores de mercadorias	706.318	683.063	706.318	683.063
Fornecedor Bradescard	469.328	415.000	469.328	415.000
Fornecedores de materiais, ativos e serviços	324.069	374.977	335.908	376.037
Fornecedores convênio – risco sacado	386.266	376.302	386.266	376.302
Ajuste a valor presente	(20.597)	(14.606)	(20.597)	(14.606)
	1.865.384	1.834.736	1.877.223	1.835.796
Passivo circulante	1.852.814	1.399.676	1.864.653	1.400.736
Passivo não circulante	12.570	435.060	12.570	435.060

Fornecedor Bradescard

Em novembro de 2021 a C&A formalizou a aquisição do balcão Bradesco no valor de R\$415 milhões, a qual deverá ser liquidada em janeiro de 2023. Esse valor estava registrado sob a rubrica de fornecedores de longo prazo em dezembro de 2021 e, devido ao seu vencimento, foi classificada no passivo circulante no primeiro trimestre de 2022. Esse valor é atualizado mensalmente e o resultado da correção monetária é registrado contra as despesas financeiras no subgrupo “juros com fornecedores” (nota 28). Em 31 de dezembro de 2022 o valor corrigido é de R\$469 milhões.



Em janeiro de 2023 a Companhia renegociou o contrato com o Banco Bradescard, mas seus efeitos serão refletidos a partir do próximo exercício fiscal. Maiores detalhes podem ser vistos na Nota 34.

Fornecedores convênio – operação de risco sacado

A Companhia possibilita que seus fornecedores, mediante assinatura de termos de adesão, antecipem seus recebíveis com um desconto sobre o valor de face. Essa operação pode ser feita diretamente com a Companhia e, também, através de convênios com instituições financeiras.

Nesses convênios, conforme acordado, as instituições financeiras antecipam um determinado montante para o fornecedor e recebem, na data de vencimento, o montante devido pela Companhia. A decisão de aderir a essa operação é única e exclusivamente do fornecedor. O convênio não altera as características das condições comerciais, prazos e preços anteriormente estabelecidos entre a Companhia e seu fornecedor, e, por este motivo, os saldos a pagar foram mantidos na rubrica “fornecedores”.

A Companhia recebeu com essa operação uma comissão no montante de R\$9.254 referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (R\$12.372 durante o exercício de 2021). Durante o ano de 2022 a taxa de desconto ficou entre 0,57% a.m. a 2,04% a.m. (ante 0,75% a.m. a 1,69% a.m. referente ao ano 2021).

Ajuste a valor presente

A Companhia efetua o desconto a valor presente do saldo de fornecedores considerando taxas de juros que se aproximam das praticadas no mercado. As taxas de juros mensais utilizadas para o cálculo a valor presente dos fornecedores em aberto em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foram de 1,12% e 0,77%, respectivamente. A contrapartida do ajuste a valor presente é efetuada contra os estoques e a recomposição dos juros é registrada *pro rata die* e lançada na conta de despesa financeira.

20. Empréstimos e debêntures

20.1. Política contábil

Os empréstimos e debêntures são reconhecidos inicialmente a valor justo e, em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado conforme previsto em contrato. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela Companhia relativos ao empréstimo.

A Companhia também considera as operações de empréstimos com terceiros como atividades de financiamento.



20.2. Composição dos empréstimos e debêntures

Descrições	Taxas a.a.	Vencimento	Controladora		Consolidado	
			2022	2021	2022	2021
Nota Promissórias (i)	100% CDI+ 1,09%	2023	506.881	494.905	506.881	494.905
CCB (ii)	100% CDI+ 2,95%	2023	-	230.107	-	230.107
CCB (iii)	100% CDI+ 2,90%	2023 a 2024	106.694	132.227	106.694	132.227
Debêntures 1ª Emissão série única (iii)	100% CDI+ 2,15%	2024 a 2025	508.661	505.940	508.661	505.940
Notas Comerciais escriturais – série única, 1ª emissão (iv)	100% CDI + 2,45%	2026 a 2027	260.951	-	260.951	-
Debêntures 2ª Emissão 1ª série (v)	100% CDI + 2,10%	2025	252.368	-	252.368	-
Debêntures 2ª Emissão 2ª série (v)	100% CDI + 2,40%	2025 a 2028	359.571	-	359.571	-
Conta Garantida (vi)	100% CDI+2,10%	2023	-	-	163.457	16.070
(-) Custo de transação a apropriar			(7.751)	(4.423)	(7.751)	(4.423)
Total			1.987.375	1.358.756	2.150.832	1.374.826
Passivo circulante			582.558	105.108	746.015	121.178
Passivo não circulante			1.404.817	1.253.648	1.404.817	1.253.648

- i. Em 3 de abril de 2020, a Companhia realizou a 1ª emissão de Notas Promissórias, em 6 séries, para distribuição pública com esforços restritos (CVM 476), no montante de R\$500.000, remuneração equivalente a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI, acrescida de uma sobretaxa de 1,09% ao ano com prazo de pagamento de 3 anos. O pagamento de juros e a amortização do principal ocorrem a cada 6 meses, sendo que as parcelas não serão lineares e estão estipuladas em contrato. O primeiro vencimento ocorreu em outubro de 2020 e o finaliza em abril de 2023. Os custos incorridos com a 1ª emissão de notas promissórias, incluindo taxas, comissões e outros custos, totalizaram R\$1.432 e estão sendo registrados como redutores no passivo e apropriados ao resultado mensalmente durante o período da dívida. O valor apropriado no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 é de R\$477 (R\$477 no ano de 2021).
- ii. Em 30 de setembro de 2020, a Companhia realizou a emissão de duas CCBs, sendo:
- a primeira no valor de R\$230.000, com remuneração equivalente a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI, acrescida de uma sobretaxa de 2,95% ao ano, com pagamento de juros semestrais em 6 parcelas e a amortização do principal na data de vencimento em 2023.; e
 - a segunda no valor de R\$120.000, com remuneração equivalente a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI, acrescida de uma sobretaxa de 2,90% ao ano, com pagamento em 6 parcelas de R\$20.000, sendo o primeiro vencimento em janeiro de 2022 e o final em julho de 2024.
 - Em 14 de dezembro de 2022, a Companhia liquidou antecipadamente o contrato de CCB no valor de R\$230.000 cujo vencimento original era 30 de junho de 2023

Os custos incorridos com as emissões das CCBs (1ª e 2ª emissão), incluindo taxas, comissões e outros custos, totalizaram R\$3.647 e estão sendo registrados como redutores no passivo e apropriados ao resultado mensalmente durante o período da dívida. O valor apropriado no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 é de R\$463 (R\$1.216 no ano de 2021).



- iii. Em 20 de maio de 2021, a Companhia realizou a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição (CVM n° 476), no montante de R\$500.000, com remuneração de 100% do DI, acrescida de uma sobretaxa de 2,15% ao ano, com vigência de 4 (quatro) anos, sendo amortizado anualmente, em 2 (duas) parcelas, a partir do terceiro ano (inclusive), contado da data de emissão das debêntures, sendo a primeira parcela, 50% do valor nominal unitário, em 20 de maio de 2024 e, a última, na data de vencimento, em 20 de maio de 2025. Os custos incorridos com a 1ª emissão de debêntures, incluindo taxas, comissões e outros custos, totalizaram R\$3.619 e estão sendo registrados como redutores no passivo e apropriados ao resultado mensalmente durante o período da dívida. O valor apropriado no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 é de R\$905 (R\$528 no ano de 2021).
- iv. Em 18 de março de 2022, a Companhia realizou a 1ª (primeira) emissão de notas comerciais escriturais (“Notas Comerciais” e “Emissão”), para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, nos termos da Lei n° 14.195, de 26 de agosto de 2021, conforme alterada (“Lei 14.195”), e da Instrução CVM 476, no montante de R\$250.000, com remuneração de 100% do CDI, acrescida de uma sobretaxa de 2,45% ao ano e prazo de liquidação previsto para 18 de março de 2027. Os recursos líquidos captados por meio da Emissão serão destinados à reforço de caixa e alongamento do prazo médio das dívidas da Emitente. Os custos incorridos com a primeira emissão de notas comerciais, incluindo taxas, comissões e outros custos, totalizaram R\$1.528 e estão sendo registrados como redutores no passivo e apropriados ao resultado mensalmente durante o período da dívida. O valor apropriado no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 é de R\$229.
- v. Em 08 de abril de 2022, a Companhia realizou a segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição da Companhia, no montante de R\$600.000 (seiscentos milhões) dos quais, R\$247.500 (duzentos e quarenta e sete milhões e quinhentos mil reais) são referentes às debêntures da primeira série e R\$352.500 (trezentos e cinquenta e dois milhões e quinhentos mil reais) são referentes às debêntures da segunda Série. A primeira série com remuneração de 100% do CDI acrescida de uma sobretaxa de 2,10% ao ano e a segunda série com remuneração de 100% do CDI acrescida de uma sobretaxa de 2,40% ao ano. As debêntures da primeira série terão prazo de vigência de 42 (quarenta e dois) meses a contar da data de emissão, vencendo, portanto, em 13 de novembro de 2025 (“data de vencimento das debêntures da primeira série”), e as debêntures da segunda série terão prazo de vigência de 72 (setenta e dois) meses a contar da data de emissão, vencendo, portanto, em 13 de maio de 2028 (“data de vencimento das debêntures da segunda série”). Os custos incorridos, incluindo taxas, comissões e outros custos, totalizaram R\$4.510 e estão sendo registrados como redutores no passivo e apropriados ao resultado mensalmente durante o período da dívida. O valor apropriado no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 é de R\$641.



- vi. Desde 01 de dezembro de 2021, a Companhia, vem realizando captações através da sua controlada Orion Instituição de Pagamentos. Em 31 de dezembro de 2022 a posição é de R\$161.554, com remuneração de 100% do CDI, acrescida de uma sobretaxa de 2,10% ao ano e prazo de liquidação previsto para 04 de abril de 2023. O objetivo desta captação é de liquidar as linhas de financiamento das carteiras de parcelado com juros, atraso, saque e refinanciamento da operação do novo cartão C&A Pay.

Todos os recursos acima foram captados para reforço do capital de giro, sem concessão de garantia por parte da Companhia.

20.3. Previsão de pagamentos

A seguir a previsão de pagamentos dos empréstimos em 31 de dezembro de 2022:

Vencimentos	Controladora	Consolidado
2023	582.558	746.015
2024	307.829	307.829
2025	584.065	584.065
2026	212.361	212.361
2027	212.590	212.590
2028	87.972	87.972
	1.987.375	2.150.832

20.4. Movimentação dos empréstimos

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Saldo em 31 de dezembro	1.358.756	1.211.252	1.374.826	1.211.252
Novos empréstimos/debêntures	850.000	500.000	1.291.249	515.347
Juros	272.449	81.458	272.449	81.458
Juros a repassar	-	-	1.180	723
Custo de captação	(6.104)	(3.812)	(7.574)	(3.812)
Amortização dos custos	2.777	2.369	4.247	2.369
Pagamento de principal	(295.000)	(381.500)	(590.042)	(381.500)
Pagamento dos juros	(195.503)	(51.011)	(195.503)	(51.011)
Saldo em 31 de dezembro	1.987.375	1.358.756	2.150.832	1.374.826



20.5. Cláusulas contratuais restritivas “covenants”

Com base nas cláusulas dos contratos vigentes, a Companhia deve cumprir com os seguintes “covenants” financeiros, cuja mensuração é anual, em 31 de dezembro, conforme demonstrado a seguir:

- Manutenção da razão entre Dívida Líquida (composta por empréstimos e debêntures mais ou menos o saldo de derivativos menos caixa e equivalentes de caixa e aplicação financeira) e EBITDA Ajustado (composto pelo EBITDA mais receita com desconto de fornecedores menos os resultados não operacionais, definidos como venda de ativos, provisões/reversões de contingências, *impairment* e despesas de reestruturação), em patamar igual ou inferior a 3,0 vezes, que serão calculados anualmente sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Para tal cálculo considera-se o EBITDA Ajustado dos últimos 12 (doze) meses e desconsidera os efeitos trazidos pela adoção do CPC06/IFRS16.

A Companhia monitora periodicamente os indicadores financeiros que podem impactar os *covenants*. As restrições impostas são usuais em operações dessa natureza e não limita a capacidade da Companhia de conduzir seus negócios até o momento.

21. Obrigações trabalhistas

	Controladora e Consolidado	
	2022	2021
Salários, participação nos lucros e encargos sociais	128.638	93.586
Férias, 13º salário e encargos sociais	77.464	67.559
	206.102	161.145
Passivo circulante	198.732	155.470
Passivo não circulante	7.370	5.675

22. Tributos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
ICMS (i)	151.788	118.561	151.788	118.561
PIS/ COFINS	100.039	62.882	101.170	63.031
Outros	9.990	10.121	10.946	10.723
	261.817	191.564	263.904	192.315
Passivo circulante	245.954	175.352	248.041	176.103
Passivo não circulante	15.863	16.212	15.863	16.212

- (i) Em setembro de 2022 foi reconhecido em resultado o montante de R\$14.439 relativo ao DIFAL das operações de vendas interestadual (ver nota 12.ii.ii).



23. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais

23.1. Política contábil

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Nos casos em que a provisão possui um depósito judicial correspondente e a Companhia tem a intenção de liquidar o passivo e realizar o ativo simultaneamente, os valores são compensados para fins de apresentação nas demonstrações contábeis.

23.2. Saldos e movimentações das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Administração, baseada no parecer de seus assessores jurídicos, constitui provisões para cobrir perdas prováveis e razoavelmente estimáveis, com perspectiva de futura saída de recurso financeiro pela Companhia.

		Controladora				
		2021	Constituição (reversão)	Pagamentos	Atualização	2022
Tributárias		220.978	9.128	-	15.676	245.782
Trabalhistas 23.2 (iv)		30.095	5.955	(10.544)	3.865	29.371
Cíveis		3.710	7.017	(7.445)	406	3.688
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		254.783	22.100	(17.989)	19.947	278.841
Depósitos judiciais com passivo correspondente		(85.257)	(2.361)	-	(8.473)	(96.091)
Provisão líquida de depósitos judiciais		169.526	19.739	(17.989)	11.474	182.750
		Consolidado				
		2021	Constituição (reversão)	Pagamentos	Atualização	2022
Tributárias		220.978	9.128	-	15.676	245.782
Trabalhistas 23.2 (iv)		30.095	5.955	(10.544)	3.865	29.371
Cíveis		3.710	7.114	(7.445)	406	3.785
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		254.783	22.197	(17.989)	19.947	278.938
Depósitos judiciais com passivo correspondente		(85.257)	(2.361)	-	(8.473)	(96.091)
Provisão líquida de depósitos judiciais		169.526	19.836	(17.989)	11.474	182.847



Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Controladora e Consolidado					
	2020	Constituição (reversão)	Pagamentos	Atualização	2021
Tributárias	200.437	17.680	(2.473)	5.334	220.978
Trabalhistas	74.994	(38.923)	(12.617)	6.641	30.095
Cíveis	8.884	2.080	(8.780)	1.526	3.710
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	284.315	(19.163)	(23.870)	13.501	254.783
Depósitos judiciais com passivo correspondente	(54.191)	(30.798)	-	(268)	(85.257)
Provisão líquida de depósitos judiciais	230.124	(49.961)	(23.870)	13.233	169.526

As provisões tributárias referem-se, substancialmente, às discussões relativas aos seguintes tributos:

(i) PIS/COFINS

A Companhia mantém em 31 de dezembro de 2022 provisão para riscos de PIS e COFINS no montante de R\$136.976 (R\$122.405 em 31 de dezembro de 2021). Sendo os valores mais significativos decorrentes de créditos utilizados como insumos na sua atividade-fim, no valor de R\$86.387 (R\$64.998 em 31 de dezembro de 2021) e créditos de COFINS Importação, no montante de R\$42.374 (R\$40.077 em 31 de dezembro de 2021). Para este último caso, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia mantém o saldo de depósito atualizado no valor de R\$43.842 (R\$37.773 em 31 de dezembro de 2021).

(ii) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)

A Companhia mantém em 31 de dezembro de 2022 provisão para riscos de ICMS no montante de R\$44.422 (R\$36.069 em 31 de dezembro de 2021). Sendo os valores mais significativos decorrentes de temas relacionados a créditos de fornecedores considerados inidôneos pelos órgãos fazendários, no montante de R\$10.899 (R\$10.499 em 31 de dezembro 2021) e discussões relacionadas a incidência do ICMS sobre encargos vinculados às operações com energia elétrica, no montante de R\$24.005 (R\$19.424 em 31 de dezembro 2021).

(iii) Outras tributárias

A Companhia mantém em 31 de dezembro de 2022, provisão para riscos tributários relacionados a outros tributos, no montante de R\$ 64.384 (R\$ 62.505 em 31 de dezembro de 2021). Sendo os valores mais significativos decorrentes de temas relacionados ao FGTS, no montante de R\$ 16.768 (R\$ 16.748 em 31 de dezembro de 2021) e CPRB - Contribuição Previdenciária sobre Receita Bruta, referente ao caso em que se discute a exclusão dos valores de ICMS e ISS de sua base de cálculo, no montante de R\$ 41.897 (R\$ 38.268 em 31 de dezembro de 2021).



(iii.i) ISS e ICMS na base de cálculo – CPRB

Em 28 de Agosto de 2013, a Companhia entrou com ação judicial em que se discute a exclusão dos valores de ICMS e ISS da base de cálculo da CPRB - Contribuição Previdenciária sobre Receita Bruta. A Companhia optou por realizar os pagamentos mensais da CPRB mediante depósitos judicial, a partir de janeiro de 2014 à novembro de 2015. Em 31 de dezembro de 2022, o montante atualizado do depósito é de R\$ 33.108 (R\$ 30.798 em 31 de dezembro 2021). Para este caso, a Companhia mantém a provisão registrada no valor de R\$ 41.897 (R\$ 38.268 em 31 de dezembro 2021).

(iv) Cíveis e trabalhistas

A mensuração da provisão para disputas trabalhistas é obtida através da aplicação do percentual histórico de perdas sobre o valor total da causa (que representa a exposição máxima a que a Companhia está sujeita), informada para cada processo pelos assessores jurídicos da Companhia. Essa mensuração é revisada semestralmente, sendo a revisão mais recente no mês de setembro de 2022. Já a mensuração da provisão das disputas cíveis considera a média histórica global de êxito e de pagamentos, e a avaliação individual de casos de valores relevantes.

(v) Depósitos judiciais com passivo correspondente

Adicional de 1% do COFINS importação

Em 7 de março de 2013, a Companhia entrou com ação judicial para exigir o direito a crédito sobre o adicional de 1% relativo ao COFINS incidente sobre a importação de alguns de seus produtos e, por decorrência da obtenção de medida liminar, passou a se apropriar de tais créditos. Em 26 de março de 2018, houve a cassação da tutela que autorizava a utilização do crédito, o que obrigou a Companhia a oferecer depósito judicial para garantir a suspensão da exigibilidade e, assim, continuar com a discussão judicial. Em 31 de dezembro de 2022 o montante atualizado do depósito é de R\$ 43.841 (R\$37.773 em 31 de dezembro de 2021). Para este caso, a Companhia mantém a provisão registrada no valor de R\$ 42.374 (R\$40.077 em 31 de dezembro 2021).

23.3. Depósitos judiciais

A Companhia está contestando o pagamento de certos impostos, contribuições e obrigações trabalhistas e efetuou depósitos judiciais para garantir o prosseguimento dos processos judiciais, conforme requerido pelos tribunais, e/ou efetuados por decisão estratégica de Administração para proteção de seu caixa. Assim, o montante atualizado dos depósitos judiciais é no total, atualizado, como segue:

C&A Modas S.A.



Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O saldo de depósitos judiciais registrados no ativo por natureza da discussão é como segue:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Tributários	32.893	31.064
Trabalhistas e Cíveis	28.397	30.873
Total	61.290	61.937

Para os depósitos judiciais mencionados, não há provisão constituída devido à avaliação da Administração, suportada pelos seus assessores legais.

23.4 Contingências não provisionadas

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui o montante atualizado de R\$362.640 (R\$315.978 em 31 de dezembro de 2021), relativo a demandas judiciais e/ou administrativas com expectativa de perda avaliada como possível, razão pela qual não são efetuadas provisões contábeis de acordo com as práticas contábeis vigentes.

Abaixo estão sumariadas as principais demandas, com valores do principal acrescido de multa e juros, e cuja perda é possível na avaliação de nossos assessores jurídicos:

	Controladora e Consolidado	
	2022	2021
PIS e COFINS - Alíquota zero na venda de eletrônicos (a)	191.472	176.798
Contribuição Previdenciária sobre Assistência Médica e Hospitalar (b)	9.627	7.980
PIS/COFINS - Não cumulatividade (c)	26.373	25.561
Tributos de Importação sobre Royalties (d)	18.794	17.572
Créditos Previdenciários (e)	28.669	16.445
Outras demandas	87.705	71.622
	362.640	315.978

- (a) Refere-se à execução fiscal pela cobrança de débitos oriundos do benefício da alíquota zero do PIS e da COFINS, pela venda de produtos eletrônicos, previsto na Lei nº 11.196/05 ("Lei do Bem"). Considerando a decisão favorável, que reconheceu o direito a fruição do benefício fiscal (vide Nota 12.2.1.3), a Companhia aguarda o encerramento do caso.
- (b) Auto de infração para cobrança de contribuições previdenciárias supostamente incidentes sobre valores pagos a título de Assistência Médica e Hospitalar a seus funcionários e empregados segurados relativamente ao período de 12/12/1997 e 28/02/2005. Em fevereiro de 2020, com base em decisão favorável a Companhia houve reversão de parte do valor.
- (c) Autos de infração nos quais foram glosados créditos de PIS e COFINS sobre despesas consideradas como insumo pela Companhia nos exercícios de 2012 e 2014.

C&A Modas S.A.



Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(d) Autos de infração nos quais se exigem Imposto sobre Importação, PIS/PASEP - Importação e COFINS - Importação ante a não inclusão de Royalties pagos por uso de marcas licenciadas, na base de cálculo de mercadorias importadas.

(e) Processos administrativos em que discute a não homologação de pedidos de compensação.

Com relação às causas cíveis e trabalhistas, a Companhia informa que as provisões são revisadas periodicamente e constituídas para os processos com expectativa de perda provável levando em consideração a evolução dos processos e o histórico de valores efetivamente liquidados.

Em decorrência de fatores externos, não sob controle da Companhia, não é praticável a determinação da época de desembolso, se houver, das discussões judiciais e administrativas que a Companhia venha a perder.

24. Patrimônio líquido

24.1 Política contábil

O capital social está representado por ações ordinárias. Os gastos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como transações de capital, líquido de efeitos tributários.

24.2 Capital social

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social no valor de R\$1.847.177 é representado por 308.245.068 ações ordinárias totalmente integralizadas, das quais a quantidade de ações em circulação é de 104.150.035 ações ordinárias (106.164.435 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2021).

C&A Modas S.A.



Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A composição acionária em 31 de dezembro de 2022 é apresentada como segue:

	2022		2021	
	Quantidade de ações	%	Quantidade de ações	%
COFRA Investment SARL	100.363.049	32,56%	100.363.049	32,56%
Incas SARL	100.939.166	32,75%	100.939.166	32,75%
COFRA Latin America	17.121	0,02%	17.121	0,01%
Administração	805.797	0,26%	546.797	0,17%
Tesouraria	1.969.900	0,64%	214.500	0,07%
Ações em circulação	104.150.035	33,79%	106.164.435	34,44%
Total	308.245.068	100%	308.245.068	100%

Conforme o estatuto social, a Companhia está autorizada a aumentar o capital social em até 135.000.000 de novas ações ordinárias e, portanto, até o limite de 443.245.068 ações ordinárias, independentemente de reforma estatutária, na forma do artigo 168 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

O aumento do capital social, nos limites do capital autorizado, será realizado por meio da emissão de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição mediante deliberação do Conselho de Administração, a quem competirá estabelecer as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de sua integralização. Ocorrendo subscrição com integralização em bens, a competência para o aumento de capital será da Assembleia Geral, ouvido o Conselho Fiscal.

24.3 Ações em tesouraria

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo das ações em tesouraria é de R\$6.778 correspondente a 1.969.900 ações (R\$1.362 em 31 de dezembro de 2021 correspondente a 214.500 ações).

24.4 Reserva de capital – ações outorgadas

Refere-se à reserva constituída para as opções outorgadas de acordo com o plano de remuneração baseado em ações. Para maiores detalhes, verificar na Nota 10.

24.5 Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social.

C&A Modas S.A.



Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24.6 Reserva de lucros a realizar

Em 31 de dezembro de 2022 a reserva de lucros a realizar destinado pela Companhia é de R\$75.720.

24.7 Reserva para investimento

Essa reserva tem por finalidade e objetivo reforçar o capital de giro da Companhia e o desenvolvimento de suas atividades, observado que seu saldo, somado aos saldos de outras reservas de lucros, excetuadas reservas para contingência, reservas de incentivos fiscais e reservas de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o montante de 100% (cem por cento) do capital social. Uma vez atingido esse limite, a Assembleia Geral deliberará, nos termos do artigo 199 da Lei 11.638/07, sobre o excesso, devendo aplicá-lo na integralização, no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.

Em 28 de abril de 2022, a Assembleia Geral deliberou pela destinação de R\$227.160 do lucro relativo ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 para a conta de reserva de investimentos o qual já foi utilizado.

24.8 Reserva para incentivos fiscais

A Companhia goza de incentivos fiscais de ICMS na forma de crédito presumido em razão de sua operação no Estado de Santa Catarina. Assim reconhece seus impactos como crédito na demonstração de resultado nos períodos ao longo dos quais reconhece os custos relacionados. A destinação desse incentivo para a reserva de incentivos fiscais está limitada à apuração de lucro no exercício já deduzidas das reservas obrigatórias. Essa destinação de resultado para incentivos fiscais, é feita anualmente, em dezembro. Em 31 de dezembro de 2022, o total da reserva para incentivos fiscais é no montante R\$12.462 (R\$11.552 em 2021). A Companhia destinou em 2022 o montante de R\$789.

24.9 Ajustes de avaliação patrimonial

Refere-se à parcela considerada efetiva dos instrumentos financeiros designados para hedge de fluxo de caixa, conforme nota 30.

25. Dividendos e JSCP a Pagar

25.1 Política contábil

Conforme previsto em Estatuto Social, os acionistas têm direito a receber, em cada exercício, a título de dividendos, um percentual mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício, deduzido de reserva legal e acrescido de reversão de reservas anteriormente formadas, e é reconhecida como passivo na data do balanço. Eventuais valores que excederem esse mínimo obrigatório são apresentados como dividendos adicionais propostos na demonstração das mutações do patrimônio líquido e registrados como dividendos a pagar somente na data em que tais dividendos adicionais forem

C&A Modas S.A.



Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

aprovados pelos acionistas da Companhia em Assembleia Geral.

25.2 Distribuição de JSCP e dividendos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 o lucro apurado pela Companhia foi destinado a reserva legal e reserva de incentivos fiscais conforme mencionado na Nota 24.

26. Receita líquida

26.1. Política contábil

A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo impostos, encargos sobre vendas, descontos e abatimentos. Para ser reconhecida, a transação deve atender aos critérios para o reconhecimento descritos no CPC47/IFRS15. Os critérios específicos a seguir também devem ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

a) Venda de produtos

A receita de venda de produtos à vista e a prazo é reconhecida quando a Companhia cumpre sua obrigação de desempenho, o que ocorre quando o controle da mercadoria é transferido ao cliente comprador.

b) Prestação de serviços

A receita da prestação de serviços é reconhecida quando os serviços são efetivamente prestados, que caracteriza o cumprimento da obrigação de desempenho pela Companhia.

As receitas de prestação de serviços são compostas por comissões recebidas pela comercialização de produtos de seguros aos clientes C&A Pay, por comissões pela venda de recargas e outras comissões.

c) Recebíveis

A controlada Orion reconhece a receita por ocasião da liquidação dos títulos vencidos há longa data pertencentes à sua carteira de recebíveis, cujo direito creditório foi adquirido do Banco Bradesco. Essa política foi adotada devido à incerteza do recebimento desses títulos por parte do devedor junto ao Banco Bradesco, que repassa o recurso recebido para a Orion subsequentemente.

d) Direito de devolução

As operações de venda seguidas de devolução ocorrem substancialmente nas operações de e-

C&A Modas S.A.



Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

commerce e, atualmente, não são significativas para ensejar registro de estimativas na data do balanço. Outras devoluções que ocorrem fisicamente nas lojas são imediatamente convertidas em troca por outros produtos e/ou similares de mesmo valor.

e) Receita de juros

A receita de juros é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva na rubrica de “Receita financeira” na demonstração do resultado.

f) Receita com comissão por intermediação de serviços financeiros

Representa a receita com comissão de intermediação financeira pelo serviço prestado de recebimento de boletos e com comissão pelo agenciamento de serviços financeiros e cartões de crédito. O cálculo contempla a comissão sobre as receitas de juros e tarifas cobradas dos clientes do Bradesco que utilizaram a intermediação da Companhia, além dos custos e despesas operacionais a elas relacionados.

As operações com característica de financiamento do C&A Pay estão sustentadas pela cláusula mandato junto à instituição financeira parceira, a qual o cliente autoriza a contratação de recursos para financiá-lo. A estrutura de financiamento é composta por linhas de créditos com taxas de juros aderentes a cada modalidade de crédito do C&A Pay, de forma que os juros cobrados dos clientes são repassados ao banco durante o prazo de vigência do financiamento. Em caso de inadimplência, os juros são reconhecidos e repassados ao banco até os 60 dias de atraso, quando ocorre o *stop accrual* de juros e a liquidação do saldo financiado com banco. Eventuais despesas incorridas e devidas ao parceiro são abatidas dos valores recebidos a título de Rebate. A Orion atua nessa operação com o serviço de intermediação de clientes com o banco parceiro.

O cálculo contempla a comissão sobre as receitas de juros e tarifas cobrados dos clientes do Bradesco que utilizaram a intermediação da Companhia, além dos custos e despesas operacionais a elas relacionados.

g) Direitos não exercidos de clientes

A Companhia reconhece uma receita quando há expectativa, baseada em comportamentos passados, de os clientes não exercerem seus direitos contratuais referentes a pré-pagamentos não restituíveis. Isso ocorre no caso de vale-troca e cartão presente emitidos e não utilizados até o prazo de validade.



26.2. Composição da receita líquida

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021 (Reapresentado)	2022	2021 (Reapresentado)
Venda de mercadorias	8.175.912	6.978.476	8.175.912	6.978.476
Cancelamentos, trocas e vouchers	(491.795)	(499.428)	(491.795)	(499.428)
Impostos sobre vendas de mercadorias	(1.779.342)	(1.518.415)	(1.779.915)	(1.518.415)
Receita líquida com venda de mercadorias	5.904.775	4.960.633	5.904.202	4.960.633
Receita de comissão em vendas de serviços financeiros – parceria Bradescard	112.710	159.568	112.710	159.568
Receita de comissão em vendas de seguros	59.507	31.380	60.747	31.787
Receita de outras comissões e prestação de serviços	27.859	20.506	27.859	20.506
Receita líquida com securitização de crédito	-	-	3.000	2.523
Receita com produtos financeiros	-	-	111.922	303
Impostos sobre comissões e serviços	(23.586)	(21.864)	(36.890)	(22.115)
Receita líquida com prestação de serviços	176.490	189.590	279.348	192.572
	6.081.265	5.150.223	6.183.550	5.153.205

27. Resultado por natureza

27.1 Classificado por função

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados	(3.076.995)	(2.754.776)	(3.077.441)	(2.755.897)
Gerais e administrativas	(676.045)	(486.412)	(682.646)	(487.881)
Vendas	(2.178.333)	(2.026.254)	(2.260.266)	(2.025.632)
Perdas em créditos, líquidas	-	-	(64.271)	(492)
Outras receitas operacionais, líquidas	170.287	209.495	169.254	209.495
	(5.761.086)	(5.057.947)	(5.915.370)	(5.060.407)



27.2 Custo das vendas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Custo das mercadorias vendidas	(3.005.335)	(2.690.186)	(3.004.837)	(2.690.186)
Custo com perda de mercadorias	(71.073)	(63.729)	(71.071)	(63.729)
Custo dos serviços prestados	(587)	(861)	(587)	(861)
Custo dos serviços financeiros	-	-	(946)	(1.121)
	(3.076.995)	(2.754.776)	(3.077.441)	(2.755.897)

27.3 Despesas gerais e administrativas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Pessoal	(303.700)	(254.764)	(309.835)	(254.763)
Material/serviços de terceiros	(125.195)	(126.127)	(125.578)	(127.569)
Depreciação e amortização (a)	(171.218)	(102.317)	(171.311)	(102.325)
Depreciação direito de uso	(25.748)	(22.319)	(25.748)	(22.319)
Ocupação (b)	(11.784)	(5.728)	(11.784)	(5.727)
Outros (c)	(38.400)	24.843	(38.390)	24.822
	(676.045)	(486.412)	(682.646)	(487.881)

- (a) Em 2022 a Companhia revisou a vida útil dos ativos o que reduziu as despesas de depreciação em R\$5.710.
- (b) A Companhia optou por adotar o expediente prático previsto no CPC06 (R2) e considerar os descontos de aluguel decorrentes da pandemia no valor de R\$241 em 31 de dezembro de 2022 (R\$738 no mesmo período de 2021) como redutor da despesa de ocupação.
- (c) Em 2021, contém a reversão de provisão trabalhista no valor de R\$41.418, já em 2022 o valor de provisão trabalhista foi de R\$5.812 e R\$6.804 referente a indenizações de processos tributários e cíveis.

27.4 Despesas com vendas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Pessoal	(692.640)	(598.914)	(731.739)	(598.914)
Material/serviços de terceiros	(323.899)	(324.160)	(351.675)	(324.160)
Depreciação direito de uso	(321.079)	(285.667)	(321.079)	(285.667)
Depreciação e amortização (a)	(123.749)	(144.330)	(123.749)	(144.330)
Ocupação (b)	(353.337)	(294.021)	(353.337)	(294.022)
Publicidade e Promoção	(161.389)	(211.744)	(161.389)	(211.744)
Outros	(202.240)	(167.418)	(217.298)	(166.795)
	(2.178.333)	(2.026.254)	(2.260.266)	(2.025.632)

- (a) Em 2022 a Companhia revisou a vida útil dos ativos o que reduziu as despesas de depreciação em R\$34.816
- (b) A Companhia optou por adotar o expediente prático previsto no CPC06 (R2) e considerar os descontos de aluguel decorrentes da pandemia no valor de R\$18.487 em 31 de dezembro de 2022 (R\$41.524 no mesmo período de 2021) como redutor da despesa de ocupação.



27.5 Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas, por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Resultado na baixa de ativos	(8.592)	(2.529)	(8.592)	(2.529)
Reversão (provisão) <i>impairment</i> :				
Encerramento/reforma de lojas/CDs	3.966	(2.220)	3.966	(2.220)
Teste de recuperabilidade	2.174	6.121	2.174	6.121
Recuperação de créditos fiscais (a)	200.382	228.404	200.382	228.404
Reversão (provisão) contingências tributárias	(6.453)	(13.644)	(6.453)	(13.644)
Consultorias Estratégicas	(7.104)	(4.309)	(7.104)	(4.309)
Outros	(14.086)	(2.328)	(15.119)	(2.328)
	170.287	209.495	169.254	209.495

(a) A recuperação de créditos está demonstrada líquida dos gastos com advogados, consultoria e auditoria e compreende, substancialmente, os ganhos relativos à Lei do Bem, Créditos Previdenciários e Ação de ICMS de Energia Elétrica.

28. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
<u>Variação cambial</u>				
Variação cambial – Compras	324	(691)	324	(691)
	324	(691)	324	(691)
<u>Despesa financeira</u>				
Juros sobre empréstimos	(272.366)	(81.458)	(272.366)	(81.458)
Juros sobre arrendamento	(156.537)	(135.412)	(156.537)	(135.412)
Despesa financeira de fornecedores – AVP	(88.611)	(28.604)	(88.611)	(28.604)
Juros com fornecedor Bradescard	(54.328)	-	(54.328)	-
Juros sobre impostos e contingências	(21.742)	(14.462)	(21.747)	(14.462)
Despesas bancárias e IOF	(2.284)	(2.812)	(2.334)	(2.816)
Outros	(4.079)	(4.420)	(5.416)	(4.553)
	(599.947)	(267.168)	(601.339)	(267.305)
<u>Receita financeira</u>				
Juros e atualização monetária (a)	168.737	126.385	168.642	126.381
Juros sobre aplicação financeira	110.312	37.194	111.662	37.368
Receita financeira de fornecedores	9.248	12.438	9.248	12.438
Outros	7	2	7	2
	288.304	176.019	289.559	176.189
Resultado financeiro, líquido	(311.319)	(91.840)	(311.456)	(91.807)

(a) Em dez 2022, as receitas com juros contemplam o valor de R\$125.784 (R\$98.691 em dez/21) referente a atualização monetária sobre os créditos tributários extemporâneos de PIS/COFINS, deduzidos da tributação pelo PIS/COFINS no montante de R\$5.849 (R\$4.589 em dez/21).



29. Informações por segmentos

A Administração da Companhia definiu os segmentos operacionais reportáveis com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas. Os negócios foram classificados em dois segmentos, varejo e serviços financeiros e as principais características para cada uma das divisões são:

- (i) Varejo: comércio de artigos de vestuário, perfumaria, cosméticos, relógios, celulares em lojas físicas e e-commerce.
- (ii) Produtos e serviços financeiros: operações de crédito ao consumidor e intermediação de venda de seguros através de parceiros ou operações próprias com o cartão C&A Pay

	Varejo		Serviços financeiros		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Receita com terceiros	5.926.173	4.978.232	257.377	174.973	6.183.550	5.153.205
Custo das vendas e dos serviços prestados	(3.075.909)	(2.753.915)	(1.532)	(1.982)	(3.077.441)	(2.755.897)
Lucro bruto	2.850.264	2.224.317	255.845	172.991	3.106.109	2.397.308
Gerais e administrativas	(473.412)	(361.184)	(12.175)	(2.053)	(485.587)	(363.237)
Vendas	(1.617.101)	(1.467.679)	(198.337)	(127.956)	(1.815.438)	(1.595.635)
Perdas em créditos, líquidas	-	-	(64.271)	(492)	(64.271)	(492)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	170.281	210.741	(1.027)	(1.246)	169.254	209.495
Resultado gerado pelos segmentos (sem depreciação)	930.032	606.195	(19.965)	41.244	910.067	647.439
Depreciação e amortização	(626.334)	(548.074)	(15.553)	(6.567)	(641.887)	(554.641)
Resultado financeiro	(311.320)	(91.837)	(136)	30	(311.456)	(91.807)
Impostos sobre o lucro	44.638	328.044	(533)	(26)	44.105	328.018
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	37.016	294.328	(36.187)	34.681	829	329.009



30. Instrumentos financeiros e gestão de capital

30.1 Política Contábil

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

a) Ativo financeiro

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. Para os instrumentos financeiros mensurados a valor justo, os custos da transação são alocados diretamente no resultado. Para as contas a receber a prazo, o ativo financeiro é trazido a valor presente pela taxa básica de juros do dia do fechamento das demonstrações contábeis.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- (i) Ativos financeiros ao custo amortizado;
- (ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados;
- (iii) Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento; ou
- (iv) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

C&A Modas S.A.



Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia possui ativos financeiros classificados como Ativos financeiros ao custo amortizado; ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados; e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros ao custo amortizado

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e
- Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem as contas: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, depósitos judiciais e partes relacionadas.

Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Os ativos financeiros classificados nessa categoria são operações com derivativos em que se aplica a contabilidade de *hedge* ("*hedge accounting*"). A Companhia adota *hedge accounting* e designa os contratos a termos futuros (NDF) como *hedge* de fluxo de caixa. Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos são determinados com base na taxa de câmbio e curva de juros.

A Companhia contrata operações de *hedge* para proteger-se contra o risco de variação cambial decorrente dos pedidos de importações ainda não pagos; e por isso os designa como *hedge* de fluxo de caixa.

A parcela efetiva e não liquidada da variação no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio líquido como ajustes de avaliação patrimonial em outros resultados abrangentes. Esta parcela é realizada quando da eliminação do risco para o qual o derivativo foi contratado. Quando da liquidação dos instrumentos financeiros, os ganhos e as perdas previamente diferidos no patrimônio são transferidos deste e incluídos na mensuração inicial do custo do ativo.



Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Derivativos são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. São apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Esta categoria contempla a parcela inefetiva dos instrumentos derivativos utilizados pela Companhia para fins de *hedge accounting*.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; ou
- A Companhia transferir os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasso”; e (a) a Companhia transferir substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que a Companhia mantiver. O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida da Companhia, dos dois, o menor.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia a necessidade de provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos financeiros ativos classificados como custo amortizado. Para contas a receber de clientes, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas, uma vez que, conforme a avaliação de risco para perdas estas, estão concentradas nas vendas não reconhecidas pelos clientes e recebíveis com parceiros de negócio. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em



perdas de crédito esperadas decorrentes da avaliação periódica da carteira de recebíveis efetuada pela Administração.

A Companhia considera um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 90 dias ou mais. Essa situação refere-se a recebíveis com parceiros de negócios. Os casos são analisados individualmente e a provisão é constituída se há expectativa de perda desses valores.

b) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, passivo financeiro ao custo amortizado ou como derivativos classificados como instrumentos de *hedge*, conforme o caso.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Em 31 de dezembro, a Companhia e sua controlada mantinham somente passivos financeiros classificados nas categorias de (i) passivo financeiro ao custo amortizado e (ii) derivativos classificados como instrumentos de *hedge*.

Os passivos financeiros da Companhia e sua controlada são fornecedores, empréstimos e contas a pagar com partes relacionadas, arrendamento mercantil a pagar e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação. No caso de fornecedores, empréstimos e contas a pagar com partes relacionadas e arrendamento mercantil a pagar, classificados pela Companhia como passivos financeiros ao custo amortizado, após reconhecimento inicial, inclusive os sujeitos a juros, são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos.

Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.



c) Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

d) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de *hedge*

Reconhecimento inicial e mensuração

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos visando minimizar os riscos decorrentes da exposição em moeda estrangeira, representada por compras futuras a serem realizadas em moeda estrangeira para liquidar dívidas com fornecedores estrangeiros.

Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de *hedge* são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo.

Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado, com exceção da parcela eficaz dos *hedges* de fluxo de caixa que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes.

As operações de *swap* não são designadas para *hedge accounting* e seus respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado financeiro.

Para fins de contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) existem as seguintes classificações:

- *Hedge* de valor justo, ao fornecer proteção contra a exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido;
- *Hedge* de fluxo de caixa, ao fornecer proteção contra a variação nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado; ou
- *Hedge* de investimento líquido em uma unidade operacional estrangeira.

No reconhecimento inicial de uma relação de *hedge*, a Companhia classifica formalmente e documenta a relação de *hedge* à qual a Companhia deseja aplicar contabilidade de *hedge*, bem como o objetivo e a estratégia de gestão de risco da Administração para levar a efeito o *hedge*. A documentação inclui a identificação do instrumento de *hedge*, o item ou transação objeto de *hedge*, a natureza do risco objeto de *hedge*, a natureza dos riscos excluídos da relação de *hedge*, a demonstração prospectiva da eficácia da relação de *hedge* e a forma como a Companhia irá avaliar a eficácia do instrumento de *hedge* para



fins de compensar a exposição a mudanças no valor justo do item objeto de *hedge* ou fluxos de caixa relacionados ao risco objeto de *hedge*.

Quanto ao *hedge* de fluxos de caixa, a demonstração do caráter altamente provável da transação prevista objeto do *hedge*, assim como os períodos previstos de transferência dos ganhos ou perdas decorrentes dos instrumentos de *hedge* do patrimônio líquido para o resultado, são também incluídos na documentação da relação de *hedge*. Espera-se que esses *hedges* sejam altamente eficazes para compensar mudanças no valor justo ou fluxos de caixa, sendo permanentemente avaliados para verificar se foram, de forma efetiva, altamente eficazes ao longo de todos os períodos-base para os quais foram destinados.

O índice de *hedge* é mensurado pela relação entre o montante contratado de instrumento de *hedge* e o montante de mercadoria importada efetivamente comprada. Haverá necessidade de rebalanceamento da relação de *hedge* quando a contratação de instrumentos financeiros derivativos (NDF's) passe a refletir uma relação diferente da inicialmente estipulada na Política de *Hedge* da Companhia.

Hedge que satisfaz os critérios para a contabilidade de *hedge* da Companhia está registrado da seguinte forma:

Hedge de fluxo de caixa

A parte eficaz do ganho ou perda do investimento de *hedge* é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes, enquanto a parte ineficaz do *hedge* é reconhecida no resultado financeiro.

Quando a estratégia documentada da gestão de risco da Companhia para uma relação de *hedge* em particular excluir da avaliação da eficácia de *hedge* um componente específico do ganho ou perda, ou os respectivos fluxos de caixa do instrumento de *hedge*, esse componente do ganho ou perda excluído é reconhecido no resultado financeiro.

Os valores contabilizados em outros resultados abrangentes são transferidos imediatamente para a demonstração do resultado quando a transação objeto de *hedge* afetar o resultado, por exemplo, quando a receita ou despesa financeira objeto de *hedge* for reconhecida ou quando uma venda prevista ocorrer. Quando o item objeto de *hedge* for o custo de um ativo ou passivo não financeiro, os valores contabilizados no patrimônio líquido são transferidos ao valor contábil inicial do ativo ou passivo não financeiro.

Se o instrumento de *hedge* expirar ou for vendido, encerrado, exercido ou descontinuado sem substituição ou rolagem (como parte da estratégia de *hedging*), ou se a sua classificação como *hedge* for revogada, ou quando a cobertura deixar de cumprir os critérios de contabilização de *hedge*, os ganhos ou perdas anteriormente reconhecidos no resultado abrangente permanecem separadamente no patrimônio líquido até que a transação prevista ocorra ou o compromisso firme seja cumprido.



e) Mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros

A Companhia mensura instrumentos financeiros, como, por exemplo, derivativos, a valor justo em cada data de fechamento do balanço patrimonial.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; ou
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo.

O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações contábeis são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

Nível 1 - preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável;

Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) ao final de cada período de divulgação.

30.2 Gestão de risco financeiro

As atividades da Companhia e de suas controladas as expõem a alguns riscos financeiros, tais como: risco de mercado (incluindo risco cambial e risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. Os riscos financeiros são avaliados e gerenciados de forma criteriosa, seguindo os limites e procedimentos definidos pela política financeira da Companhia. Cabe ao comitê de Auditoria acompanhar e garantir cumprimento da Política Financeira.



a) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de riscos: risco de taxas de juros, risco cambial e risco de preço, o qual pode ser de *commodities*, de ações, entre outros. Os instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos e financiamentos, equivalentes e de caixa e outros ativos financeiros, investimentos em instrumentos de dívida e patrimoniais e instrumentos financeiro derivativos.

Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de mudanças nas taxas de juros que pode impactar o retorno sobre seus ativos de curto prazo e seus passivos financeiros indexados ao CDI.

A Companhia busca manter iguais os indexadores de taxa de juros de seus ativos e passivos, de forma a reduzir o impacto do risco de variação da taxa de juros. Hoje, 100% dos empréstimos estão no mercado de renda fixa e indexados ao CDI.

A administração analisa continuamente a exposição às taxas de juros, comparando as taxas contratadas às vigentes no mercado e simulando cenários de refinanciamento e calculando o impacto sobre o resultado.

Foram realizados testes considerando cenários para próxima divulgação com o objetivo de demonstrar o efeito da oscilação desse indexador no resultado. Os juros do cenário provável foram obtidos das taxas referenciais do site B3 em 31 de dezembro de 2022 (CDI anualizado 13,67%).

	Risco	Saldo em 31/12/2022	Taxa	Cenário provável	Controladora			
					Aumento nos Juros		Queda nos juros	
					Cenário possível + 25%	Cenário remoto + 50%	Cenário possível - 25%	Cenário remoto - 50%
Aplicações financeiras(i)	Baixa CDI	1.578.356	CDI	210.695	263.369	316.043	158.021	105.347
Empréstimos e debêntures	Alta CDI	(1.987.375)	CDI	(271.674)	(339.593)	(407.511)	(203.755)	(135.837)
Exposição líquida/Efeito resultado antes IR/CS		(409.019)		(60.979)	(76.224)	(91.468)	(45.734)	(30.490)
Efeito no resultado líquido de IR/CS				(40.246)	(50.308)	(60.369)	(30.184)	(20.123)
(i)	Receita financeira demonstrada líquida de PIS e COFINS 4,65% e para aplicação financeira considera-se um rendimento médio de 102,43% do CDI.							
	Risco	Saldo em 31/12/2022	Taxa	Cenário provável	Consolidado			
					Aumento nos Juros		Queda nos juros	
					Cenário possível + 25%	Cenário remoto + 50%	Cenário possível - 25%	Cenário remoto - 50%
Aplicações financeiras(ii)	Baixa CDI	1.621.779	CDI	216.491	270.614	324.737	162.368	108.245
Empréstimos e debêntures	Alta CDI	(2.150.832)	CDI	(294.019)	(367.524)	(441.029)	(220.514)	(147.009)
Exposição líquida/Efeito resultado antes IR/CS		(529.053)		(77.528)	(96.910)	(116.292)	(58.146)	(38.764)
Efeito no resultado líquido de IR/CS				(51.168)	(63.961)	(76.753)	(38.376)	(25.584)
(i)	Receita financeira demonstrada líquida de PIS e COFINS 4,65% e para aplicação financeira considera-se um rendimento médio de 102,43% do CDI.							



Risco cambial

O risco cambial existe nas operações comerciais futuras geradas, principalmente, por importações de mercadorias denominadas em dólar norte-americano. A política de gestão de risco cambial é definida pela Administração da Companhia e aprovada pelo Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos.

A Companhia se protege de oscilações cambiais do saldo a liquidar de suas importações por meio da contratação de *Non Deliverable Forwards* (NDFs) para as compras altamente prováveis previstas em orçamento. A contratação baseada no valor FOB das mercadorias delimita a exposição cambial e seu efeito sobre a composição de preços. No momento de nacionalização das compras incidem tributos que não pertencem ao objeto de *hedge* definido na contratação da NDF. Estes impostos representam 36% do valor do pedido.

No quadro abaixo, destacamos a exposição sobre a variação cambial relacionada aos pedidos emitidos não cobertos pelo instrumento de *hedge* e aos impostos não recuperáveis no desembaraço das mercadorias para os quais a Companhia não está protegida. A Companhia demonstra a sensibilidade a eventuais mudanças no patamar de 25% a 50% indicando a deterioração da situação financeira da Companhia mediante o incremento nas taxas de câmbio do dólar.

A taxa de câmbio em dólar utilizada na análise de sensibilidade foi retirada do relatório FOCUS divulgado pelo Bacen em 31 de dezembro de 2022. A estimativa dos cenários foi adotada conforme a instrução CVM nº 475/08.

	Risco	Nocional USD (Pagar)/ Receber	Cenários Negativos			
			Cenário Provável USD 1 = R\$ 5,27	Cenário Possível +25% USD 1 = R\$ 6,59	Cenário Remoto + 50% USD 1 = R\$ 7,91	
Objeto de hedge	Pedidos de compra de mercadorias importadas e importação em andamento	Alta do dólar	(46.908)	(2.454)	(64.372)	(126.291)
Instrumento de Hedge	NDF	Baixa do dólar	22.404	1.172	30.745	60.319
	Exposição líquida de pedidos de importação		(24.504)	(1.282)	(33.627)	(65.972)
	Impostos não recuperáveis (36%)		(16.887)	(883)	(23.174)	(45.465)
	Exposição líquida total		(41.391)	(2.165)	(56.801)	(111.437)
	Efeito no resultado líquido de IR/CS		(27.318)	(1.429)	(37.489)	(73.548)

USD em 31/12/2022 = R\$5,2177



Instrumentos financeiros designados para hedge accounting

Como procedimento de gestão de seus riscos de mercado, a Companhia administra as suas exposições em moeda estrangeira relacionadas à compra de mercadorias por meio da contratação de instrumentos financeiros derivativos atrelados ao dólar, considerando a previsão de entrada de mercadorias no estoque contida no orçamento oficial da Companhia.

A partir de outubro de 2016, a Companhia designou formalmente para *hedge accounting* de fluxos de caixa os instrumentos derivativos para cobertura das suas importações futuras, altamente prováveis, em dólares com objetivo de proteger a volatilidade do custo de entrada das mercadorias no estoque em decorrência dos momentos desfavoráveis na taxa de câmbio.

A estrutura de *hedge* consiste na cobertura de uma transação prevista, altamente provável, de entradas de mercadorias no estoque em Dólar referente às importações de produtos que serão comercializados pela Companhia, contra o risco de flutuação de taxa de câmbio Dólar em relação ao Real, adotando como instrumento de cobertura, instrumentos financeiros derivativos como NDFs, em valores, vencimentos e moeda equivalentes ao *budget* de importações em Dólar.

As transações para as quais a Companhia fez a designação de *hedge accounting* são altamente prováveis, apresentam uma exposição à variação do fluxo de caixa que poderia afetar lucros e perdas e são altamente efetivas em atingir as variações cambiais ou fluxo de caixa atribuível ao risco coberto.

Instrumentos de proteção designados para *hedge accounting* e períodos previstos do fluxo de caixa das importações:

Data prevista	US\$ milhares		Contraparte	US\$ milhares	
	Budget (hedgeado)	Vencimento		NDF	valor de referência
jan/23	(1.452)	jan/23	Itaú		1.452
jan/23	(1.512)	jan/23	XP Investimento		1.512
fev/23	(3.276)	fev/23	Bradesco		3.276
mar/23	(1.465)	mar/23	Itaú		1.465
mar/23	(2.641)	mar/23	XP Investimento		2.641
abr/23	(5.748)	abr/23	Bradesco		5.748
mai/23	(3.266)	mai/23	XP Investimento		3.266
jun/23	(3.044)	jun/23	XP Investimento		3.044
Total	(22.404)				22.404

Os instrumentos financeiros estão mensurados a valor justo, na categoria nível 2, que envolve técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável.

Na tabela a seguir demonstramos as posições consolidadas por data de vencimento em aberto em 31 de dezembro de 2022 contratos a termo (non-deliverable forward – NDF) utilizados para cobertura de risco de taxa de câmbio:



Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Derivativo	Posição	Contrato	Data da contratação	Data de vencimento	Valor de referência (nocial) – USD	Valor justo
Termo	Comprado	NDF	26/01/22	18/01/23	714	(528)
Termo	Comprado	NDF	28/10/22	18/01/23	1.512	(297)
Termo	Comprado	NDF	04/11/22	18/01/23	738	88
Termo	Comprado	NDF	22/02/22	15/02/23	905	(254)
Termo	Comprado	NDF	28/10/22	15/02/23	845	(115)
Termo	Comprado	NDF	04/11/22	15/02/23	583	101
Termo	Comprado	NDF	28/12/22	15/02/23	943	5
Termo	Comprado	NDF	24/03/22	15/03/23	1.465	51
Termo	Comprado	NDF	28/10/22	15/03/23	223	(32)
Termo	Comprado	NDF	04/11/22	15/03/23	1.114	179
Termo	Comprado	NDF	28/12/22	15/03/23	1.304	2
Termo	Comprado	NDF	28/10/22	19/04/23	2.874	(469)
Termo	Comprado	NDF	04/11/22	19/04/23	2.874	406
Termo	Comprado	NDF	28/12/22	17/05/23	759	(11)
Termo	Comprado	NDF	04/11/22	17/05/23	2.507	351
Termo	Comprado	NDF	28/12/22	21/06/23	1.536	(49)
Termo	Comprado	NDF	04/11/22	21/06/23	1.508	187
					22.404	(385)
Ativo circulante						1.371
Passivo circulante						(1.756)

Os instrumentos financeiros derivativos estão registrados a valor justo. Dessa forma, no início da transação de hedge, o valor contábil e valor justo são iguais.

Em 31 de dezembro de 2022, as operações de NDF não liquidadas apresentam um saldo devedor líquido dos efeitos tributários no montante de R\$254 (saldo credor líquido de R\$248 em 31 de dezembro de 2021), lançado em outros resultados abrangentes.

O valor apresentado nas demonstrações do resultado abrangente refere-se à variação entre as operações não liquidadas em 2021 e 2022 (entre 2020 e 2021). No período findo em 31 de dezembro de 2022, o custo das mercadorias vendidas foi impactado negativamente com as operações de NDF no montante de R\$21.086 (perda de R\$505 no mesmo período de 2021).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, as operações de *hedge* com NDF utilizadas para proteção do risco de fluxo de caixa de pedidos de importação foram efetivas, com base na normativa prevista pelo CPC 48/IFRS 9. Para testar a efetividade, a Companhia compara as alterações no valor do instrumento de hedge com as alterações no valor do item protegido atribuíveis ao risco coberto. Caso a operação se torne inefetiva, a parcela inefetiva é registrada diretamente no resultado, no período em que ocorrer. A inefetividade pode ocorrer devido às diferenças no timing dos fluxos de caixa dos itens protegidos e dos instrumentos de hedge. Não houve parcelas inefetivas nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

C&A Modas S.A.



Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Risco de crédito

i) *Caixa e equivalentes de caixa*

De acordo com a política da Companhia, caixas e equivalentes de caixa devem ser aplicados em instituições financeiras classificadas com baixo risco de crédito.

ii) *Recebíveis*

A partir de dezembro de 2021 a Companhia passou a operar, através da controlada Orion, o cartão de sua titularidade, o C&A Pay. Esta operação ainda é recente e a Administração se estruturou para controlar o risco de crédito através do monitoramento constante da carteira.

As perdas esperadas das operações de *Private Label* do C&A Pay são constituídas pela Companhia com base nos estudos internos para mensuração dos percentuais de perda de acordo com os estágios e com o tempo de atraso, levando em consideração a probabilidade e exposição à inadimplência e perda efetiva de cada faixa de atraso.

À medida que a operação do cartão C&A Pay obtiver maturidade, as estimativas e metodologias poderão ser revisadas para adequar os níveis de provisão de forma que reflita alterações no cenário macroeconômico e/ou mudanças no perfil dos clientes.

A Administração considera que as estimativas utilizadas na provisão para as perdas esperadas são suficientes para cobrir eventuais perdas de créditos da carteira de clientes.

O risco de crédito das demais operações da Companhia é minimizado à medida que os ativos representados pelos recebíveis da venda de mercadoria e serviços são intermediados pelo Banco Bradescard e empresas administradoras de cartão de crédito. No caso das administradoras de cartão de crédito, o risco é integralmente transferido a elas, ficando para a Companhia apenas o risco de não reconhecimento de compra pelos clientes para o qual é mensurada e registrada uma provisão de redução ao valor recuperável. No caso das operações intermediadas pelo Banco Bradescard, existe uma perda potencial, limitada à 50% conforme previsto em contrato, dos recebíveis duvidosos líquidos registrados naquela instituição, além do não reconhecimento de compra pelo cliente. Historicamente, as perdas de crédito são inferiores aos ganhos provenientes do resultado do contrato de parceria com o Banco Bradescard.

c) Risco de liquidez

Com base no ciclo de caixa da operação, a Administração aprovou uma política de caixa mínimo com o objetivo de:

i) se precaver em momentos de incerteza;

ii) garantir a execução da estratégia de investimentos e expansão;

C&A Modas S.A.



Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

iii) garantir a manutenção da política de distribuição de dividendos.

A Administração monitora continuamente as previsões das exigências de liquidez da Companhia e sua controlada para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, os planos de investimentos e as obrigações financeiras.

A Companhia investe o excesso de caixa em ativos financeiros com incidência de juros pós-fixados e com liquidez diária (CDBs e LCAs de instituições financeiras que se enquadram na política de investimento aprovada pela Administração). Em 2021 a Companhia também investiu em LFTs (Nota 7) e como tem a intenção de manter o ativo até o vencimento, registrou ao custo amortizado.

O quadro a seguir resume o perfil do vencimento dos passivos financeiros consolidados da Companhia:

Em 31 de dezembro de 2022	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Arrendamento mercantil	513.238	893.435	382.539	1.789.212
Empréstimos	746.015	1.404.817	-	2.150.832
Fornecedores	1.864.653	12.570	-	1.877.223
Total	3.123.906	2.310.822	382.539	5.817.267

30.3 Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha uma estrutura de financiamento de suas operações.

A Companhia administra sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada essa estrutura, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos e captar empréstimos. Não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital no período findo em 31 de dezembro de 2022.

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Dívida Líquida sem Passivo de Arrendamento				
Empréstimos e debêntures de curto e longo prazo	1.987.375	1.358.756	2.150.832	1.374.826
Caixa e equivalentes de caixa	(1.627.977)	(1.003.249)	(1.674.091)	(1.050.251)
Aplicações financeiras	(8.735)	(7.776)	(8.735)	(7.776)
Dívida (caixa) líquida	350.663	347.731	468.006	316.799
Participação de acionistas não controladores	-	-	1	3
Total do patrimônio líquido	3.000.195	2.995.006	3.000.196	2.995.009
Índice de alavancagem financeira	12%	12%	16%	11%



Em 31 de dezembro de 2022, o saldo do passivo de arrendamento correspondeu a R\$1.789.212 (R\$1.814.148 em 31 de dezembro de 2021). Considerando o passivo de arrendamento no cálculo de gestão de capital, o índice de alavancagem da Companhia seria de 71%, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Dívida Líquida com Passivo de Arrendamento				
Dívida (caixa) líquida	350.663	347.731	468.006	316.799
Passivo de arrendamento	1.789.212	1.814.148	1.789.212	1.814.148
Dívida líquida ajustada	2.139.875	2.161.879	2.257.218	2.130.947
Total do patrimônio líquido	3.000.195	2.995.006	3.000.196	2.995.009
Índice de alavancagem financeira	71%	72%	75%	71%

30.4 Instrumentos financeiros - classificação

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os instrumentos financeiros estavam assim resumidos e classificados:

Controladora

	Em 31 de dezembro de 2022	Custo amortizado	Valor justo por meio outros resultados abrangentes	Total
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa		1.627.977	-	1.627.977
Aplicações financeiras		8.735	-	8.735
Contas a receber		1.065.961	-	1.065.961
Derivativos			1.371	1.371
Partes relacionadas		4.411	-	4.411
Depósitos judiciais		61.290	-	61.290
Passivos financeiros				
Arrendamento mercantil		(1.789.212)	-	(1.789.212)
Fornecedores		(1.865.384)	-	(1.865.384)
Empréstimos e debêntures		(1.987.375)	-	(1.987.375)
Derivativos		-	(1.756)	(1.756)
Partes relacionadas		(48.567)	-	(48.567)
Total em 31 de dezembro de 2022		(2.922.164)	(385)	(2.922.549)

	Em 31 de dezembro de 2021	Custo amortizado	Valor justo por meio outros resultados abrangentes	Total
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa		1.003.249	-	1.003.249
Aplicações financeiras		7.776	-	7.776
Contas a receber		1.144.404	-	1.144.404
Derivativos		-	1.535	1.535
Partes relacionadas		776	-	776
Depósitos judiciais		61.937	-	61.937



Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivos financeiros			
Arrendamento mercantil	(1.814.148)	-	(1.814.148)
Fornecedores	(1.834.736)	-	(1.834.736)
Empréstimos e debêntures	(1.358.756)	-	(1.358.756)
Derivativos	-	(1.910)	(1.910)
Partes relacionadas	(59.454)	-	(59.454)
Total em 31 de dezembro de 2021	(2.848.952)	(375)	(2.849.327)

Consolidado

<u>Em 31 de dezembro de 2022</u>	<u>Custo Amortizado</u>	<u>Valor justo por meio outros resultados abrangentes</u>	<u>Total</u>
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	1.674.091	-	1.674.091
Aplicações financeiras	8.735	-	8.735
Contas a receber	1.278.206	-	1.278.206
Derivativos	-	1.371	1.371
Partes relacionadas	171	-	171
Depósitos judiciais	61.290	-	61.290
Passivos financeiros			
Arrendamento mercantil	(1.789.212)	-	(1.789.212)
Fornecedores	(1.877.223)	-	(1.877.223)
Empréstimos e debêntures	(2.150.832)	-	(2.150.832)
Derivativos	-	(1.756)	(1.756)
Partes relacionadas	(43.592)	-	(43.592)
Total em 31 de dezembro de 2022	(2.838.366)	(385)	(2.838.751)

<u>Em 31 de dezembro de 2021</u>	<u>Custo Amortizado</u>	<u>Valor justo por meio outros resultados abrangentes</u>	<u>Total</u>
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	1.050.251	-	1.050.251
Aplicações financeiras	7.776	-	7.776
Contas a receber	1.145.336	-	1.145.336
Derivativos	-	1.535	1.535
Partes relacionadas	637	-	637
Depósitos judiciais	61.937	-	61.937
Passivos financeiros			
Arrendamento mercantil	(1.814.148)	-	(1.814.148)
Fornecedores	(1.835.796)	-	(1.835.796)
Empréstimos e debêntures	(1.374.826)	-	(1.374.826)
Derivativos	-	(1.910)	(1.910)
Partes relacionadas	(59.017)	-	(59.017)
Total em 31 de dezembro de 2021	(2.817.850)	(375)	(2.818.225)

O valor justo dos ativos e passivos financeiros da Companhia foram avaliados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 pela hierarquia na categoria nível 2 que correspondem a dados observáveis significativos.

C&A Modas S.A.



Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

30.4 Mudanças nos passivos de atividades de financiamento no consolidado da Companhia:

	31 de dezembro de 2021	Fluxos de caixa	Juros Incorridos	Remensuração passivo arrendamento	Outros	31 de dezembro de 2022
Arrendamentos (i)	1.814.148	(488.840)	165.719	209.863	88.322	1.789.212
Empréstimos e debêntures	1.374.826	498.130	273.629		4.247	2.150.832
Total	3.188.974	9.290	439.348	209.863	92.569	3.940.044

(i) O valor apresentado em "Outros" refere-se aos contratos novos, encerrados e renovados.

	31 de dezembro de 2020	Fluxos de caixa	Juros Incorridos	Remensuração passivo arrendamento	Outros	31 de dezembro de 2021
Arrendamentos (i)	1.654.796	(438.262)	144.151	186.140	267.323	1.814.148
Empréstimos e debêntures	1.211.252	79.024	82.181	-	2.369	1.374.826
Total	2.866.048	(359.238)	226.332	186.140	269.692	3.188.974

(ii) O valor apresentado em "Outros" refere-se aos contratos novos, encerrados e renovados.

31. Seguros contratados

A Companhia tem por política manter cobertura de seguros no montante que a Administração considera adequado para cobrir os possíveis riscos com sinistros de seu imobilizado (cobertura básica: contra incêndio, raio, explosão e demais coberturas da apólice patrimonial), estoques, responsabilidade civil e transporte de mercadoria. Abaixo descrevemos o limite máximo de indenização para cada cobertura:

	Consolidado	
	2022	2021
Responsabilidade Civil	290.781	239.674
Patrimônio e Estoque	633.230	600.010
Transporte	69.807	80.684
	993.818	920.368



32. Plano de aposentadoria

32.1 Política contábil

A Companhia é patrocinadora da Cyamprev - Sociedade de Previdência Privada, uma entidade fechada de previdência complementar, que tem como finalidade instituir planos de previdência ao grupo de funcionários de suas patrocinadoras. Em essência, os planos previdenciários patrocinados pela Companhia são estruturados na modalidade de contribuição definida e as contribuições aos planos são feitas pelos participantes ativos e/ou patrocinadora. Os planos também garantem um benefício mínimo pago em uma única parcela por ocasião do término do vínculo empregatício e elegibilidade à aposentadoria. As contribuições ao plano relativas a este benefício mínimo são feitas exclusivamente pela Companhia.

Os planos de benefícios são avaliados atuarialmente ao final de cada exercício para verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos atuais e futuros. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos de acordo com o regime de competência.

Conforme CPC 33/IAS19, aprovado pela Resolução CFC nº 1.193/09, a Companhia reconhece um ativo atuarial quando: (a) controla um recurso, que é a capacidade de utilizar o excedente para gerar benefícios futuros; (b) esse controle é o resultado de acontecimentos passados (contribuições pagas pela entidade e serviço prestado pelo empregado); e (c) estão disponíveis benefícios econômicos futuros para a Companhia na forma de redução em contribuições futuras.

32.2 Plano de aposentadoria

Em 2022, a Companhia contribuiu com R\$11.364 (R\$ 9.653 em 2021) aos planos, contabilizados como despesa no resultado do exercício. O total de empregados participantes dos planos em 31 de dezembro de 2022 é de 5.647 participantes (8.055 em 31 de dezembro de 2021), tendo 185 participantes assistidos (199 em 31 de dezembro de 2021).

Em 31 de dezembro de 2022, o valor justo dos ativos do plano relacionados ao benefício mínimo, supera o valor atuarial presente das obrigações acumuladas de benefícios em aproximadamente R\$632 (R\$2.552 em 31 de dezembro de 2021).

**33. Resultado por ação**

O resultado básico por ação é calculado dividindo-se o lucro atribuível aos detentores de ações ordinárias da Companhia (o numerador) pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas (o denominador) durante o exercício.

O resultado por ação diluído é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

Os instrumentos de patrimônio que devam ou possam ser liquidados com ações da Companhia somente são incluídos no cálculo quando sua liquidação tiver impacto dilutivo sobre o lucro por ação. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa.

O quadro a seguir apresenta a determinação do resultado líquido disponível aos detentores de ações ordinárias e a média ponderada das ações ordinárias em circulação utilizadas para calcular o lucro (prejuízo) básico e diluído por ação em cada exercício apresentado:

	2022	2021
Resultado básico por ação		
Lucro líquido do exercício	828	329.009
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias	306.275.168	308.030.568
Lucro básico por ação - R\$	<u>0,0027</u>	<u>1,0681</u>
Resultado diluído por ação		
Lucro líquido do exercício	828	329.009
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação	306.275.168	308.030.568
Média ponderada das opções outorgadas no plano de remuneração baseada em ações	2.751.213	1.855.934
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias diluídas	<u>309.026.381</u>	<u>309.886.502</u>
Lucro diluído por ação - R\$	<u>0,0027</u>	<u>1,0617</u>

O único instrumento financeiro que proporciona diluição se refere ao plano de remuneração baseado em ações, cujos detalhes estão descritos na Nota 10.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o plano de remuneração baseado em ações proporcionou diluição



34. Eventos subsequentes

34.1 Prorrogação acordo C&A e Bradescard

Em 26 de janeiro de 2023 foi celebrado entre C&A e o Banco Bradescard o Aditivo ao Instrumento de Re-ratificação do Contrato de Parceria Negocial, Administração e Exploração Conjunta de Cartões de Crédito e demais Serviços Financeiros o qual estabelece a prorrogação da parceria pelo período de 2,5 anos. Essa parceria prevê a manutenção das atuais contas ativas e uma remuneração pela prestação de serviço de abertura de novas contas de cartão de crédito Bradescard.

Como parte da renegociação do contrato com o Bradescard, as partes concordaram em prorrogar o vencimento da parcela a vencer em janeiro de 2023 para julho de 2025, a qual será corrigida a 112,5% do CDI a.a.

Também como parte desta renegociação, a partir do exercício 2023, a Companhia estará sujeita ao cumprimento de cláusula restritiva (*covenant*), tomando como índice financeiro apresentar dívida financeira líquida igual ou inferior a 3 vezes o EBITDA, até a liquidação da obrigação com o Bradescard. A composição da dívida financeira líquida e EBITDA seguem os mesmos padrões dos demais contratos onde a Companhia está sujeita à cláusula restritiva.

34.2 Constituição C&A Pay Sociedade de Crédito Direto S.A.

A constituição da C&A Pay Sociedade de Crédito Direto S.A foi deliberada na assembleia realizada em 19 de novembro de 2021, obtendo a aprovação do Banco Central do Brasil para operação das atividades de oferta de crédito em 30 de dezembro de 2022 e produzindo efeitos a terceiros a partir de 13 de janeiro de 2023, data do registro da sua constituição na Jucesp e emissão do CNPJ.

34.3 Decisão do STF sobre coisa julgada em matéria tributária

Em 8 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal (STF), ao julgar os Temas 881 (Recurso Extraordinário nº 949.297) e 885 (Recurso Extraordinário nº 955.227) de repercussão geral, resolveu que decisões individuais definitivas, ou seja, transitadas em julgado, perdem seus efeitos caso o STF decida em sentido contrário supervenientemente.

A Companhia, com apoio de seus assessores jurídicos, avaliou as decisões individuais transitadas em julgado e concluiu não haver impactos nas Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA E GESTÃO DE RISCOS

I. INTRODUÇÃO

O Comitê de Auditoria e de Gestão de Riscos (“CAGR” ou “Comitê”) da **C&A Modas S.A.** (“**C&A**” ou “Companhia”), criado em outubro de 2019, é um órgão estatutário, vinculado e de assessoramento ao Conselho de Administração da Companhia (“Conselho de Administração” ou “Conselho”), atuando com independência em relação à diretoria executiva da **C&A** (“Diretoria”), e tem como principais responsabilidades: (i) supervisionar a qualidade e integridade dos relatórios financeiros, a aderência às normas legais, estatutárias e regulatórias, a adequação dos processos relativos à gestão de riscos, controles internos, *compliance* e auditoria interna; (ii) supervisionar as atividades dos auditores independentes; e (iii) supervisionar o cumprimento do código de conduta e acompanhar o canal de denúncias.

II. RESPONSABILIDADES

A Diretoria é responsável pela correta elaboração das demonstrações financeiras da **C&A**, assim como pela implementação e manutenção de sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos condizentes com o porte e a estrutura da Companhia. Cabe, também, à Diretoria estabelecer procedimentos que garantam a qualidade dos processos que geram as informações financeiras.

A auditoria interna da Companhia (“Auditoria Interna”) tem como atribuições avaliar os riscos dos principais processos e os controles utilizados na mitigação desses riscos, bem como verificar o cumprimento das políticas e dos procedimentos determinados pela Diretoria, inclusive aqueles voltados para elaboração das demonstrações financeiras.

A empresa Ernest & Young (“Auditores Externos”) é responsável pela auditoria independente das demonstrações financeiras e deve assegurar que elas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **C&A**, e que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil, determinadas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

No cumprimento de suas atribuições, as análises e avaliações procedidas pelo Comitê baseiam-se em informações recebidas da Diretoria, da Auditoria Externa, da Auditoria Interna e de outros executivos responsáveis pela gestão de riscos e pelos controles internos nos diversos segmentos da Companhia.

III. ATIVIDADES DO COMITÊ

No decorrer do ano de 2022, o CAGR reuniu-se em 13 (treze) ocasiões, com o objetivo de:

- (i) acompanhar os negócios da **C&A**, principalmente quanto aos impactos macroeconômicos relativos à instabilidade das taxas de inflação e de juros e os níveis de endividamento, bem como monitorar os indicadores financeiros relativos à contenção de despesas e dívida líquida;

- (ii) discutir e analisar as principais práticas contábeis utilizadas na preparação e elaboração das demonstrações financeiras trimestrais e do balanço anual e acompanhar o aproveitamento dos créditos extemporâneos de PIS e COFINS;
- (iii) definir os temas e metas prioritárias para o ano de 2022;
- (iv) reunir-se trimestralmente com os Auditores Externos para análise das demonstrações financeiras
- (v) reunir-se com os Auditores Externos para aprovar o planejamento anual para 2022 e para tomar conhecimento das recomendações de controles internos referentes ao ano de 2021;
- (vi) deliberar a respeito da recomendação de permanência da Ernest Young para realização dos trabalhos de auditoria independente no ano de 2023;
- (vii) reunir-se periodicamente com a Auditoria Interna para tomar conhecimento dos resultados dos trabalhos realizados no ano de 2022 e deliberar acerca da renovação da contratação com a empresa Deloitte para prestação serviços à área de auditoria interna da Companhia no ano de 2023;
- (viii) tomar conhecimento das principais contingências e provisões que envolvem a Companhia, bem como revisar os critérios de provisionamento visando adequação dos níveis de contingenciamento;
- (ix) monitorar a evolução das demandas cíveis ao longo do primeiro ano de operação dos serviços financeiros da Companhia;
- (x) tomar conhecimento do conteúdo de Formulário de Referência e do Informe de Governança;
- (xi) analisar, acompanhar e deliberar acerca dos planos de gestão dos riscos prioritários e, nos casos necessários, a implementação de controles internos para mitigação destes;
- (xii) analisar as políticas corporativas de brindes e cortesias e de anticorrupção, bem como recomendar a aprovação destas políticas ao Conselho de Administração
- (xiii) monitorar os procedimentos e processos relacionados à implementação do canal de ética terceiro (“Canal de Ética”) e os materiais a ser utilizado em sua divulgação interna. Acompanhar os assuntos tratados pela Companhia por meio do Canal de Ética;
- (xiv) analisar e validar a revisão do código de ética da Companhia (“Código de Ética”), bem como recomendar a sua aprovação ao Conselho de Administração;
- (xv) acompanhar os reportes da área de relações com investidores da Companhia (“RI”);
- (xvi) tomar conhecimento a respeito da contratação de auditoria independente para a prestação de serviços de verificação dos temas de ESG;
- (xvii) revisar e acompanhar as entregas dos planos de ação relacionados aos trabalhos realizados nas áreas de segurança de informação e privacidade;

- (xviii) acompanhar os trabalhos executados nas áreas de gestão de riscos e controles internos;
- (xix) acompanhar os planos de ação relacionados à carta de controles internos;
- (xx) analisar e acompanhar a operação dos serviços financeiros e a sua evolução organizacional, bem como orientar e acompanhar a constituição da sociedade de crédito direto e sua aprovação junto ao Banco Central, além do cumprimento das exigências regulatórias;
- (xxi) discutir e analisar todos os aspectos do cumprimento da Lei nº 13.709/2018 (“LGPD”);
- (xxii) acompanhar os reportes da área de ESG e monitorar do cumprimento das metas de ESG de 2030;
- (xxiii) em reunião realizada em 16 de fevereiro de 2023, discutir e analisar as operações de risco sacado; e
- (xxiv) em reunião realizada em 01 de março de 2023, discutir e analisar as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022.

IV. CONCLUSÃO

O Comitê reconhece e apoia as iniciativas da Companhia no sentido de rever continuamente os processos e implementar melhorias nas áreas de *compliance* corporativo e ética, gestão de riscos e controles internos, auditoria interna, segurança da informação e LGPD, principalmente quanto às melhorias relacionados à segurança corporativa e gestão de acessos de tecnologia da informação.

O CAGR, com base nas informações recebidas e nas atividades desenvolvidas no período, ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações decorrentes do escopo de sua atuação, entende que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), e recomenda sua aprovação pelo Conselho de Administração.

Barueri (SP), 01 de março de 2023.

Tereza Cristina Grossi Togn
Membro independente e Coordenadora

Petrus Johannes Zegger
Membro

Jamil Saud Marques
Membro e conselheiro independente

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da
C&A Modas S.A.
Barueri - SP

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da C&A Modas S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da C&A Modas S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 14, a Companhia possui contabilizado imposto de renda e contribuição social diferidos ativos no montante de R\$710.110 mil em 31 de dezembro de 2022, computados sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social. A Companhia avaliou a recuperabilidade do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos com base em projeções de lucros tributáveis futuros.

Consideramos como um principal assunto de auditoria uma vez que tal avaliação envolve alto grau de julgamento profissional por parte da administração na determinação de premissas e critérios utilizados nas projeções de lucros tributáveis futuros, que são afetadas pelas expectativas de mercado e condições econômicas.

Como a nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos incluíram, entre outros, o envolvimento de profissionais especializados em projeções financeiras e em impostos para nos auxiliarem na avaliação das premissas e da metodologia utilizadas pela Companhia, em particular aquelas relacionadas às projeções de lucros tributáveis futuros. As projeções de lucros tributáveis futuros foram elaboradas com base no plano de negócios da Companhia, o qual foi aprovado pelos órgãos de administração. Avaliamos também a adequação das divulgações relacionadas a esse assunto na Nota Explicativa nº 14.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa nº 14, são apropriados, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Realização dos créditos tributários extemporâneos

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 12, em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possui créditos tributários extemporâneos relativos a PIS e COFINS no montante de R\$1.363.664 mil e de ICMS sobre o fornecimento de energia elétrica no montante de R\$ 75.382 mil, oriundos de causas judiciais já transitadas em julgado e causas que aguardam o trânsito em julgado, mas cuja probabilidade de desfecho favorável à Companhia é considerada pelos assessores jurídicos como sendo praticamente certa. A Companhia avaliou a recuperabilidade destes saldos com base em projeções de suas informações financeiras prospectivas.

Consideramos como um principal assunto de auditoria uma vez que tal avaliação envolve alto grau de julgamento profissional por parte da administração na determinação de premissas e critérios utilizados nestas projeções de informações financeiras prospectivas, que são afetadas pela expectativa futura de mercado e condições econômicas.

Como a nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos incluíram, entre outros, o envolvimento de profissionais especializados em projeções financeiras e em impostos para nos auxiliarem na avaliação das premissas e da metodologia utilizadas pela Companhia, em particular aquelas relacionadas às projeções financeiras futuras. As projeções de informações financeiras prospectivas foram elaboradas com base no plano de negócios da Companhia, o qual foi aprovado pelos órgãos de administração. Avaliamos também a adequação das divulgações relacionadas a esse assunto na Nota Explicativa nº 12.

Identificamos deficiência significativa nos controles internos da Companhia a respeito do reconhecimento no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 de créditos extemporâneos de ICMS relativos ao fornecimento de energia, reconhecidos na competência incorreta. Comunicamos à Administração e ao Comitê de Auditoria e Gerenciamento de Riscos.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a recuperabilidade dos saldos de créditos extemporâneos, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa nº 12, são apropriados, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Contingências tributárias

A Companhia é parte passiva em processos administrativos e judiciais oriundos de diversas disputas tributárias, cuja provisão em 31 de dezembro de 2022 era de R\$245.782 mil (R\$149.691 mil, líquido dos depósitos judiciais com passivo correspondente), conforme divulgado na Nota Explicativa nº 23. A avaliação das probabilidades de perda e a mensuração da provisão para cobrir as perdas prováveis requerem julgamento por parte da diretoria da Companhia, que conta com o suporte das opiniões dos seus assessores jurídicos internos e externos. Eventuais mudanças nas premissas utilizadas pela Companhia, que foram tomadas como base para exercer esse julgamento, ou em fatores externos, incluindo o posicionamento das autoridades tributárias e dos tribunais, podem impactar as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia de forma relevante.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia é parte em discussões tributárias que somam R\$362.640 mil, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 23.4, não provisionado contabilmente nas demonstrações contábeis dada a avaliação por parte da diretoria, suportada por seus assessores jurídicos externos e internos, de que o prognóstico de perda nessas discussões é possível, mas não provável.

Consideramos esse tema como um principal assunto de auditoria devido à magnitude dos valores envolvidos e ao fato de que a avaliação das probabilidades de perda e a mensuração da provisão envolvem alto grau de julgamento profissional por parte da diretoria da Companhia em conjunto com os seus assessores jurídicos externos e internos.

Como a nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação das políticas contábeis adotadas pela Companhia para a classificação dos processos administrativos e judiciais entre perda provável, possível ou remota, incluindo as premissas utilizadas para mensuração dos montantes a serem registrados como provisão para riscos tributários. Analisamos as provisões reconhecidas e os processos divulgados relacionados às contingências classificadas como perda possível, levando em consideração as avaliações elaboradas pelos assessores jurídicos externos e internos da Companhia. Obtivemos evidências sobre os riscos de perdas considerados pela Companhia nos principais processos, incluindo a documentação existente, pareceres e opiniões legais, bem como obtivemos as confirmações externas dos assessores jurídicos da Companhia contendo o estágio atual e o prognóstico de perda nestes processos administrativos e judiciais. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações da Nota Explicativa nº 23 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2022.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as contingências tributárias, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa nº 23, são apropriados, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Ambiente de Tecnologia da Informação

A Companhia possui volume elevado de transações diárias, realizadas por meio das operações ocorridas em suas lojas, centros de distribuição e seu comércio eletrônico. Devido à alta dependência da Companhia em sistemas e estrutura de tecnologia, consideramos o ambiente de tecnologia da informação como um principal assunto de auditoria.

Como a nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de nossos profissionais de tecnologia da informação para nos auxiliar no entendimento e avaliação do ambiente de controles gerais de tecnologia relacionados aos processos de gestão de acessos lógicos, gestão de mudanças e gestão de operações de tecnologia da informação, para os sistemas considerados relevantes para a geração de informações diretamente relacionadas ao fornecimento de informações para a preparação e apresentação das demonstrações contábeis. Como resultado desses procedimentos, não foram identificadas deficiências de controle relacionadas aos processos mencionados.

Com base nestes resultados, consideramos apropriadas as informações extraídas dos sistemas da Companhia para o planejamento e execução dos nossos testes no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração/Comentário do Desempenho.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração/Comentário do Desempenho e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração/Comentário do Desempenho e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração/Comentário do Desempenho, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 01 de março de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC-2SP034519/O-6

Flávio Serpejante Peppe
Contador CRC-1SP172167/O-6



PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, de acordo com o disposto no artigo 163, da Lei 6404/76 e suas posteriores alterações, examinou o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e a Proposta de distribuição do resultado, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o relatório sem ressalvas dos auditores independentes – Ernest & Young Auditores Independentes, datado de 01 de março de 2023, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opina, por unanimidade, que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.”

Conselho Fiscal: Srs. **CARLOS JOSÉ PREDOLIM**, presidente do Conselho Fiscal e **MARINA DE MESQUITA WILLISCH** e **DIEGO SANTANA TRISTÃO**, membros do Conselho Fiscal.

Barueri (SP), 01 de março de 2023.

CARLOS JOSÉ PREDOLIM
Presidente do Conselho Fiscal



DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em conformidade com o inciso VI do artigo 27 da Resolução CVM Nº 80, de 29 de março de 2022, a Diretoria declara que reviu, discutiu e concordou com as Demonstrações Financeiras da Companhia referente ao exercício de 2022.

Barueri, 01 de março de 2023.

DIRETORIA

Paulo Correa Junior
Presidente

Milton Lucato Filho
Diretor Vice-Presidente de
Administração, Finanças e de Relações
com Investidores

Fernando Garcia Brossi
Vice-Presidente de Operações e Serviços
Financeiros

Francislei Cassio Donatti
Diretor Vice-Presidente de Operações



DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com o inciso V do artigo 27 da Resolução CVM Nº 80, de 29 de março de 2022, a Diretoria declara que reviu, discutiu e concordou com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia referente ao exercício de 2022.

Barueri, 01 de março de 2023.

DIRETORIA

Paulo Correa Junior
Presidente

Milton Lucato Filho
Diretor Vice-Presidente de
Administração, Finanças e de Relações
com Investidores

Fernando Garcia Brossi
Vice-Presidente de Operações e Serviços
Financeiros

Francislei Cassio Donatti
Diretor Vice-Presidente de Operações e
Serviços Financeiros